

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**LIBERDADE E RECONHECIMENTO: UMA  
INTERPRETAÇÃO DA VIDA E DA MORTE A PARTIR  
DA FENOMENOLOGIA DO ESPÍRITO DE HEGEL**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Grasiela Cristine Celich Dani**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2014**



**LIBERDADE E RECONHECIMENTO: UMA  
INTERPRETAÇÃO DA VIDA E DA MORTE A PARTIR  
DA FENOMENOLOGIA DO ESPÍRITO DE HEGEL**

**Grasiela Cristine Celich Dani**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Área de Concentração em Filosofia Teórica e Prática, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Filosofia**

**Orientador: Prof. Dr. Marcelo Fabri**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2014**



**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Programa de Pós-Graduação Em Filosofia**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de  
Mestrado**

**LIBERDADE E RECONHECIMENTO: UMA INTERPRETAÇÃO DA  
VIDA E DA MORTE A PARTIR DA FENOMENOLOGIA DO ESPÍRITO  
DE HEGEL**

elaborada por  
**Grasiela Cristine Celich Dani**

como requisito para a obtenção do grau de  
**Mestre em Filosofia**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Marcelo Fabri, Dr.** (Presidente/Orientador)

---

**Claudinei Aparecido de Freitas da Silva, Dr.** (UNIOEST)

---

**Silvestre Grzibowski, Dr.** (UFSM)

---

**Noeli Dutra Rossatto, Dr.** (UFSM)

Santa Maria, 02 de dezembro de 2014.



## AGRADECIMENTOS

“A gratidão é um mistério, não pelo prazer que temos com ela, mas pelo obstáculo que com ela vencemos. É a mais agradável das virtudes, e o mais virtuoso dos prazeres. [...] [Ela diz que] ninguém é causa de si, nem portanto (em última instância), de sua alegria. Toda série de causas, e há uma infinidade delas, é infinita: tudo se amarra, e nos amarra, e nos atravessa.”  
(Comte-Sponville)

À Lúcia, minha mãe, pois estive ao meu lado no momento em que mais precisei;

Ao prof. Marcelo, meu orientador, pois me acolheu com toda compreensão;

Ao prof. José Lourenço, que soube me ouvir;

Aos demais membros da banca, por terem aceitado o convite de partilhar da leitura deste trabalho.

E, para aquelas pessoas, que, estando próximas a mim, ou um pouco distantes, mas que, por suas ações para comigo, proporcionaram-me pensar em ideias, conceitos e palavras para este trabalho.





Você, bela Morte,  
Ser de tanta beleza!  
Será percebida  
Quando compreenderem  
A sua própria negação!

Ah! O amor!

Sua própria negação?  
É o que dizem...  
Mas, não creio!

Por quê?

Somente quem ama,  
A si mesmo,  
Compreende-lhe!  
Tem capacidade de  
Se transformar.



## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Filosofia  
Universidade Federal de Santa Maria

### **LIBERDADE E RECONHECIMENTO: UMA INTERPRETAÇÃO DA VIDA E DA MORTE A PARTIR DA FENOMENOLOGIA DO ESPÍRITO DE HEGEL**

AUTORA: GRASIELA CRISTINE CELICH DANI

ORIENTADOR: MARCELO FABRI

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 02 de dezembro de 2014

A presente dissertação tem por escopo, ao partir da teoria do reconhecimento de Hegel (2008) – mais especificamente, da obra: Fenomenologia do Espírito – responder a três questões, que, embora diversas, não deixam de se entrelaçar. Uma dessas questões foi retirada da referida obra que assim se apresenta: “quando são banidos todos os preconceitos, [crenças sensíveis] e superstições, então, surge a pergunta: e agora, que resta?”. A segunda indagação refere-se ao modo, ou seja, como ou através de que, os sujeitos conseguem banir de sua vida as crenças e preconceitos sensíveis? A terceira questão apresenta-se da seguinte maneira: tomando por base a resposta concedida à segunda indagação, é possível alcançar o reconhecimento entre os sujeitos? Sendo assim, para responder às referidas indagações, parte-se dos conceitos de vida e morte, bem como apresenta-se e mostra-se, ao longo da dissertação, conceitos derivados do que é possível compreender por vida e por morte. Desse modo, propõem-se os seguintes conceitos: vida morta e vida viva, como também morte transformadora. A vida morta representa a negação da morte e da liberdade, bem como a aceitação pacífica de crenças e preconceitos sem questioná-los, o apego a algo dado e estático, evitando o reconhecimento do outro. A vida viva é, portanto, o questionamento do dado, a formação de uma crença que é capaz de acolher, reconhecer o outro. Já morte transformadora compreende-se como um movimento, uma transformação pela qual os sujeitos necessitam passar para poder suprassumir seu ser dado estático (sua crença e preconceito sensível), conservá-lo suprassumido e elevarem-se para uma vida viva e livre. Desse modo, para os sujeitos tornarem-se seres livres, devem afastarem de si sua crença e preconceito sensível, que é algo estático e dado, através do ato de viver sua própria morte que é realizado pelo acatamento da morte transformadora em seu interior, pois somente assim, é possível os sujeitos reconhecerem um ao outro, bem como se reconhecerem neste outro.

**Palavras-chave:** Vida. Morte. Crenças e preconceitos. Liberdade. Reconhecimento.



## **ABSTRACT**

Master's Thesis  
Postgraduate Program in Philosophy  
Federal University of Santa Maria, Brasil

# **FREEDOM AND RECOGNITION: NA INTERPRETATION OF LIFE AND DEATH STARTING FROM THE PHENOMENOLOGY OF THE SPIRIT OF HEGEL**

AUTHOR: GRASIELA CRISTINE CELICH DANI

ADVISOR: MARCELO FABRI

Date and Place of the Defense: Santa Maria, December, 02, 2014.

On using Hegel's theory of recognition (2008) – more specifically from the work: Phenomenology of the Spirit – the present dissertation has as a scope to answer to three questions which, although diverse, are still connected. One of these questions was taken from the mentioned work and is thus presented: “when all prejudices are banned, [sensitive beliefs] and superstitions, then, a question is risen: and now, what's left?”. The second questioning refers to the way, that is, how or through what, the subjects are able to banish from their lives the sensitive beliefs and prejudices? The third question is presented on the following manner: taking as a basis the answer given to the second questioning, is it possible to reach the recognition among the subjects? It is thus, in order to answer to the given questionings, one starts from the concepts of life and death, as well as throughout the dissertation derived concepts of what is possible to comprehend as life and death are presented and shown. This way, one talks about dead life and live life, and also about transforming death. The dead life represents the denial of death and freedom, as well as the pacific acceptance of beliefs and prejudices without questioning them, the attachment to something given and static, avoiding the recognition of the other. The live life is therefore the questioning of the given, the formation of a belief that is capable of welcoming, recognizing the other. Now, transforming death is comprehended as a movement, a transformation through which the subjects need to pass so they can sublimate their given static being (its belief and sensitive prejudice), preserve it sublated so they raise to a live and free life. This way, for the subjects to become free beings, they must move their sensitive belief and prejudice away, which is something static and given, through the act of living their own death which is done by the observance of the transforming life in their interior, for only this way, it is possible for the subjects to recognize one another, as well as recognizing themselves in the other.

**Keywords:** Life. Death. Beliefs and prejudices. Freedom. Recognition.



## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	16
<b>1 O RECONHECIMENTO DOS SUJEITOS ENTRE SI: DE UMA VIDA MORTA A UMA VIDA VIVA</b> .....	24
1.1 A morte vista como negação da vida viva.....	24
1.2 A mudança: a morte compreendida como transformação da vida morta .....	34
1.3 A vida viva adentra nos sujeitos: o reconhecimento entre eles .....	50
<b>2 SER RECONHECIDO NO MUNDO: DO SUPRASSUMIR DE SUA VIDA MORTA À ELEVÇÃO DE SUA VIDA VIVA</b> .....	68
2.1 O início da ação no mundo: afastando-o da vida morta .....	68
2.2 Os sujeitos reconhecendo-se no mundo e este neles.....	77
2.3 A vida viva adentra no mundo .....	92
<b>3 OS SUJEITOS RECONCILIADOS E RECONHECIDOS: A VIDA VIVA E LIVRE</b> .....	110
3.1 Apego à vida morta: o reconhecimento por dever .....	110
3.2 A transformação no interior dos sujeitos: o surgimento da vida viva .....	121
3.3 A morte enquanto transformação: a vida viva e livre.....	134
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	152
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	154
<b>GLOSSÁRIO</b> .....	156





## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Vida, morte, reconhecimento, crenças, preconceitos e liberdade são temas que se entrelaçam desde os mais antigos filósofos. Por exemplo, em *Fédon* de Platão (2014), a morte é compreendida como a separação entre o corpo e a alma. Tendo por base tal separação, Platão coloca que haveria o início de um novo ciclo para a alma. Já Plotino considera que a morte é um bem para a alma. Ao que se refere à vida, embora sempre relacionada com a morte, ela é compreendida por Platão (2014), como identificação com a alma e como capacidade de movimento próprio. Para Plotino, vida é pensamento e, este vive por si mesmo.

Lucrécio (1985), quando expõe sobre a morte, entende que ela não deve ser uma preocupação. Diz ele que

Não sentimos dor alguma quanto ao tempo passado. [...] Assim, também, quando não existirmos – quando houver a separação do corpo e do espírito – cuja união forma nossa individualidade, também a nós, que não existiremos, não nos poderá acontecer seja o que for. [...] Vê, olhando para trás, como nada significou para nós, toda a velha porção de eternidade que se passou antes que nascêssemos. Eis o espelho que a natureza nos apresenta do tempo futuro, do que virá depois de nossa morte. (LUCRÉCIO, 1985, p. 169).

Disso se retira que a morte possui relação com a inexistência e, nesse caso, pelo fato de que não se deve com ela se preocupar, “apesar da inexistência que ela nos traz, pois, antes de nascer, passamos por um período semelhante de inexistência, o qual ninguém considera ruim” (LUPER, 2010, p. 77).

Já Epicuro, em *Carta a Meneceu*, compreende que a morte é inofensiva, ou seja, como a morte acompanha a vida, ela está presente quando a vida já não está. Diz Epicuro (2014, p. 2) que “a morte, é nada para nós, a partir do momento que, quando vivemos, a morte não existe, e quando, ao contrário, existe a morte, nós não existimos mais”.

Montaigne (2010), em *Os Ensaios*, compreende que a vida necessita da vontade do outro. Por outro lado, a morte depende apenas da vontade do sujeito. Ainda, o filósofo coloca que optar pela vida, é também escolher a morte, é saber-se finito. Assim, não há como, nem porque temer a morte, se em uma vida, tantas mortes já se passaram e tantas outras irão passar.

Por sua vez, Hegel (2008), em sua *Fenomenologia do Espírito*, a vida está relacionada com a autodiferenciação, como se fosse uma passagem, uma transição para a consciência-de-

si. Outra descrição sobre vida, Hegel entende que é o princípio que impulsiona a si mesmo. Diz o filósofo em sua *Ciência da Lógica* que

O homem é mortal, e considera-se, então, o morrer como algo que tem sua razão-de-ser apenas nas circunstâncias exteriores; e, conforme esse modo de considerar, são duas propriedades particulares do homem: ser vivo e também ser mortal. Mas a verdadeira compreensão é esta: que a vida como tal traz em si o gérmen da morte. (HEGEL, 2012, p. 163).

Por outro lado, morte, para Hegel, segundo Inwood (1997, p. 227), é compreendida “como um ingrediente essencial da própria vida: a morte é suprassumida em vida”. Schelling, por sua vez, segundo Inwood (1997, p. 320), “considera a vida uma luta contínua contra a ameaça da morte”.

Posteriormente a Hegel (2008), Heidegger (2005) entende a morte como possibilidade existencial, bem como ontológica. Em *Ser e Tempo*, Heidegger (2005, 2005, p. 32) escreve que a morte é

A possibilidade da impossibilidade absoluta de presença. Desse modo, a morte desentranha-se como a possibilidade mais própria, irremissível, e insuperável. [...] Essa possibilidade existencial funda-se no fato de a presença estar, essencialmente, aberta para si mesma e, isso no modo de preceder-a-si-mesma.

Após, Heidegger (2005) expõe acerca do *Dasein*, aduzindo que este é um *ser-para-o-fim*. Também, neste caso, sendo possibilidade existencial, o *Dasein* relaciona-se com a consciência. Na mesma linha de Heidegger (2005), Agamben (2006, p. 13) complementa que o *Dasein* é, “na sua estrutura mesma, um *ser-para-o-fim*, ou seja, para a morte e, como tal, está desde sempre em relação com ela”.

Nos dias atuais, Comte-Sponville (1997, p. 53), compreende que “viver é morrer; e por isso a vida é ainda mais bela, porque traz em si a morte”. Acrescenta Comte-Sponville (1997, p. 92) que “viver e morrer andam juntos, com o mesmo passo. [...] É a lei do devir. [...] Ser é desaparecer: o instante se suprime ao mesmo tempo que advém, [...], e é a nossa vida, e é a nossa morte”.

Tomando por base esses exemplos, especialmente a *Fenomenologia do Espírito* de Hegel (2008), verifica-se que a morte, bem como a vida sempre foram alvo de interesse na história da filosofia. Em outras palavras, a morte sempre foi um tema recorrente para os filósofos. Sendo assim, propõe-se a leitura dos conceitos acerca da vida e morte de uma maneira um pouco diferenciada, com um vocabulário próprio, elegido pela autora desta dissertação, mas que não deixa de ser complementar e relevante à discussão desses temas

através da história da filosofia. Portanto, para esta dissertação e também para efeito metodológico e esclarecedor, tanto vida quanto morte se dividem em dois outros conceitos. Vida, portanto, é dividida em vida morta e vida viva. A palavra “vida”, tomada da maneira apresentada pelos filósofos expostos anteriormente, não é suficiente para se traduzir o seu total significado, pois não há clareza quando se trata de vida biológica ou vida entendida como ato de desenvolvimento<sup>1</sup> interno, isto é, de conseguir afastar, supressumir crenças e preconceitos que são considerados como não reconhecedores das diferenças individuais na relação ética entre sujeitos. Diante disso é que se coloca a referida divisão. Sendo assim, quando se fala em vida morta, compreende-se que o sujeito está vivo biologicamente, mas morto em sua alma, sua interioridade, posto que permanece apegado às crenças e aos preconceitos que não levam em consideração as características particulares do outro que merece reconhecimento. Do contrário, quando se fala em vida viva, significa que o sujeito está vivo biologicamente, bem como vivo em sua alma, em sua interioridade. Assim, esse sujeito é capaz de reconhecer características particulares do outro, bem como reconhecer-se nelas, sem precisar negar as suas. Ele foi capaz de se desapegar de suas crenças e preconceitos que não reconheciam o outro e conseguiu deixar-se morrer, ou seja, viver e sentir a morte de sua própria interioridade.

Sendo assim, é neste contexto que se pode apresentar os conceitos sobre a morte. Como foi colocado, a morte, assim como a vida, também possui dois conceitos. Um deles significa o fim de tudo, tanto no que se refere à compreensão a partir da biologia quanto à negação da mudança interior que os sujeitos necessitam passar para afastarem de si suas crenças e preconceitos que não são compatíveis com o reconhecimento do outro; afinal, aquele que permanece apegado a tais crenças é alguém morto em sua alma, mesmo que esteja vivo biologicamente. O outro significado que a morte possui é compreendido como a capacidade de transformar, de mudar o interior dos sujeitos. Em outras palavras, a morte é entendida como morte transformadora, posto que, quando ela é acatada pelos indivíduos com esta conotação, há a possibilidade de eles deixarem-se morrer, pois estarão conseguindo afastar de si aquelas crenças e preconceitos que os impediam de reconhecer o outro e de serem reconhecidos por esse outro.

---

<sup>1</sup> Do alemão: *Entwicklung*, que significa desenvolver, evoluir, desdobrar. É compreendido como “autodesenvolvimento da vida, especialmente da vida humana. [...] [é o] desenvolvimento de algo que envolve o desdobramento de sua potencialidade interior em efetividade explícita” (INWOOD, 1997, p. 90).

Dessa forma, para concretizar tais ideias é que, para esta dissertação, possui como ponto de partida teoria do reconhecimento de Hegel (2008), exposta na obra *Fenomenologia do Espírito*. A partir do modo como Hegel (2008) expõe o movimento que a consciência realiza sobre si mesma na busca de superar a si própria através do outro é que se permite pensar na possibilidade que os sujeitos possuem de afastar de si suas crenças e preconceitos não reconhecedores das diferenças. É por tais motivos que foram apresentados, partindo-se de Hegel (2008), mas no mesmo momento, indo para além de Hegel (2008), os conceitos de vida e morte acima, pensados pela autora desta dissertação como possibilidade de avançar neste tema filosófico. Sendo assim, para a autora desta dissertação, somente é possível transitar de um lado para outro (passar da vida morta para a vida viva) através da morte se esta for compreendida como transformação e mudança, pois somente assim é possível compartilhar do entendimento de Hegel (2008) de que, para haver o reconhecimento, necessita-se supracumir e conservar supracumidos a crença e o preconceito, para logo após os sujeitos elevarem-se deles e alcançarem a liberdade. Cabe mencionar, que Hegel (2008) possui vários comentadores e intérpretes de suas ideias. Nesta dissertação, aproxima-se mais de Kojève (2002), pois suas ideias são as que mais se coadunam com a temática desta pesquisa.

Expõe-se isso, pois Kojève (2002) interpreta Hegel (2008) de uma maneira mais voltada à realidade existencialista. Opta-se por esta interpretação de Kojève (2002), pois para ele, o sujeito “que não age, é como se estivesse morto” (KOJÈVE, 2002, p. 97). Ele é um não-cidadão, ou, como diria Kojève (2002), o homem necessita da luta, precisa lutar para não morrer, para não permanecer com a morte dentro de si. Nesse caso, o sujeito precisa enfrentar a si próprio, bem como o mundo para não morrer, ou como forma de evitar a morte.

Então, pelo fato da autora desta dissertação manifestar essas preocupações, ela se utiliza de Kojève (2002) como suporte para trabalhar esses conceitos dialogando com os dois autores (Hegel e Kojève). Ao se beneficiar do pensamento acima, configura-se a tese desta dissertação com o objetivo de responder a três questões, tendo por fundamentação o movimento realizado pela consciência, bem como os conceitos de vida morta, vida viva e morte transformadora já colocados anteriormente. Uma das indagações foi retirada da obra de Hegel (2008, p. 385), *Fenomenologia do Espírito*: “quando são banidos todos os preconceitos, [crenças sensíveis] e superstições, então, surge a pergunta: e agora, que resta?”. A segunda indagação refere-se ao modo, ou seja: como ou através de que os sujeitos conseguem banir de sua vida as crenças e preconceitos sensíveis? E a terceira questão apresenta-se pelas seguintes

palavras: tomando por base a resposta concedida à segunda indagação, é possível alcançar o reconhecimento entre os sujeitos?

Para tornar mais claro, como a terceira questão trata acerca do reconhecimento entre sujeitos, cabe mencionar que quando se fala em reconhecimento, traz-se as ideias de Honneth (2009). É pertinente dizer que “Honneth (2009) principia expondo que Hegel, para realizar a sua teoria do reconhecimento, baseou-se em Fichte. Este filósofo ‘havia concebido o reconhecimento como ‘uma ação recíproca entre indivíduos’” (HONNETH, 2009, p. 46). Isso significa que entre os indivíduos precisa haver uma consciência comum. Tendo em vista tal pensamento, Hegel, através de uma filosofia transcendental, aplica esta teoria sobre a ação recíproca entre os indivíduos. Quando faz isso, Hegel ‘projeta o processo intersubjetivo de um reconhecimento mútuo para dentro das formas comunicativas de vida’ (HONNETH, 2009, p. 46). Esta questão (formas comunicativas de vida) possui relação com a eticidade humana, isto é, com as relações éticas de uma sociedade. Tais relações representam, para Hegel (apud HONNETH, 2009, p. 46-47), ‘as formas de uma intersubjetividade prática na qual, o vínculo complementar e, com isso, a comunidade necessária dos sujeitos contrapondo-se entre si são assegurados por um movimento de reconhecimento’.

A estrutura de tal relação de reconhecimento recíproco é para Hegel, em todos os casos, a mesma: na medida em que se sabe reconhecido por um outro sujeito em algumas de suas capacidades e propriedades e nisso está reconciliado com ele, um sujeito sempre virá a conhecer, ao mesmo tempo, as partes de sua identidade inconfundível e, desse modo, também estará contraposto ao outro, novamente como um particular. Por meio deste questionamento, Hegel avança a partir das ideias de Fichte. Ele passa a entender que os indivíduos, quando há uma relação ética estabelecida ‘vem sempre a saber algo mais acerca de sua identidade particular pois trata-se em cada caso até mesmo de uma nova dimensão do seu Eu que se vêem confirmada’ (HONNETH, 2009, p. 47). Ocorre que, para acontecer este reconhecimento, sempre haverá o abandono da etapa da eticidade que foi alcançada. E isso se dá de modo conflituoso, pois somente assim, chega-se ao reconhecimento. Hegel, no entendimento de Honneth (2009), preocupa-se mais com a relação entre indivíduos (sujeitos). Porém, para haver o reconhecimento, os sujeitos precisam abandonar e superar a eticidade que haviam conquistado, pois não viam ‘plenamente reconhecida sua identidade particular’ (HONNETH, 2009, p. 48)” (CELICH, 2015, obra no prelo).

Cabe mencionar que Honneth (2009), ainda concebe o reconhecimento de três formas: amor, direito e solidariedade. Por amor, Honneth (2009, p. 78), compreende que

Representa a primeira etapa do reconhecimento recíproco, porque em sua efetivação os sujeitos se confirmam mutuamente na natureza concreta de suas carências, reconhecendo-se assim como seres carentes: na experiência recíproca da dedicação amorosa, dois sujeitos se sabem unidos do fato de serem dependentes, em seu estado carencial, no respectivo outro.

O filósofo (2009, p. 78) ainda alerta para que

Se eu não reconheço meu parceiro de interação como um determinado gênero de pessoa, eu tampouco posso me ver reconhecido em suas reações como o mesmo gênero de pessoa, já que lhe foram negadas por mim justamente aquelas propriedades e capacidades nas quais eu quis me sentir confirmado por ele.

Já a segunda forma de reconhecimento, implica no direito, ou na vida pública. Esta, para Honneth (2009),

Teria de ser considerada não o resultado de uma restrição recíproca dos espaços privados de liberdade, mas inversamente a possibilidade de uma realização da liberdade de todos os indivíduos em particular. Nem as leis prescritas pelo Estado, nem as convicções morais dos sujeitos isolados, mas só os comportamentos praticados intersubjetivamente e também efetivamente são capazes de fornecer uma base sólida para o exercício daquela liberdade (HONNETH, 2009, p. 41).

Ainda, Honneth (2009), concebe a segunda forma de reconhecimento que é o direito. Diz ele (2009, p. 96) que o direito

Representa uma espécie de base intersubjetiva porque obriga cada sujeito a tratar todos os outros segundo suas pretensões legítimas, pois, diferentemente do amor, o direito representa para Hegel uma forma de reconhecimento recíproco que não admite estruturalmente uma limitação do domínio particular das relações sociais próximas. Por isso, só com o estabelecimento da pessoa de direito é dada numa sociedade também a medida mínima de concordância comunicativa, de vontade geral que permite uma reprodução comum de suas instituições centrais, pois, só quando todos os membros da sociedade respeitam mutuamente suas pretensões, eles podem se relacionar socialmente entre si de maneira isenta de conflitos que é necessária para a solução cooperativa das tarefas sociais.

Por solidariedade compreende-se que é o

Gênero de relação social que surge quando o amor, sob a pressão cognitiva do direito, se purifica-se, constituindo-se em uma solidariedade universal entre os

membros de uma coletividade; visto que nessa atitude todo sujeito pode respeitar o outro em sua particularidade individual, efetua-se nela a forma mais exigente de reconhecimento recíproco (HONNETH, 2009, p. 154).

Com base nestas ideias, a autora desta dissertação, assim como Honneth (2009) atualiza o reconhecimento trazendo uma nova maneira de ver os temas sobre a vida e a morte, através de seus conceitos. O reconhecimento, nesse caso, aproximar-se-á da vida viva, enquanto que a sua negação, concebe-se como a vida morta.

Exposto acerca do reconhecimento que é um ponto importante para esta dissertação, e, no intuito de trazer as respostas para as três questões anteriormente explicitadas, esta dissertação organiza-se em três capítulos. Cabe mencionar que, os títulos, bem como os subtítulos dos capítulos, conduzem à reflexão para responder as questões colocadas. Então, não se trata de destinar um capítulo em especial para se trabalhar as ideias de Hegel (2008), depois de Kojève (2002) e depois da autora. Trata-se de um entrelaçamento das ideias de Hegel (2008), Kojève (2002), bem como da autora desta dissertação, visando respostas para as questões.

Aduz-se que, como os temas principais desta dissertação são: vida, morte e liberdade e, como a autora desta dissertação traz conceitos próprios acerca dos temas referidos, utiliza-se de Hegel (2008), Kojève (2002) para argumentar e sustentar suas ideias, bem como base para responder as questões propostas. A escolha por esses filósofos ocorreu posto que seus pensamentos são os que mais se encontram em consonância com as ideias da autora desta dissertação.

No primeiro, mostra-se como os sujeitos, enquanto participantes de uma relação ética de reconhecimento, conseguem negar a vida morta, e também como realizam uma transformação em si mesmos para serem reconhecidos e reconhecerem um ao outro, afastando de si suas crenças e preconceitos, para que possam ser livres. Para argumentar esse pensamento, a autora utiliza-se de Hegel (2008), Kojève (2002), Bourgeois (2004), Meneses (2006) e Labarrière (1985). Aduz-se que, neste capítulo, a palavra “sujeitos”, conforme se verá, deve ser compreendida como pessoa, recebendo um sentido mais individual. No segundo capítulo, de acordo com a autora, os sujeitos lançam-se no mundo, na sociedade, para que consigam suprassumir a vida morta que os envolve. Para isso, os sujeitos começam a agir no mundo para que este possa se abrir para a vida viva. Cabe mencionar que, para argumentar essas ideias, a autora utiliza-se do pensamento de Hegel (2008), Kojève (2002) – principal comentador -, além de Bourgeois (2004), Labarrière (1985) e Hyppolite (1999). Afirma-se que, neste capítulo, a expressão “sujeitos”, conforme se perceberá, recebe o significado de

sociedade, bem como mundo, mas que, não deixa de englobar os indivíduos. No terceiro capítulo, então, é estudada a solidificação do reconhecimento tendo por consideração o desenvolvimento dos sujeitos. Assim, os sujeitos tornam-se seres reconhecentes um do outro e, como consequência, também, tornam-se livres. Nesse caso, as ideias da autora são embasadas em Hegel (2008), Kojève (2002), Meneses (2006), Hyppolite (1999) e Bourgeois (2004). Para este capítulo, quando se traz a expressão “sujeitos” é preciso compreender que se trata tanto dos indivíduos, quanto do mundo (sociedade). Por fim, apresentam-se as considerações finais.



# **1 O RECONHECIMENTO DOS SUJEITOS ENTRE SI: DE UMA VIDA MORTA A UMA VIDA VIVA**

Com este capítulo, procura-se mostrar como que os sujeitos<sup>2</sup>, quando envolvidos em uma relação ética de reconhecimento, conseguem ser reconhecidos, bem como reconhecer um ao outro, deixando suas crenças e preconceitos sensíveis supassumidos, visando a liberdade do outro, através do ato de morrer. Por isso, inicialmente é mostrado que os sujeitos negam a vida que é viva e a liberdade e se apegam às crenças e aos preconceitos sensíveis. Após, é demonstrado que os sujeitos passam por uma transformação na maneira como percebem e entendem as suas crenças e preconceitos sensíveis. Sendo assim, conseguem, posteriormente, quando tornam-se conscientes-de-si, através da referida transformação, realizar o reconhecimento entre si.

## **1.1 A morte vista como negação da vida viva**

A presente dissertação tem por objetivo responder a três questões, conforme já explicitado na introdução. Começa-se, pois, afirmando o seguinte: muitos indivíduos, mesmo estando biologicamente vivos, não vivem uma vida realmente plena e livre, pois estão apegados a crenças e preconceitos sensíveis, ou seja, eles, em verdade, vivem (pois estão vivos biologicamente) uma vida morta; parecem estar longe de viver uma vida viva e de liberdade. Para trabalhar com as referidas indagações, também toma-se como caminho a figura da morte. Entretanto, esta dissertação não tem por escopo discutir a morte sob o ponto de vista biológico dos seres humanos, mas sim atentar para que seja compreendida como transformação interior que os sujeitos necessitam passar, tanto em si próprios como em relação aos outros, para afastarem de si suas crenças, preconceitos e superstições, pois assim, terão oportunidade de deixar sua vida morta para trás e libertar-se de si mesmos, alcançando o reconhecimento entre eles. Nesse sentido, é pertinente iniciar pela afirmação de que a morte, embora seja uma figura aparentemente oposta à vida – inclusive representando a sua negação, bem como o fim de tudo que é – em verdade apenas a complementa, jamais a exclui.

Tal complemento ocorre em um eterno movimento no qual a morte sai de sua passividade e corre em direção à vida. O fim buscado pela morte não é transformar a vida que é realmente vivida de forma livre de qualquer apego a crenças e preconceitos, mas

---

<sup>2</sup> Neste capítulo da dissertação, a expressão “sujeitos” refere-se a pessoas individuais.

transformar e matar a vida morta, isto é, fazer com que o sujeito afaste de si suas crenças e preconceitos. Desse modo, a morte tem a possibilidade de retornar para si mesma, trazendo consigo a vida e permitindo que o sujeito viva livremente sua vida. Esse retorno para si faz com que exista entre a vida e a morte uma (inter)dependência, na qual cada uma necessita da outra para (co)existir.

Entretanto, transpondo esse movimento para as relações sociais entre os sujeitos, a figura da morte é vista e entendida como negação da vida. Ocorre que, negando a morte, há a negação da transformação daquela vida morta, daquela crença, daquele preconceito que habita a alma dos sujeitos. Como consequência, se não há morte da crença, do preconceito, da superstição expostos por Hegel (2008), há a negação da vida viva e livre. Sendo assim, se existe a negação da referida vida, o movimento de saída da imobilidade da morte para que esta vá para a vida morta, transforme-a e a faça viver realmente e retorne para si é quebrado. Não há movimento, não há fluidez. O que há é apenas uma vida morta dentro dos sujeitos, um negativo escuro e sólido, isto é, sem o movimento, não há transformação, não há vida, nem morte, e, portanto, as relações sociais que devem ser baseadas no reconhecimento intersubjetivo dos sujeitos não conseguem evoluir. É pelo movimento de ida e vinda da morte que a transformação da (na) vida dos sujeitos interligados em uma relação de reconhecimento ocorre.

Sendo assim, ao tratar da morte como um processo de transformação da (na) vida negativa entre os sujeitos, ela não pode ser negada. Porém, não é isso que acontece; no mundo atual, há exatamente o contrário: a negação do movimento, o apego a crenças e preconceitos, bem como a algo “estático e dado que se mantém eternamente na identidade consigo mesmo” (KOJÈVE, 2002, p. 12). Portanto, o que se verifica é a negação, a não aceitação da morte, a relutância das transformações. Como consequência, há a negação da transformação no interior dos sujeitos, resultando na negação do reconhecimento das diferenças entre eles. Ou seja, devido ao apego à crença, à vida morta, nega-se a própria individualidade, a independência de e para si mesmo e nega-se que o outro possa ter o desejo de querer ser diverso e pensar diferentemente. É uma “morte vazia, sem sentido, é a [morte] apropriada para os indivíduos simples que a ela sucumbem” (INWOOD, 1997, p. 227). É por tais motivos que, quando os sujeitos se encontram

Pela primeira vez, um vê no outro apenas um animal, por sinal perigoso e hostil, que é preciso destruir, e não um Ser consciente de si representando um valor autônomo. Cada um desses indivíduos – humanos está subjetivamente – certo de si, mas não do outro. Por isso, sua própria certeza-subjetiva de si ainda não tem verdade [isto é, ainda não revela uma realidade; ou, em outras palavras – uma entidade objetivamente, intersubjetivamente e até universalmente reconhecida, logo existente e válida] (KOJÈVE, 2002, p. 17).

Na mesma linha, é possível trazer algumas ideias de Bourgeois (2004), quando compreende que

A subjetividade animal não é para ela mesma [no caso, a consciência sensível], em sua identidade a si ou universalidade; ela é sentida, não pensada, o que significa que a força universal em obra na natureza não é dominada pelo indivíduo natural que existe como alma, e portanto, ela domina a alma impedindo-a de ser mestra de si, tal um destino exterior para ela mesma, ainda originalmente natural. [...] Aí se realiza plenamente a essência da natureza como ‘contradição não-resolvida’; e, como o que é contraditório não pode ser real, impõe-se, portanto, absolutamente à realidade e necessidade de afirmar-se como não-natural e, por conseguinte, como negação da alma (BOURGEOIS, 2004, p. 22-23).

No momento em que se faz isso tanto a morte como a vida viva são negadas, e, na quebra do referido movimento entre tais figuras, surge aquilo que Hegel (2008) chama de certeza sensível. Se os sujeitos apegarem-se à crença, ao preconceito, negam tanto a morte quanto a vida viva. E, ao fazerem isso, a ideia que se formula nos sujeitos é um conteúdo sensível, provindo da experiência, da sensibilidade, da animalidade ou subjetividade animal. É por isso que Hegel (2008, p. 85) afirma que

O conteúdo concreto da certeza sensível faz aparecer imediatamente essa certeza como o mais rico conhecimento, e até como um conhecimento de riqueza infinda, para o qual é impossível achar limite; nem fora, se percorrermos o espaço e o tempo onde se expande, nem [dentro], se penetrarmos nela pela divisão no interior de um fragmento tomado dessa plenitude. Além disso, a certeza sensível aparece como a mais verdadeira, pois do [...] [outro] nada ainda deixou de lado, mas o tem em toda a sua plenitude, diante de si.

Analisando o fragmento acima, conclui-se que a certeza sensível, como o próprio nome indica, representa essa sensibilidade que os sujeitos entendem como correta. É a negação da transformação, a solidez, não por apresentar-se como reconhecidora das diferenças individuais, transformadora das relações sociais entre os sujeitos, ou como algo concreto e racional, mas sim a solidez da inflexibilidade, do mergulho em uma ilusão que somente os sujeitos, dentro de si e para si mesmos, possuem. Nesse momento, falta aos

sujeitos o discernimento entre aquilo que eles pensam e aquilo que é a realidade realmente. Os sujeitos

Fica[m] nesse mundo fechado [...] e tem tudo para contrair enfermidades como o[s] preconceito[s] [e crenças sensíveis]. Porque tal pensamento [dos sujeitos] não é crítico – de si mesmo e de seus pressupostos – não tem qualquer autocrítica, mas é simplesmente bem-pensante, sempre disposto a criticar e a refutar o que não se enquadra no que está recebido e aceito no seu contexto [...] [de crenças] (MENESES, 2006, p. 111).

De outro modo, é possível mencionar que todo sujeito

Tem a certeza subjetiva de sê-lo. Mas, sua certeza ainda não é um saber. O valor que ele se atribui pode ser ilusório, a ideia que ele faz de si pode ser falsa ou louca. Para que essa ideia seja uma verdade, é preciso que ela revele uma realidade objetiva, isto é, uma entidade que vale e existe não apenas para si, mas também para realidades outras (que não seja ela) (KOJÈVE, 2002, p. 17).

É por isso que se pode afirmar que, para os sujeitos que vivem na vida morta sem morrê-la, negam, automaticamente, a própria transformação de si, a própria liberdade e o movimento de mudança. Tal ideia parece ser corroborada por Labarrière (1985, p. 82-83) quando aduz acerca da certeza sensível que a consciência do sujeito “no esta en absoluto al nível de una totalidad concreta, que permite al hombre existir realmente como hombre, por cuanto sólo está constituída por un aspecto, el da objetividad”<sup>3</sup>. É por isso que, nesse momento, a certeza sensível, a qual Hegel (2008, p. 85) expõe, faz-se

Passar a si mesma pela verdade mais abstrata e mais pobre. Do que ela sabe, só exprime isto: ele é. Sua verdade apenas contém o ser da Coisa; a consciência, por seu lado, só está nessa certeza como puro Eu, ou seja: Eu só estou ali como puro este, e o [...] [outro], igualmente apenas como puro isto. Eu, este, estou certo desta Coisa; não porque Eu, enquanto consciência, me tenha desenvolvido, e movimentado de muitas maneiras o pensamento. Nem tampouco porque a Coisa de que estou certo conforme uma multidão de características diversas, seja um rico relacionamento em si mesma, ou uma multiforme relação para com outros.

Tomando por base a ideia acima, a autora compreende que os sujeitos, enquanto não despertarem dentro de si a sua própria morte, necessária para sua transformação de poder afastar de si sua crença, seu preconceito sensível, fazem com que a morte em seu próprio interior, bem como no interior de um outro, seja tomada como algo imediato. Ou seja,

<sup>3</sup> Tradução: “Não está em absoluto ao nível de uma totalidade concreta, que permite ao homem existir realmente como homem, porquanto somente está constituído por um aspecto, o da objetividade”.

justamente por tal imediatez é que os sujeitos tomam um ao outro como aquele que “não sou eu”, e, por isso, o conhecimento que um sujeito possui do outro consiste, apenas, na sua verdade. A questão que se coloca, neste momento, é justamente isto: a sua verdade, que é a sua crença, o seu preconceito. Esta consciência, para Labarrière (1985, p. 84), “afirma el sentido de las cosas a partir de una subjetividad soberana, al margen, por tanto, de la verdadera libertad”<sup>4</sup>. Sendo assim, e partindo do exposto, se a morte representa a figura da transformação que, perpassando pela alma dos sujeitos, retira-os de sua vida morta, arranca-os da morte prematura de si próprios, a vida vem com ela. Portanto, se a morte for tomada pelo sujeito como oposta à vida morta, como a negação desta, ele imporá sua maneira de pensar ao outro sujeito, pois o entenderá e o tomará como um “isto é”, não baseando seu argumento em uma ideia lógica e racional, mas apenas naquilo que acredita ser correto e, por isso, formulará somente uma ideia que é para si, mas que pode não ser para o outro e, ainda, pode não ser uma ideia livre e viva, estando presa a crenças e preconceitos sensíveis que são somente para si.

Assim, para a autora, se nesse momento a ideia que um sujeito tem do outro é somente um para si e parece ser diversa da concepção do que esse outro tem acerca dessa transformação proporcionada pela morte, então tal ideia não leva em consideração a diversidade de características entre os sujeitos. O que há, nesse momento, é o pensar individualista, em que cada membro que compõe uma relação ética quer impor a sua maneira de pensar ao outro. Mas isso somente ocorre porque os sujeitos veem-se um ao outro com

O aspecto de um animal. [E] para saber que esse aspecto revela uma realidade humana, ele deve ver que o outro também quer fazer-se reconhecer [...] [Entretanto, nesse momento, não é isso que ocorre, posto que] a vida-animal é a posição natural da consciência, isto é, a autonomia desprovida de negatividade-negadora absoluta, a morte [nesse momento, é compreendida como] a negação natural da consciência, isto é, a negação desprovida da autonomia (KOJÈVE, 2002, p. 19).

De tal passagem, conclui-se que, se há negação, e se esta não é autônoma, verifica-se que os sujeitos baseiam-se, cada um diante do outro, em suas crenças e preconceitos sensíveis e, por isso, acreditam que a morte é algo ruim. Portanto, a defesa demasiada disso, que, em verdade, é uma vida morta, joga cada sujeito para dois extremos exatamente opostos, e o que há, portanto, entre os sujeitos não é a igualdade, mas desigualdade – há desigualdade, posto

---

<sup>4</sup> Tradução: “afirma o sentido das coisas a partir de uma subjetividade soberana, à margem, portanto, da verdadeira liberdade”.

que a ideia que cada um faz sobre a transformação que a morte pode acarretar é diversa do outro. E justamente por serem diversos um do outro (em relação aos sujeitos) é que surge, entre eles, uma espécie de luta, de conflito. Quando se fala em conflito, é possível dizer que é a base do reconhecimento entre os sujeitos, desde que ele (o conflito) esteja preocupado com “a constituição intersubjetiva da identidade pessoal e coletiva [dos sujeitos]” (WERLE; MELO, 2008, p. 186). Cabe mencionar, ainda, que o conflito somente acontece porque aquilo que os sujeitos necessitam ou desejam para si é diferente do que o outro deseja para si mesmo. Entretanto, para que os sujeitos sejam livres, é preciso iniciar um movimento entre eles para que ambos se libertem de suas crenças e preconceitos sensíveis, tomando por base as figuras de vida e morte.

O que pode começar essa movimentação é a própria morte, pois esta é a dinâmica de transformação da vida e, também, de si mesma. É aquela que guarda, conserva, dentro de si, o término de algo, bem como a continuação deste. Somente a morte, quando é chegado o momento da transformação, abre-se para a vida, transformando-a, para depois conservar essa transformação e recomeçar de um ponto mais elevado, uma nova transformação. Diante disso é que se pode afirmar que o que foi exposto anteriormente acerca da morte, quando se expôs que era vista pelos sujeitos como total negação da consciência, não era uma ideia que os retirava de sua vida morta, mas algo que os fazia permanecer nesta. Portanto, a ideia da morte como sendo o fim de algo não há como prosperar, posto que não haverá liberdade para e entre os sujeitos e, como consequência, não se tratará de reconhecimento, mas apenas de uma vida morta, baseada em algo dado. É por tais motivos que a morte precisa ser compreendida como transformação, pois

Pela morte, [...] [os sujeitos] suprimem sua consciência afirmada nessa entidade estranha que é a existência natural. Isto é, eles se suprimem. Porque [...] [os sujeitos] só [...] [são] [...] [reais] na medida em que vive[m] num mundo. [...] É verdade que esse mundo lhe é estranho; ele[s] precisa[m] negá-lo, transformá-lo, combatê-lo para nele se realizar[em]. Mas, sem esse mundo, fora desse mundo, os sujeitos [...] não [...] [são] nada (KOJÈVE, 2002, p. 19).

É por isso que, tomando por base essa dinâmica de transformação, se pode utilizar as palavras de Hegel (2008, p. 79) quando afirma que “não precisamos trazer conosco padrões de medida, e nem aplicar na investigação nossos achados e pensamentos, pois deixando-os de lado é que conseguiremos considerar [...] [o outro] como é em si e para si”.

De outro modo, diz-se que, se os sujeitos desejam ser livres e reconhecidos por suas características, precisam, certamente, adentrar no movimento de saber morrer (de terminar algo) para viver uma vida viva, e por isso necessitam deixar suas crenças e preconceitos acerca um do outro de lado. Precisam transformar a sua própria interioridade, o seu próprio mundo, para se tornarem diferentes do que são. Isso significa dizer que, no ser dos sujeitos, deverá haver a base de uma essência, e essa base é devir. Portanto, manter-se na existência significará, para os sujeitos,

Não ser o que ele[s] [...] [são] (Ser estático e dado, Ser natural, caráter inato) e ser (isto é, devir) o que ele[s] não [...] [são]. [Desse modo, os sujeitos] serão (no futuro) o que ele[s] se torn[aram] pela negação (no presente) do que ele[s] fo[ram] (no passado), sendo essa negação efetuada em vista do que ele[s] se tornar[ão]. Em seu próprio ser, [...] [os sujeitos são] devir intencional, evolução desejada, progresso consciente e voluntário. É o ato de transcender o dado que lhe é dado e que ele[s] próprio[s] são (KOJÈVE, 2002, p. 12-13).

Como tais ideias contêm tanto o ato de deixar de ser como o ato de vir a ser, não deixam de apresentar a ideia da mudança, do vir a ser da morte, bem como da vida viva. É por isso que os sujeitos precisam morrer para seguir adiante, no sentido de passarem por uma transformação, uma mudança dentro de si mesmos, e precisam reconhecer a necessidade disso para poderem fazer-se um ao outro livre e serem livres; caso contrário, a vida recebe definitivamente a morte dentro de si própria e, a partir disso, não mais se movimenta. Ela para no tempo e no espaço. Não avança, nem retrocede. Apenas permanece imóvel e imobiliza o outro também. Sendo assim, se pode dizer que a vida falece e desvanece na passividade que cria para si mesma, ou seja, não concebe mais a morte como transformação para si, mas apenas como algo que tenta lhe retirar uma preciosidade e que é somente para si, fruto de sua certeza sensível, do seu não movimento. Em outras palavras, pode-se dizer que os sujeitos “não se nega[m], não se liberta[m], [e] continua[m] dependente[s] de [...] [sua vida morta, ou seja, morrem como animais]” (KOJÈVE, 2002, p. 51).

Entretanto, mesmo que o ser dos sujeitos esteja eivado de características sensíveis, ambos devem lançar-se ao movimento, à dinâmica do reconhecimento, pois sabem que é preciso deixar de lado qualquer padrão de comportamento, qualquer ideia antecipada que fazem um do outro e que provém da observação, da sensibilidade ou de algo que não é refletido pelos sujeitos, algo não racional. É por isso que cada sujeito, em relação ao outro e de acordo com seu pensar acerca de crença e preconceitos, faz com que o outro se pareça

Para a consciência, ser somente tal como ela o conhece. Parece também, que a consciência não pode chegar por detrás [dele] [...] [para ver] como ele é, não para ela, mas como é em si; e que, portanto, também não pode examinar seu saber em geral sobre [ele], já está dada a distinção entre [um momento de] algo que é, para a consciência, o Em-si e um outro para a consciência. O exame se baseia sobre essa distinção que é uma distinção dada (HEGEL, 2008, p. 79)

Isso implica dizer que, se os sujeitos negarem a transformação, o desprendimento, a morte, apegando-se muito à crença sensível, à vida morta, possivelmente negam sua transformação, negam sua própria mudança, bem como todo o movimento. Dessa forma, não permitem que a morte lhes transforme, traga-lhes vida novamente. Isso faz com que os sujeitos não consigam retirar características completas um do outro e, assim, não enxergam a totalidade, mas apenas uma parte, ou seja, aquele sujeito que negar a vida viva, negar a morte como algo que lhe traga transformações, não vive dentro da transformação de si, mas somente dentro do negativo, e também não consegue ver a vida em sua totalidade, a não ser aquilo que lhe é fornecido, isto é, aquilo que faz crescer sua vida morta dentro de si. Mesmo assim, ambos os sujeitos, não retirando todas as características um do outro, são vistos, pelo oposto de si, como um “novo” sujeito. Nesse momento, o movimento entre os sujeitos é movimento que “a consciência exercita em si mesma, tanto em seu saber como [...] [no outro], enquanto dele surge o novo [...] [sujeito] verdadeiro para a consciência, é justamente o que se chama de experiência” (HEGEL, 2008, p. 80).

Partindo das ideias hegelianas expostas, a autora compreende que, embora os sujeitos retirem características um do outro a partir da experiência, eles tentam formular um conceito, uma ideia comum, que represente o movimento para a morte no sentido de uma mudança, de uma transformação que, como consequência, leva para a vida viva, para a vida que realmente é livre. Ocorre que o conceito formulado, nesse momento, pelos sujeitos não é um conceito reconhecente, vivo e livre, posto que é apenas o pensamento dos sujeitos, ainda atrelado à sensibilidade, à crença, à vida morta. Portanto, tomando por base a experiência realizada pelos sujeitos, e analisando as referidas figuras (vida e morte) para eles, tem-se o surgimento de uma ideia diversa do que se tinha até então; dessa forma, os sujeitos começam a se movimentar, e a morte inicia a adentrá-los ao mesmo tempo que abre espaço para a vida viva, para a liberdade. Porém, como essa ideia é resultado da experiência realizada pelos sujeitos, a autora da dissertação utiliza-se de Hegel (2008, p. 80), pois ele alerta para o fato de que a nova concepção que os sujeitos formam acerca um do outro é, em verdade,



Uma representação não de um [sujeito] [...], mas apenas de seu saber do primeiro [...] [sujeito]. Só que, [...] o primeiro [sujeito] se altera ali para a consciência, deixa de ser o Em-si e se torna para ela um [...] [outro] tal, que só a consciência é o Em-si. Mas, sendo assim, o ser-para-ela desse Em-si é o verdadeiro; o que significa, porém, que ele é a essência, ou é seu [sujeito]. Esse novo [sujeito/outro] contém o aniquilamento [natividade do primeiro] é a experiência feita sobre ele.

Quando os sujeitos passam por essa movimentação (conhecerem-se um ao outro partindo da experiência), passam, no entendimento de Hegel (2008), pela certeza sensível. Desse modo, pode-se dizer que vida e morte (aquela vida viva que está por vir e a morte transformadora) são, cada uma, como um universal que não pode ser desprezado. Ambas as figuras se conservam, embora ainda pertençam e sejam, “de fato, o verdadeiro da certeza sensível” (HEGEL, 2008, p. 87). Nesse momento, para a autora, essa conservação encontra-se imediatamente no Eu, e é exatamente isto: o sujeito vê que a morte lhe retira da vida morta que tinha até então. É como se houvesse um abandono de um estágio anterior e surgisse, de dentro dos próprios sujeitos e através deles, um novo “eu”, mas um “eu” que também – e ao mesmo tempo – conservasse dentro de si o estágio anterior para que este fosse percebido como algo ultrapassado mas jamais esquecido. Isso quer dizer que o ato de suprassumir deve ser dialético, posto que

Suprassumir [algo] dialeticamente, quer dizer: suprimir conservando o que foi suprimido, o que é sublimado em e por essa supressão que conserva ou essa conservação que suprime. A entidade suprimida dialeticamente [que para esta dissertação é a vida morta] é anulada em seu aspecto contingente (e desprovido de sentido) de entidade natural dada (imediatez): mas ela é conservada no que tem de essencial (portadora de significação), como é assim mediatizada pela negação, é sublimada ou elevada a um modo de ser mais compreensivo e compreensível que o de sua realidade imediata de puro e simples dado [...] estático, que não resulta em uma ação criadora, isto é, negadora do dado (KOJÈVE, 2002, p. 20).

É por tais motivos que “a certeza sensível experimenta, assim, que sua essência nem está no [...] [outro] nem no Eu, e que a imediatez nem é imediatez de um nem de outro, pois o que ‘visto’ em ambos, é, antes, um inessencial” (HEGEL, 2008, p. 89). No entanto, como há a conservação do estágio anterior, os sujeitos que se experienciam um ao outro, a partir do movimento que a morte pode proporcionar, apreendem, cada um, a verdade do outro, percebem-se um ao outro e tomam como universal o que para si são essentes. Porém, mesmo que os sujeitos tenham a capacidade de ver a figura da morte como essencial, eles ainda se relacionam como opostos; afinal, como explica Hegel (2008, p. 95),

Enquanto se relacionarem como opostos um do outro, somente um pode ser o essencial na relação, e tem de se repartir entre eles a distinção entre o essencial e o inessencial. Um, determinado como o simples [...] [outro] – é a essência, indiferente a ser ou não percebida; mas, o perceber, como o movimento, é o inconsistente, que pode ser ou não ser, e é o inessencial.

É por tais motivos que, quando os sujeitos percebem um ao outro, verificam que o outro, apresentando-se com suas características próprias, é percebido como oposto daquele que lhe é o outro. Há, então, o surgimento do Uno, que, no entendimento de Hegel (2008, p. 97), é a unidade excludente e, por isso, “o Uno é o momento da negação tal como ele mesmo, de uma maneira simples, se relaciona consigo e exclui o outro”. Tomando por base essa ideia, a autora compreende que, a partir de seu pensar que se tem a morte transformadora, as mudanças que impulsionam os sujeitos para a vida viva para que possam se libertar de suas crenças e preconceitos, é negada. Nesse momento, como os sujeitos preferem repousar em sua vida morta, eles negam aquilo que podem ser e, portanto, contrariam todo o processo de reconhecimento intersubjetivo, visto que “o homem [enquanto sujeito] não é apenas o que ele é, mas o que pode ser, ao negar o que é. [Disso provém a ideia de liberdade]” (KOJÈVE, 2002, p. 61).

Em outras palavras, aquele sujeito que vive na vida morta tem possibilidade de deixar de ser o que é, ou seja, afastar do interior de sua alma sua crença e seu preconceito sensível, sem perder a essência que o faz análogo com o outro sujeito, vindo a ser – isto é, aquilo que pode ser – o ser de vida viva desde que negue aquilo que o prende à vida morta. Nesse momento, mesmo que a morte transformadora esteja guardada no interior dos sujeitos, ela é negada, pois os sujeitos implicados em uma relação ética de reconhecimento<sup>5</sup> ainda não conseguiram abrir-se para a vida viva, a liberdade, isto é, negam aquilo que podem ser. Portanto, acabam negando e excluindo um ao outro, como se esse outro fosse a sua própria negação. Entretanto, tal negação somente se relaciona com o sujeito que exclui o outro, e, por somente se relacionar com o sujeito que a nega, verifica-se que é somente ele quem tem possibilidade de se abrir, de poder deixar a morte transformadora surgir em si para poder ser livre. Tomando por base tal afirmação, no próximo item deste capítulo será mostrado, pela autora, como que os sujeitos iniciam a transformação de seu interior no momento em que começam a deixar que a morte transformadora surja em sua alma, supressumindo suas crenças

---

<sup>5</sup> Está-se próxima da concepção de Honneth (2009), conforme já foi explicitado na introdução.

e seus preconceitos sensíveis. Para isso, Hegel (2008) e Kojève (2002), serão utilizados para contemplar a discussão.

## **1.2 A mudança: a morte compreendida como transformação da vida morta**

No item anterior foi visto que a morte, compreendida como a transformação dos sujeitos para ocorrer o reconhecimento de suas diferenças, é negada. Isto é, os sujeitos preferem, de início, permanecer dentro de uma vida morta, ou seja, atrelados às suas crenças e aos seus preconceitos sensíveis. Embora isso ocorra, eles têm a morte transformadora em seu interior, e, portanto, neste item, será mostrado como essa morte surge no interior dos sujeitos e como estes conseguem modificar seu ser, suprassumindo suas crenças e seus preconceitos sensíveis para, posteriormente, terem consciência de si mesmos. Ocorre que, embora a crença e o preconceito sensível sejam vistos pelos sujeitos como algo natural, que faça parte de seu caráter inato, há

O poder de negar a natureza [negar que a crença e o preconceito sensível seja algo natural] e sua própria natureza [negar a permanência em uma vida morta]: pode agir (negar o que não foi feito por ele [...]). [Sendo assim], a negatividade é a liberdade (a ação livre ou libertadora), a possibilidade que [...] [os sujeitos] tem de transcender sua natureza; é o que há de propriamente humano [...] [nos sujeitos], [bem como a transcendência de sua vida morta] (KOJÈVE, 2002, p. 62).

Porém, para a autora, nesse momento, os sujeitos não conseguem compreender a possibilidade de mudança, de transformação de sua vida morta, pois apenas possuem uma consciência perceptiva, uma consciência percebente. Essa consciência percebente é passível de ilusão; assim, é a consciência que se encontra na vida morta, sem abrir-se para a transformação e mudança de si mesmo. Tal consciência, embora ainda contemple a crença, o preconceito, vivendo em sua vida morta, acha-a um tanto estranha a si, pois quando experienciou o outro conseguiu ver a figura da morte como essencial – mas não o suficiente para afastar a crença de si; apenas para começar a perceber sua ilusão, perceber que necessita da morte enquanto transformação para se livrar da morte (vida morta) que vive em seu ser. Na universalidade que é o princípio dessa consciência percebente, sabe-se que ela

É cônica da possibilidade da ilusão, pois na universalidade, que é [seu] princípio, o ser-Outro é para ela, imediatamente: mas enquanto nulo, [como] suprassumido. Portanto, seu critério de verdade é a igualdade-consigo-mesmo, e seu procedimento é apreender o que é igual a si mesmo. Como ao mesmo tempo o diverso é para ela, a

consciência é um correlacionar dos diversos momentos de seu apreender. Mas, se nesse confronto surge uma desigualdade, não é então uma inverdade do [...] [outro] – pois ele é igual a si mesmo -, mas [inverdade] do perceber (HEGEL, 2008, p. 98-99).

As palavras acima parecem, segundo a autora, conduzir os sujeitos a perceberem que a verdade apreendida até então por cada um a respeito do outro é passível de ilusão. Ou seja, aquilo que os sujeitos chamam de “riqueza” da vida, de um “rico” conhecimento para o qual é impossível achar limite (conforme Hegel (2008) apresenta a certeza sensível), mas que em verdade é a vida morta, sem movimento, agora começa aparecer para eles como algo que lhe traz uma falsa verdade acerca da crença, do preconceito, que possuíam até então. Os sujeitos, ao interagirem entre si, tomam como parâmetro, para assimilar a verdade, a igualdade consigo mesmo. Isto é, eles têm como ideia apreender o que é igual a si mesmo, mas mantendo a ideia preconcebida (a crença, o preconceito), sobre o que é, para-si, o seu igual e o seu diferente. Então, para a autora, ao interpretar as ideias de Hegel (2008), expõe que quando os sujeitos que interagem entre si enxergam um ao outro como o oposto de si, eles percebem, cada um, que este outro é alguém que vive realmente a mudança, a transformação dentro de si – ou seja, vive uma vida viva, livre de qualquer crença e preconceito e, ainda, sabe quando necessita abandonar a morte sólida, transformando a si mesmo mas não esquecendo o que passou. Ocorre que, ao enxergar o outro como alguém diverso de si, os sujeitos se percebem como contrários um do outro, acreditam ser o outro o seu desigual. Entretanto, como esse outro não é desigual em relação àquele que é o outro para si, não se pode falar em inverdade deste, mas sim em inverdade dos sujeitos, enquanto seres percebentes um do outro. Assim, pode-se dizer que os sujeitos não são desiguais um em relação ao outro, mas diversos na igualdade. Quando isso acontece, os sujeitos percebem que a sua verdade acerca do outro contém a possibilidade de ser ilusória. Desta forma, tomam o outro por verdadeiro e percebem que a inverdade recaiu sobre si mesmos. Nesse caso, os sujeitos têm a capacidade de perceber que a vida que viveram até o momento é uma vida totalmente imersa na morte. Uma vida morta. Uma vida de uma falsa riqueza, esplendor e falsa liberdade. Uma vida completamente imersa na inflexibilidade, na crença, no preconceito. É uma vida em algo que está posto e que, de alguma forma, é “melhor” que continue como está, sem mudanças, sem transformações. Percebem, também, os sujeitos, que o seu apreender sobre o outro não era correto, pois sempre excluía-o de si. Nas palavras de Hegel (2008, p. 100), os sujeitos notam que

Reconhece[m], [...], que a inverdade que ali ocorre recai nele[s], [bem como consciência de que a vida morta – que é a crença, o preconceito sensível – habita seu ser]. A consciência, porém, através desse reconhecimento é capaz, ao mesmo tempo, de suprassumir essa inverdade: distingue seu apreender do verdadeiro, da inverdade de seu perceber; corrige-o.

Sendo assim, quando os sujeitos percebem que recaíram em inverdade da sua crença, seu preconceito, eles saem de suas próprias percepções e, então, retornam para si mesmos. Nesse retorno para dentro de si, eles confrontam a sua crença com a descoberta de que a verdade tida até este momento era apenas ilusão. Quando isso ocorre, os sujeitos adquirem consciência da inverdade de sua crença, de seu preconceito, e percebem que podem corrigi-los. Em outras palavras, pode-se afirmar que eles têm consciência da vida morta que vivem e de que a vida morta (que é a crença, o preconceito sensível) habita seu ser. A partir disso, procuram pela morte na esperança de que possam retirar de si próprios a vida morta. Porém, essa morte (que é morte transformadora) já está no interior dos sujeitos. A mudança já está dentro dos próprios sujeitos, apenas esperando que eles a tomem para que consigam abandonar a vida morta que ainda habita dentro deles, isto é, que os sujeitos consigam deixar sua crença e preconceito sensíveis de lado.

Tomando por base o exposto, sabe-se que os sujeitos possuíam a consciência de que a crença a respeito um do outro proveio de suas reflexões e que estas não continham a verdade. Percebem que as características contidas no outro foram retiradas e percebidas por si mesmos, por suas próprias reflexões e que isso não necessariamente representa e/ou faz parte do outro. Quando percebem esse movimento, os sujeitos notam que criaram a própria vida morta dentro de si, pois negaram a transformação de si próprios. Negaram, mesmo sem perceber que a vida de liberdade que podiam levar antes de se apegar à crença sensível agora se tornou uma prisão. Prisão à qual os sujeitos se acomodaram e na qual se trancaram. Nessa prisão, os sujeitos crentes não viam uma cela fria e sombria, mas um palácio imponente de onde se coroaram reis. Esse palácio, que representa sua vida morta, parece começar a ruir, pois a morte, vista e compreendida como a beleza da transformação, precisa fazer reviver os sujeitos. Assim, no momento em que os sujeitos começam a perceber a ruína de sua crença, de seus preconceitos, passam a entender que se encontram em uma vida morta, que não é livre, e sabem que ninguém os tirará da prisão que criaram para si. Podem receber ajuda um do outro, mas nunca alcançarão e conhecerão a liberdade, a vida viva, se eles mesmos, por desejo próprio, não se ajudarem, pois como eles mesmos se trancaram em suas prisões, também devem possuir as chaves para saírem. Sendo assim, como os sujeitos já começaram a perceber

que sua crença acerca um do outro não continha verdade, cabe trazer a ideia de Hegel (2008) sobre coisa e coisidade. Por coisidade, entende-se algo que engloba várias características de uma coisa. Como coisa, entende-se que é a

Universalidade passiva e indiferente, o também das muitas propriedades [...] [bem como]; a negação, igualmente como simples, ou o Uno – o excluir de propriedades opostas; as muitas propriedades mesmas, o relacionamento dos dois primeiros momentos, a negação tal como se relaciona com o elemento indiferente e ali se expande como uma multidão de diferenças (HEGEL, 2008, p. 98).

Dessa forma, quando os sujeitos percebem que a verdade acerca da crença e do preconceito que possuíam até então era ilusória e que foi deixada de lado quando eles saíram e retornaram para dentro de si, nota-se que passam a se ver, um ao outro, como algo que contém, também, características, e que estas são diversas de si mas não desiguais. Sendo assim, já que a coisa é algo que abarca várias características, e que estas são inerentes a ela, pode-se afirmar que “A coisa é o verdadeiro – é em si mesma. O que nela está, está nela como sua essência, e não por causa de outros. Portanto, são propriedades determinadas – não só por causa de outras coisas e para outras coisas –, mas são na própria coisa” (HEGEL, 2008, p. 101).

Assim, os sujeitos envolvidos em uma relação ética<sup>6</sup> de reconhecimento possuem características, e estas são determinadas ao fazerem parte da Coisa. Como fazem parte da Coisa, estão nela como sua essência. Os sujeitos, ao se defrontarem, cada um, com o outro que é diverso de si, devem entender que essa diversidade, seja qual for, é inerente ao outro sujeito, faz parte da essência deste. Nas palavras de Hegel (2008, p. 103) “a coisa se determina como sendo ela mesma algo diferente, e tem nela a distinção essencial em relação às outras; [...] É para si uma determinidade simples, a qual se constitui seu caráter essencial, distinguindo-a das outras [coisas]”.

Desse modo, para a autora, quando os sujeitos veem-se um ao outro como a negação de si, ainda estão relacionados com a vida morta. Isto é, parecem ter medo de que aquele que lhe é outro, por pensar e expor seu pensamento (crença) que é diverso do seu, arrancará, de suas entranhas, a sua vida. Parece que os sujeitos morrerão se suas crenças, mesmo que estejam imersas na vida morta, forem afastadas deles. Porém, os sujeitos crentes vivem imersos na morte de sua alma, de si próprios e, por isso, não se reconhecem um no outro, não

---

<sup>6</sup> Conforme já exposto na introdução desta dissertação, a relação ética a qual a autora se refere, aproxima-se mais da concepção de Honneth (2009).

são livres e nem fazem um do outro livre. Isso somente ocorre pelo fato dos sujeitos não se permitirem morrer, para renascer naquela vida que é liberta da crença, do preconceito. Os sujeitos preferem se apegar à vida morta e, por tal motivo, relacionam-se de modo a se excluírem entre si, o que, em verdade, não deveria acontecer, até porque, “A coisa é posta como ser-para-si, ou como negação absoluta de todo ser-outro; portanto, como negação absoluta que só consigo se relaciona. Mas, a negação que se relaciona consigo é o suprassumir de si mesma; ou seja, é ter sua essência em um Outro” (HEGEL, 2008, p. 104).

Hegel (2008) é claro ao afirmar que, quando há, entre os sujeitos, a negação do outro, essa negação não se relaciona com aqueles que são negados pelo fato de não se apegarem à crença, ao preconceito do outro sujeito, mas relaciona-se com o próprio sujeito que nega. A negação do outro somente possui relação com outra negação, ou seja, com a vida morta do sujeito imerso nela. Entretanto, pode-se ver que os sujeitos que têm dentro de si uma vida morta relacionam-se com sua pura negação e, por esse motivo, há o suprassumir desta. Desse ato de suprassumir, emerge também um movimento que é caracterizado pela própria morte, mas que, nesse caso, é uma morte que leva a uma transformação. Com base nisso e conforme o que foi visto na passagem da Fenomenologia citada, Hegel (2008) afirma que os sujeitos que suprassumem a si mesmos acabam encontrando sua essência no outro. Ou seja, como ambos suprassumem-se, aparecem vivos naquele que não foi suprassumido pelo outro. Cada sujeito encontra-se no outro, encontra sua essência no outro sujeito, naquele que se relacionou de modo negativo. Desse modo, a autora afirma que, quando os sujeitos conseguem se abrir para a morte transformadora, fazer com que ela surja em seu interior, há o movimento de perda de uma essência mas também de conservação desta, pois ela está no outro. Com isso, a relação que os sujeitos mantêm um com o outro passa a ser uma relação de unidade, em que ambos são um só. No entanto, mesmo estando ligados, cada sujeito dessa relação permanece único. Isso permite pensar que os sujeitos são um para o outro – o oposto de si próprios – mas permanecem sendo eles mesmos. Assim, pode-se entender que,

O outro é, antes, sob o mesmo e o único ponto de vista, o oposto de si mesmo: para si, enquanto é para Outro; e para outro, enquanto é para si. É para si, em si refletido, Uno; mas esse para si, em si refletido, ser-Uno; está em unidade com seu oposto – o ser para um Outro. É portanto posto apenas como suprassumido, ou seja: esse ser-para-si é tão inessencial quanto aquele, que só deveria ser o inessencial, isto é, a relação com Outro (HEGEL, 2008, p. 105).

Quando os sujeitos mantêm uma relação de unidade<sup>7</sup>, um suprassume a inessencialidade do outro. Isso quer dizer que, aos poucos, a morte transformadora vai adentrando na vida morta que havia dentro dos sujeitos e desvanecendo-a, pois, quando os sujeitos mantêm uma relação de unidade, conseguem aflorar dentro do outro aquilo que eles têm de positivo dentro de si; isto é, os sujeitos crentes demonstram que desejam sair de sua prisão, de sua vida morta, e o outro (afinal, cada sujeito de uma relação ética é o outro para um outro sujeito) demonstra que tem a capacidade de revivê-lo e, assim, seguir livre sua vida, de modo que a crença sensível não mais lhe atinja. Com isso, ambos tornam-se seres universais. Essa universalidade, porém, provém da experiência, da sensibilidade, da crença, do preconceito, e é por estes condicionada. Poder-se-ia dizer que é condicionada pela vida morta que os sujeitos ainda têm dentro de si. Dessa forma, os sujeitos tornam-se

Um universal a partir do ser sensível; porém, esse universal, por se originar do sensível, é essencialmente por ele condicionado, e por isso, em geral, não é verdadeiramente igual-a-si-mesmo, mas é uma universalidade afetada de um oposto (HEGEL, 2008, p. 105).

Quando isso ocorre – como os sujeitos são universais – pode-se falar em entendimento. Quando se alcança o “reino do entendimento”, no dizer de Hegel (2008, p. 105), a certeza sensível se desvanece

[...] e o perceber toma o [...] [outro] tal como ele é em si, ou como universal em geral. A singularidade ressalta, pois, nele como a singularidade verdadeira, como ser-em-si do Uno, ou como ser-refletido em si mesmo. Mas ainda é um ser-para-si condicionado, ao lado do qual um outro ser-para-si aparece: a universalidade oposta à singularidade e por ela condicionada.

Assim, embora os sujeitos já percebam-se um ao outro como um universal, tendo, portanto, uma singularidade que lhe é verdadeira tal qual o é para o outro, eles ainda estão condicionados em si, atrelados àquele ser para si mesmo; estão relacionados a uma universalidade sensível. Para a autora isso significa que os sujeitos ainda estão presos à sua crença, aos seus preconceitos, e não se libertaram de sua vida morta. Ainda são escravos e se encontram dentro de sua própria prisão. Entretanto, como a vida morta já iniciou seu desvanecimento, conseguem, ainda que devagar, compreender e perceber a singularidade, as

---

<sup>7</sup> Relação de unidade para a autora significa estar em consonância com seu oposto.



características inerentes ao outro. Desse modo, a ideia de Bourgeois (2004, p. 125), complementa a ideia exposta acima,

A intuição original (a identidade como tal) [aquela que os sujeitos apresentam quando imersos na certeza sensível, isto é, que pensam que tudo conhecem e sabem sobre o outro] só se torna razão (a totalidade como identidade diferenciada) [ou seja, perceber o outro em sua diferença] ao passar pelo entendimento (o discernimento das diferenças).

No entanto, parece que, entre os sujeitos, há uma tentativa de manter a singularidade e a universalidade para si mesmos, mas não é isso que acontece, e os sujeitos ainda se apegam à vida morta, achando que é sua fonte de riqueza. Nas palavras de Hegel (2008, p. 105-106), os sujeitos

Procura[m] salvar de sua contradição esses momentos [singular e universal] e mantê-los por meio da diferenciação dos pontos de vista [...]. [Ocorre que eles] em vez de afastar a ilusão no [ato de] aprender, antes se revelam mesmo como nulos. E, [ainda singularidade e universalidade, são, para Hegel (2008)] as potências cujo jogo é o entendimento humano percebente, chamado com frequência “sadio”, “senso comum”. [Porém, isso quer dizer que a consciência dos sujeitos que é tomada como sólida – que se pensa ser sólida, aqui é] apenas o jogo dessas abstrações [singularidade e universalidade] e, em geral, é sempre mais pobre onde acredita ser mais rica.

No momento em que a consciência dos sujeitos dissipa a certeza sensível de si e deixa de estar condicionada a um conhecimento que vem de fora, a uma crença, um preconceito – ou, mesmo que tenha refletido, ainda permanece atrelada ao conhecimento que não fora desenvolvido por ela (universalidade sensível) –, a consciência dos sujeitos chega ao que Hegel (2008) denomina de entendimento, e ela possui, diante de si, o universal incondicionado. Esse universal incondicionado de que Hegel (2008) fala

É o objeto verdadeiro da consciência. [...] Está como objeto dessa consciência – a qual ainda não apreendeu o conceito como conceito. Importa fazer uma distinção essencial entre duas coisas: para a consciência, o [sujeito] [...] retornou a si mesmo a partir da relação para com [...] [o outro], e com isso tornou-se em-si conceito. Porém a consciência não é ainda, para si mesmo, o conceito; e por causa disso não se reconhece naquele [...] [outro] refletido (HEGEL, 2008, p. 108).

Esse fragmento quer dizer que os sujeitos, embora já tenham se dissipado para além da certeza sensível, possuindo diante de si um ao outro como seu universal incondicionado, ainda não compreenderam que o conceito do que é verdade a respeito do outro é o que eles (sujeitos) necessitam para o seu desenvolvimento. Partindo do entendimento de Hegel (2008),

a autora compreende que, como os sujeitos não conseguiram compreender que a vida morta que há em seu interior é fruto de si mesmos, de sua crença sensível, seu preconceito, e, por tais motivos, não conseguem compreender um ao outro. Eles não têm possibilidade de ver o outro como um igual a si; entendem que o outro, por ter características diversas de si, é um desigual. Por isso, cada um dos sujeitos projeta sua crença, seu preconceito, sua vida morta sobre o outro, e, assim, não se reconhece nesse outro e não o reconhece como alguém livre, mas como um sujeito morto. Isso somente acontece porque os sujeitos crentes “ainda [estão] privado[s] do ser para si da consciência” (HEGEL, 2008, p. 109). Porém, mesmo privados do ser para si da consciência, os sujeitos desejam saber e aprender, desejam sair de sua vida morta. Nesse sentido, o desejo os torna

Inquieto[s] e leva-o[s] à ação. Oriunda do desejo, a ação tende a satisfazê-lo, e ela só pode fazer isso pela negação, pela destruição ou, ao menos, pela transformação do objeto desejado [...]. Assim, toda ação é negadora. Longe de deixar o dado tal qual é, a ação o destrói; [...] E toda negatividade-negadora em relação ao dado é necessariamente ativa. Mas a ação negadora não é puramente destrutiva. Porque, se a ação que nasce do desejo destrói, para satisfazê-lo, uma realidade objetiva, ela cria em seu lugar, em e por essa própria destruição, uma realidade subjetiva. [...] [portanto, os sujeitos] cria[m] e mantém sua própria realidade pela supressão da realidade diferente da sua, pela assimilação, pela interiorização de uma realidade estranha, externa. De modo geral, o Eu do desejo é um vazio que só recebe um conteúdo positivo real pela ação negadora que satisfaz o desejo ao destruir, transformar e assimilar o não-Eu desejado. E o conteúdo positivo do Eu, constituído pela negação, é uma função do conteúdo positivo do não-Eu negado (KOJÈVE, 2002, p.12).

Sendo assim, é por haver o desejo de mudança (que somente é possível em sujeitos que já tenham ido além de sua certeza sensível, ou que já tenham tomado um pouco de consciência de que sua crença e seu preconceito sensíveis, além de prejudicá-los, prejudicam o outro) que os sujeitos passam a destruir e transformar sua vida morta; De acordo com a autora desta dissertação, os sujeitos sentem que necessitam ser livres e deixar o outro ser livre, do mesmo modo como desejam essa liberdade para si. Ocorre que somente eles podem realizar seu próprio desejo. Por isso, percebem que a única maneira de conseguir realizar seu desejo é morrer, ou seja, deixar que a morte adentre em seu ser, posto que ela é o que pode transformar, mudar o seu interior, a sua alma. Nessa mudança, a morte realiza um movimento de entrada e saída do interior dos sujeitos; ao sair, deixa a vida morta transformada ao mesmo tempo que suprassume esta e conserva e eleva seu interior nessa busca pela liberdade. Desse modo, é possível dizer que o sujeito é ação, e “seu início imediato, que é também seu objetivo, é a Begierde [desejo], que gera a ação, isto é, a destruição, a negação do ser dado. A

ação se revela pela consciência e a consciência se realiza pela ação: as duas formam um todo” (KOJÈVE, 2002, p.87). Nessa mesma senda, Labarrière (1985, p. 108) afirma que a consciência é desejo de “reconstruir la unidad que ella sabe que es y por eso tiende a subsumir el objeto que es suyo como consciencia, bajo el objeto que ella misma se es como consciencia de si.”<sup>8</sup> Assim, os sujeitos buscam uma maneira de saber o conceito, que, de acordo com Hegel (2008), é o entendimento, para que consigam alcançar seu objetivo. Para isso, colocam-se um no lugar do outro. Em outras palavras, pode-se dizer que os sujeitos saem de seu “Interior [e vão] para o exterior, [para o outro]. [...] [Isso, para os sujeitos], é um processo doloroso, pois tem de passar pela negatividade e mesmo por um radical dilaceramento, [para depois] se encontra[rem] consigo mesmo” (MENESES, 2006, p. 59).

Ao fazerem isso, apresentam-se à consciência como seres essentes, e a consciência dos sujeitos é uma consciência concebente. Esta consciência, portanto, é capaz de fazê-los conhecer e reconhecer o outro e, desse modo, suprassumir sua vida morta, sair de sua prisão. Conservando, pois, esse movimento, conseguem se elevar e rumar para a liberdade de si e do outro – diz-se do outro porque, enquanto um dos sujeitos estiver vivendo uma vida morta, o outro também não será totalmente livre, pois a vida morta, a crença, sempre procura lhe tirar algo. Ocorre que, quando os sujeitos

Sente[m] um desejo, [...] e quando toma[m] consciência disso, ele[s] necessariamente toma[m] consciência de si. O desejo se revela sempre como [...] [desejo determinado dos sujeitos e, por isso utiliza-se o termo Eu. Então] quando o desejo nasce, ele volta a si de modo imediato. Nesse sentido, quando o desejo retorna a si, ele é] desejo negador e, em consequência, ação transformadora do Ser dado. [É por isso que] o Eu humano seja um Eu do desejo, isto é, um Eu ativo, um Eu negador, um Eu que transforma o Ser, que cria um novo Ser ao destruir o Ser dado [e transformar a si mesmo] (KOJÈVE, 2002, p. 161-162).

Por tais motivos, pode-se aduzir que o desejo,

Para se realizar, [...] deve dirigir-se a uma realidade; mas não de maneira positiva. Deve-se dirigir-se a ela negativamente. O desejo é, portanto, necessariamente, o desejo de negar o dado. [...] E a realidade do desejo vem da negação da realidade dada. Ora, o real negado é o real que deixou de ser (KOJÈVE, 2002, p. 348-349).

Desse modo, se, através do desejo, os sujeitos começam a modificar o ser dado, a sua realidade que, em verdade, até então ainda contém resquícios de sua crença e preconceito

---

<sup>8</sup> Tradução: “reconstruir a unidade que ela sabe que é por isso tende a subsumir o objeto que é seu como consciência, sob o objeto que ela mesma é como consciência-de-si.”

sensíveis (vida morta), há neles, também, o desejo de reconhecimento. Há entre os sujeitos “Um desejo dirigido a um outro sujeito, isto é, desejo de reconhecimento. [Desse modo, o sujeito] é desejo que se dirige a um outro desejo; isto é, desejo de reconhecimento, isto é, ação negadora efetuada a fim de satisfazer esse desejo de reconhecimento” (KOJÈVE, 2002, p. 351).

Para haver esse reconhecimento entre os sujeitos, é necessária a satisfação de um desejo, ou seja, cada sujeito deseja que todos os outros lhe atribuam “um valor absoluto à sua individualidade livre; [...] à sua personalidade [que é ‘única no mundo’]” (KOJÈVE, 2002, p. 514). Mas, para que isso aconteça, os sujeitos devem negar, destruir sua vida morta, que não deixa de ser a realidade dada, além de transformá-la para modificarem a si mesmos. Esse ato de (re)conhecer, perceber, é um movimento chamado de força por Hegel (2008). Se os sujeitos são diversos e independentes mas, mesmo assim, formam uma unidade que se desdobra em partes (cada sujeito para um extremo diverso) independentes, novamente retornam para si mesmos. Nesse viés,

Esse movimento não é outra coisa que o movimento da percepção, no qual ambos os lados – o percebente e o percebido – são ao mesmo tempo, de uma parte, um só indistinto, como o apreender do verdadeiro; mas igualmente de outra parte, cada lado reflete sobre si, ou é para si. Aqui esses dois lados são momentos da força: formam também uma unidade, unidade essa que se manifesta como meio-termo em relação a extremos para si essenciais, e se divide sempre de novo justamente nesses extremos, que são somente por isso (HEGEL, 2008, p. 111).

Desta maneira, esse movimento de percepção em que os sujeitos formam uma unidade e depois se dividem novamente, indo para seus extremos em si, de onde partiram, chama-se jogo de forças. Esse jogo de forças

Consiste, pois, nesse ser-determinado oposto de ambas, em seu ser-para-um outro nessa determinação, e na absoluta troca imediata das determinações – uma passagem através da qual somente há nessas determinações em que as forças parecem apresentar-se independentemente (HEGEL, 2008, p. 113).

Essa ideia representa, portanto, que os sujeitos, ao saírem de sua unidade e retornarem cada um para si, continuam como opostos. Porém, são opostos um através do outro. É como se houvesse uma transição de um lado para outro, um movimento. Sendo assim, para a autora, quando a morte adentra nos sujeitos, traz consigo a vida viva; afinal, quando os sujeitos

transitam entre si (colocando-se um no lugar do outro), acabam por conhecer a essência do outro. Quando os sujeitos se colocam um no lugar do outro,

Se reconhece[m] nessa exteriorização, [se reconhecem um no outro e,] mesmo se conhece[m] melhor depois [...] [de realizarem esse processo de saírem de si próprios e irem até o outro]. Dali retorna[m] sobre si mesmo, enriquecido[s] com as determinações do exterior [ou seja, do outro] (MENESES, 2006, p. 59).

Em função disso, esse processo entre os sujeitos somente ocorre porque a morte consegue transformar sua vida morta. Desse modo, os sujeitos que estão presos a si mesmos, à sua crença, ao seu preconceito, à sua vida morta, percebem um ao outro dentro de si. Notam, os sujeitos crentes, a interioridade, a alma um do outro, em seu próprio interior, em sua própria alma. Percebem a vida que realmente é viva, incluindo a liberdade que o outro é capaz de proporcionar. Os sujeitos começam a pensar sobre suas crenças, seus preconceitos. Mesmo ocorrendo esse processo de pensar, ainda há, entre os sujeitos, oposição, pois ainda há diferenças entre eles. Cabe mencionar, entretanto, que estas não são diferenças que podem ser entendidas como reconhecedoras do outro, no sentido de respeitar o outro, mas diferenças que, de certa forma, são frutos da crença, dos preconceitos dos sujeitos e, portanto, de sua vida morta, não livre.

Disso, pode-se concluir, ancorando-se na teoria de Hegel (2008), que tais diferenças podem ser de conteúdo ou de forma. Serão de conteúdo quando um dos extremos (um dos sujeitos) “é a força refletida sobre si mesma; mas o outro, o meio das ‘matérias’” (HEGEL, 2008, p. 114). Já a diferença de forma consiste em dizer que uma das forças é solicitante (relacionada a um dos sujeitos enquanto forem tomados separadamente), e outra, ao solicitado (relacionada ao outro sujeito). Entretanto, para este último caso – o que interessa para esta dissertação –, as forças são independentes, podem se separar uma da outra em sua relação e, o mais importante, elas são opostas uma à outra. Nesse momento, vale dizer que, mesmo que as forças sejam opostas uma à outra – fato que direciona, portanto, os sujeitos a permanecerem opostos um ao outro, permanecerem ainda em sua crença, seu preconceito, sua vida morta em relação ao outro –, já há uma interação entre eles, bem como entre a vida morta e a própria morte (que os transforma, que lhe traz uma vida viva). Nota-se isso quando os sujeitos são capazes de se unir, de perceber a essência um do outro e o que esta essência é para o outro, para serem opostos, não mais somente por si próprios, mas necessitando um do outro. Como os sujeitos são opostos, ainda precisando um do outro para existirem e serem livres, através

do movimento de se entregarem à morte para deixarem, supressim sua crença, seu preconceito, e aceitem a vida viva que a morte proporciona para, assim, (re)viverem, pode-se afirmar que,

Para a consciência é isso que vem-a-ser [como resultado] na percepção do movimento da força: os extremos nada são em si, segundo esses dois lados; mas ao contrário, esses lados, em que deveria subsistir sua essência diferente, são apenas momentos evanescentes – uma passagem imediata de cada lado para o seu oposto (HEGEL, 2008, p. 114).

Como foi colocado anteriormente, os lados opostos podem transitar cada um para o seu contrário. Esta é a passagem da qual Hegel (2008) trata no fragmento acima. Desta forma, como existem duas forças contrárias a si e independentes, podendo, quando estão em unidade, separarem-se uma da outra, elas podem, portanto, migrar para o seu oposto, passar do lado que se encontram para o lado oposto a que se encontravam. Quando isso ocorre, cada força tem a possibilidade de entender e conhecer o seu oposto. Assim, a essência que, neste caso, constitui-se como característica dos sujeitos (tanto quanto e quando cada um for o outro em relação a um outro sujeito), faz com que cada ser seja ele mesmo através do outro, bem como deixe de ser, para que o outro possa se manifestar em si e neste outro. Para corroborar com este pensamento, Labarrière (1985, p. 101-102) escreve que o movimento de forças

Se traduce de la manera siguiente: toda realidad está constituida por un ‘juego de fuerzas’ (atracción/repulsión) que se manifiesta por un intercambio tal de las determinidades [...] Yo, [...] me repelo de mí mismo, pelo lo así diferenciado, sentido desigualmente, no es de modo inmediato por el hecho de estar diferenciado, ninguna diferencia para mí. [...] Es constitutivo de la consciencia de si afirmar es que ella es en relación con lo que no es y que, sin embargo, no es nada distinta de ella: otra consciencia de sí<sup>9</sup>.

Sendo assim, para a autora, se os sujeitos que ainda mantêm uma vida morta dentro de si já foram capazes de transitar para o lado oposto daquele que se encontravam para encontrar a morte de sua vida morta, para encontrar o vir-a-ser de sua vida viva que, como consequência, trará liberdade e vida para seu ser, sabem que, agora que deixaram a morte penetrar em sua vida morta, a vida que vive, a vida livre, começa a se manifestar dentro deles,

---

<sup>9</sup> Tradução: “Se traduz da seguinte maneira: toda realidade está constituída por um jogo de forças (atração/repulsão) que se manifesta por uma troca das determinidades. [...] Eu [...] me repilo de mim mesmo, e assim estou diferenciado desigualmente, não de modo imediato pelo feito de estar diferenciado, nenhuma diferença em mim. [...] É constitutivo da consciência-de-si afirmar o que ela é em relação ao que não é e que, entretanto, não é nada diversa de uma outra consciência-de-si”

pois dela não podem mais prescindir, nem podem abandoná-la, posto que isso seria matar o outro, bem como a si mesmo, utilizando de sua crença e preconceito. É por isso que, nesse caso,

Para a consciência, o ser deste [...] [outro] é mediado pelo movimento do fenômeno [a totalidade do aparecer que é o que constitui seu interior]. Movimento em que o ser da percepção e o Sensível objetivo tem, em geral, somente uma significação negativa. [...] Portanto, esse interior é para a consciência como um extremo a ela oposto. Mas, é também, para ela, o verdadeiro porque nele tem como a ela oposto. Mas, é também, para ela, o verdadeiro porque nele tem como no Em-si, ao mesmo tempo a certeza de si mesma, ou o momento do ser-para-si, que o interior deveria ter nele, não seria outra coisa que o movimento negativo (HEGEL, 2008, p. 116).

A mudança no interior dos sujeitos é realizada através do movimento que a morte ocasiona neles. É um movimento de transformação, em que eles percebem que sua vida morta, que antes tinha o sinal de positivo, agora foi marcada com o sinal de negativo por eles mesmos. Em outras palavras, é quando os sujeitos realizam um movimento de negação de sua vida morta que alcançam a sua vida viva e sua liberdade. Sendo assim, é através do movimento entre os sujeitos, no jogo de forças, na passagem de um oposto para outro (em que cada sujeito vê a si mesmo em um outro, e também porque este outro está em si) que

Desvanece toda a diferença entre forças particulares que deveriam estar presentes nesse movimento, uma frente à outra, em geral, já que tenham por base apenas aquelas diferenças. Igualmente, a diferença das forças converge, junto com as duas diferenças, numa diferença única. Assim, nessa mudança [...], não há nem força, [...] nem a determinidade do meio subsistente e da unidade em si refletida, nem algo singular para si, nem diversas oposições. Pois o que aí unicamente existe é a diferença como universal, ou como uma diferença tal que as múltiplas oposições ficaram a ela reduzidas (HEGEL, 2008, p. 119).

Esse excerto leva a pensar que, quando ocorre a passagem para os opostos, a diferença que existia no pensamento dos sujeitos desaparece. Entretanto, mesmo quando esses dois lados extremos se unem, deixando de lado a diferença que os separava, há ainda uma diferença para eles. Essa diferença, porém, não é entre eles (na relação entre os sujeitos), mas é uma diferença que Hegel (2008), com razão, denomina de única – única porque, na verdade, é uma diversidade. Assim, ela não pode ser deixada de lado. Essa diversidade pode, inclusive, ser entendida como uma diferença universal, pois, como diz Hegel (2008), não pode se suprasumir diante de todas as oposições possíveis a ela. Nesse sentido, afirma-se que, quando se fala em diferença universal, há referência aos “opostos numa unidade concreta, em

que a diversidade não dispersa a unidade, mas a constitui e enriquece, e a unidade não anula a plenitude da diversidade, mas nela se expressa e expande” (MENESES, 2006, p. 63).

Por isto, pode-se falar em (re)conhecimento do outro. Os sujeitos começam a compreender a morte como algo transformador das relações intersubjetivas e que lhes proporciona o reconhecimento. Ou seja, a figura da morte aparece, aqui, entre os sujeitos, como algo que não irá retirar a sua essência, mas irá libertá-los de sua crença sensível, de seu preconceito, para que a vida viva possa adentrá-los. Por isso se diz que os sujeitos necessitam “se realizar[em] como sujeito[s] ao refletir[em] sua identidade como tal através da negação – que as idealiza e as torna, portanto, suportáveis para ele[s] – das diferenças reais que ele[s] estabelece[m] dentro dele[s] como aquilo que ele[s] precisa[m] então receber, encontrar” (BOURGEOIS, 2004, p. 21).

Tomando por base as ideias expostas anteriormente e tendo por consideração a evolução dos sujeitos para que deixem de lado sua vida morta, é necessário mencionar a teoria da inversão dos mundos. Essa teoria está ancorada no mundo suprassensível. Esse mundo suprassensível está acima da ação dos sentidos, isto é, acima da observação e da experiência que o mundo da certeza sensível pode proporcionar. Desta maneira, o mundo suprassensível é o contrário do mundo percebido, posto que este (mundo da percepção) ainda está movido pelo sensível, mesmo que já tenha evoluído. Entretanto, é ao passar por esse mundo suprassensível que a consciência conhecerá e reconhecerá, realmente, o oposto a si, dentro e fora de si mesma, bem como conhecerá sua vida morta e saberá como dela sair. Quando isso ocorrer, os sujeitos (que são os opostos) alcançarão a unidade e poderão saber, na verdade, como cada um é para o outro em sua infinitude. Neste ponto, a consciência já não é mais simples consciência, mas consciência-de-si. Veja-se, agora, como ocorre esse processo nas palavras de Hegel (2008). O filósofo (2008, p. 125-126) afirma que o mundo suprassensível, é

Um mundo invertido; e na verdade, enquanto um lado já estava presente no primeiro mundo supra-sensível, é o inverso desse primeiro. [...] Pois o primeiro mundo supra-sensível era apenas a elevação imediata do mundo percebido ao elemento universal, tinha seu modelo nesse mundo percebido, que ainda retinha para-si o princípio da mudança e da alteração.

Esse trecho da Fenomenologia do Espírito pode-se levar a pensar que, quando houve a “passagem para o oposto” exposta na referida obra, ocorreu o primeiro mundo suprassensível mencionado. Entretanto, neste mundo, apesar dos sujeitos perceberem um ao outro como seres diversos, eles necessitam, para preservar essa diversidade, continuar aceitando a morte



transformadora, a mudança em si mesmos; afinal, enquanto os sujeitos tiverem dentro de si uma vida morta, imersa na crença e no preconceito, não há que se falar em diferença universal tal como ela deve ser – isto é, como verdadeiramente os sujeitos se veem um no outro. Isso somente ocorre no mundo invertido, embora se retire do mundo percebido (primeiro mundo) a ideia e o início desse movimento. Ou seja, os sujeitos, ao perceberem um ao outro, notam que esse outro é eles mesmos em relação ao outro de si mesmos. Percebem, ainda, que, como cada um deles está no outro, a sua vida morta, aquela vida eivada de crença, do preconceito, deve, ao menos, começar a morrer, a suprasumir, mas sem esquecer a etapa ultrapassada, isto é, necessita haver a conservação dessa etapa para que os sujeitos possam evoluir, pois a vida viva que começa a adentrar na vida morta dos sujeitos traz consigo a morte transformadora. Sendo assim, os sujeitos estão aptos para deixar a morte levar sua vida morta, e, no que se refere ao outro de si próprios, é necessário seu reconhecimento. Em outras palavras, os sujeitos necessitam reconhecer um ao outro em suas diferenças, bem como precisam reconhecer a si mesmos, também, como seres que se libertam de suas próprias entranhas vis e que têm capacidade de reconhecer que causaram mal para o outro quando estavam presos à sua vida morta. Nesse sentido, os sujeitos iniciam o reconhecimento um do outro “como seres tanto autônomos quanto individualizados” (WERLE; MELO, 2008, p. 191) e enquanto consciências que serão elevadas à consciência-de-si. Desta forma, quando estão no mundo invertido, os sujeitos

Têm, ao mesmo tempo, o outro mundo ultrapassado [primeiro mundo – o mundo da percepção], e dentro de si mesmo: é para si o invertido, isto é, o invertido de si mesmo; é ele mesmo o seu oposto numa unidade. Só assim ele é a diferença como interior, ou como diferença em si mesmo, ou como infinitude (HEGEL, 2008, p. 128).

Com a passagem de um oposto para o seu oposto, dentro do mundo invertido, os sujeitos alcançam a verdadeira unidade. Cada um dos sujeitos percebe a si mesmo dentro do outro (aquele que lhe é oposto). Cada sujeito percebe aquele que lhe é oposto dentro de si e o tem guardado em seu interior como a si mesmo. Esse movimento de se ver no outro e ter esse outro dentro de si mesmo leva os sujeitos a se suprasumirem na unidade, posto que a essência de cada um está no outro. Isto é, para a autora, quando a morte adentra nos sujeitos que conservam para si e em si a vida morta, ela lhes traz uma vida que é viva e livre sem lhes tirar sua essência. Ela apenas liberta-os de sua crença e preconceito sensível. Sendo assim, mesmo que a vida morta ainda faça parte da relação dos sujeitos, eles não morrem, pois já têm

a liberdade dentro de si que foi trazida pela própria morte. O que eles fazem, portanto, é apenas conservar a morte que é transformadora dentro de si, para que essa mudança, essa liberdade, efetive-se na relação entre os sujeitos e, assim, eles possam ser reconhecidos por sua essência. Desse modo, se a essência de cada sujeito é conservada no outro, cada um precisa, também, conservar a morte que é transformadora dentro de si, pois ela sempre será a figura de mudança para eles, ou seja, sempre será o vir-a-ser, capaz de matar algo no sentido de suprasumir, mas também de conservar isso e, ao mesmo tempo, conseguir elevar os sujeitos para uma vida viva em que a crença e o preconceito sensíveis que trazem vida morta sejam afastados dos sujeitos.

Diante disso, percebe-se que cada sujeito não necessita existir como é, mas precisa existir, pois possui, dentro de si e para si, o outro, que é ser como ele mesmo. Cada um dos sujeitos possui, inclusive, dentro de si mesmo, a liberdade de que o outro necessita. Para melhor explicar, as palavras de Hegel (2008, p. 129) “seu ser consiste antes em pôr-se como não-ser, em suprasumir-se na unidade. Subsistem ambos [os termos] diferentes, são em si e são em si como opostos; isto é, cada qual é o oposto de si mesmo, tem o seu outro nele, e os dois são apenas uma unidade”.

Nesse momento, os sujeitos reconhecem o que é diverso de cada um dentro de si mesmos. Esse reconhecer, para tanto, é a infinitude ou o conceito, como denominado por Hegel (2008). É a

Essência simples da vida, a alma do mundo, o sangue universal, que onipresente não é perturbado nem interrompido por nenhuma diferença, mas que antes é todas as diferenças como também seu Ser-suprasumido; assim, pulsa em si sem mover-se, treme em si sem aquietar-se. É igual-para-si-mesma, pois as diferenças são tautológicas; são diferenças que não são diferenças nenhuma. Portanto, essa essência igual-a-si-mesma só a si mesma se refere. A si mesma; eis aí o Outro ao qual a relação se dirige, e o relacionar-se consigo mesma é, antes, o fracionar-se, ou, justamente, aquela igualdade-consigo-mesma é a diferença interior (HEGEL, 2008, p. 129).

Essa citação conduz à ideia de que, quando os opostos passam pelo Mundo da Inversão (em que os sujeitos se veem, cada um a si mesmo, naquele que lhe é outro), formam uma unidade, na qual mesmo que eles sejam diferentes entre si, esta diferença não é diferença que aniquila o outro, mas que faz com que eles tenham e mantenham suas essências, ou infinitudes, que são preservadas dentro e fora de si mesmos. De outro modo, pode-se dizer que, para que os sujeitos mantenham a unidade de si próprios, precisam manter preservada,

em seu interior, a morte que transforma, bem como a vida viva e liberta de qualquer crença e preconceito, para que ambos possam se reconhecer e se libertar, um ao outro, naquilo que os mantém presos a uma vida morta. Entretanto, isso somente pode ocorrer porque “cada [sujeito] é um contrário – o contrário de um Outro – de forma que em cada um o Outro já é enunciado ao mesmo tempo que ele. [...] E, assim, cada um é, em si mesmo, o contrário de si” (HEGEL, 2008, p. 129).

Quando os sujeitos possuem essa concepção um do outro e da unidade que construíram, a consciência já é consciência-de-si. Sendo assim, e como pode ser percebido ao longo desse item, os sujeitos conseguem desvanecer a certeza sensível de si próprios. Ou seja, começam a transformar o seu ser, deixando supraclassificadas suas crenças e seus preconceitos sensíveis, quando começam a se colocar um no lugar do outro e elevar a consciência de si próprios. No próximo item, será mostrado que, através do trabalho que os sujeitos realizam em sua própria alma, permitindo que a morte transformadora traga a vida viva, conseguem reconhecer um ao outro.

### **1.3 A vida viva adentra nos sujeitos: o reconhecimento entre eles**

Conforme foi visto no item anterior, os sujeitos, ao deixarem que a morte transformadora adentre em seu ser, começam a compreender um ao outro, pois conseguem ver a si mesmos a partir deste outro. É desse modo que a consciência dos sujeitos torna-se consciência-de-si; isto é, os sujeitos, por colocarem no lugar do outro, tornam-se conscientes-de-si. Cabe mencionar que a consciência somente é consciência-de-si porque ela reflete “a partir do ser do mundo sensível e percebido” (HEGEL, 2008, p. 136). Assim, há “o retorno a partir do ser-Outro” (HEGEL, 2008, p. 136). Esse ser-Outro que Hegel (2008) menciona é como se fosse um ser, bem como um momento diverso, mas também é uma unidade com o ser diferente, em um segundo momento. Nas palavras de Hegel (2008, p. 136), “para a consciência-de-si, portanto, o ser-Outro é como um ser, ou como momento diferente, mas para ela é também a unidade, de si mesma com essa diferença, como segundo momento diferente”. Para complementar, Labarrière (1985, p. 109) escreve que esta ideia de Hegel (2008) é expressa como um movimento e, “significa que ambos objetos en cuestión permanecem plena y radicalmente diferenciados uno de otro, como lo implica la relación de

infinitud, la cual es, como sabemos, una identidad de términos efectivamente diferentes”<sup>10</sup>. Então, quando os sujeitos alcançam a unidade um a partir do outro, deixam a sua essência nesse outro de modo que cada um conserve a essência do outro em si. Ao ocorrer esse movimento, os sujeitos retornam para si. Tal retorno, no entanto, é realizado pelos sujeitos um através do outro. Disso, pode-se interpretar que, para os sujeitos, a vida morta, isto é, sua crença e seu preconceito provenientes da certeza sensível, após eles transitarem para seu oposto (um para o outro) e retornarem para si, é compreendida como algo negativo que realmente precisa morrer – precisa ser deixado de lado, como algo suprassumido, mas também guardado dentro dos sujeitos, para que não esqueçam a etapa pela qual passaram e da qual evoluíram para o reconhecimento um do outro. Por outro lado, os sujeitos compreendem que aquela morte transformadora abre caminho para uma vida viva, que provém da morte, bem como de seu interior, como algo que desperta os sujeitos para a sua liberdade. No entendimento da autora, os sujeitos suprassumem sua vida morta, mas, por outro lado, aceitam a morte dessa vida morta que somente se prende à crença e ao preconceito. Quando fazem isso, os sujeitos têm a possibilidade de encontrar uma vida viva para si. Para explicitar melhor, é possível dizer que a aceitação da morte transformadora parece encaminhar os sujeitos para que sua consciência alcance uma consciência de si mesmos. É por isso que se traz as palavras de Hegel (2008, p. 136-137), pois ele entende que, como a consciência já é consciência-de-si, há, para ela,

Um duplo objeto: um, o imediato, o objeto da certeza sensível e da percepção, o qual porém, é marcado para ela com o sinal do negativo; o segundo objeto é justamente ela mesma, que é a essência verdadeira e que de início só está presente na oposição do primeiro objeto. A consciência-de-si se apresenta aqui como o movimento no qual essa oposição é suprassumida e onde a igualdade consigo mesma vem-a-ser para ela. Para nós, ou em-si, o objeto que para a consciência-de-si é o negativo, retornou sobre si mesmo, de seu lado; como do outro lado, a consciência também [fez o mesmo]. Mediante essa reflexão sobre si, o objeto veio-a-ser vida.

Assim, quando os sujeitos aceitam morrer de modo que deixem sua vida morta afastada de si, eles começam a encontrar o início da vida, embora ainda não completa, viva e livre como deve ser, mas como algo novo, que transforme seu ser escuro e sombrio. Essa ideia corrobora o pensamento de Hegel (2008, p. 140) quando o filósofo expõe a respeito da vida:

---

<sup>10</sup> Tradução: “Significa que ambos objetos em questão permanecem plenos e radicalmente diferentes um do outro, como implica a relação de infinitude a qual é, como sabemos uma identidade de termos efetivamente diferentes”.

No meio fluido universal, que é um tranquilo desdobrar-se-em-leque das figuras, a vida vem-a-ser, por isso mesmo, o movimento das figuras, isto é, a vida como processo. A fluidez universal simples é o Em-si; a diferença das figuras é o Outro. Porém, devido a tal diferença, essa mesma fluidez vem-a-ser o Outro, pois ela agora é para a diferença, que é em si-e-para-si-mesma, e portanto o movimento infinito pelo qual aquele meio tranquilo é consumido, isto é, a vida como ser vivo. [De outro modo, diz-se que a vida] é o todo que se desenvolve, que dissolve seu desenvolvimento e que se conserva simples nesse movimento.

A partir disso, para a autora desta dissertação, como a vida viva principia por adentrar nos sujeitos crentes, ela começa a surgir e a fluir no interior deles. Ela necessita preencher o vazio que a vida morta deixou quando a morte transformadora adentrou nos sujeitos. Em outras palavras, diz-se que, se antes, nos sujeitos, havia uma vida morta, agora que a morte transformadora chegou, inicia por esvaziar os sujeitos de seu antigo pensar (crença e preconceito) e passa a neles depositar a vida viva. Ao receberem a vida viva, os sujeitos passam a sentir um ao outro dentro de si mesmos. Notam a diferença entre a vida morta e a vida viva, percebem as diferenças entre eles e, assim, tomam a vida, tomam um ao outro como um ser vivo. Dessa forma, os sujeitos começam a reconhecer um ao outro e se reconhecer um no outro por aquilo que têm de diferente de si. Verifica-se que os sujeitos tomam um ao outro como igual a si mesmo e, desse modo, pode-se extrair a ideia de reconhecimento. Nesse sentido, cabe trazer a ideia de Bourgeois (2004, p. 119), quando afirma que a particularidade dos sujeitos “constitui[os] como unidade de si mesmo[s] e de seu Outro. [...] [Então] requer que ele[s] deixe[m] ser e deixe[m] seguir seu Outro, que libere[m] o desdobramento deste[s], se quiser[em] ele[s] mesmo[s] realizar[em]-se em [...] si”.

Como cada sujeito é um ser, ou mesmo um momento diverso, conforme já foi exposto, eles representam o momento em que “a consciência-de-si é em-si e para si quando e por que é em si e para si para uma Outra” (HEGEL, 2008, p. 142). Dessa maneira, os momentos da consciência são mantidos afastados um do outro, mas, ao mesmo tempo são preservados (guardados) “como não-diferentes, ou seja, devem sempre ser tomados e reconhecidos em sua significação oposta” (HEGEL, 2008, p. 143).

Os sujeitos, mesmo sendo diferentes um do outro, são apenas diversos, o que não significa que um é desigual do outro por serem diferentes. Assim, eles são e podem ser reconhecidos. Para a autora, quando estavam imersos em sua vida morta, presos à sua certeza sensível, não enxergavam nem compreendiam um ao outro como alguém igual a si, visto que pensavam que a diferença do outro, aquilo que os torna únicos, era o aniquilar da sua própria diferença. Entretanto, no momento em que os sujeitos já foram capazes de aceitar a morte

dentro de si (nesse caso, a morte transformadora, que lhes traz vida viva), começam a perceber que eles, tomando cada um a si mesmo bem como ao outro, separadamente, possuem características, essências que lhes são inerentes mas que em nada se desiguam quando comparadas. Nesse sentido, os sujeitos, por terem o princípio da vida viva dentro de si, começam a reconhecer, cada um, o outro. Para se chegar neste reconhecimento, Hegel (2008, p. 143) explica que o

Sentido do diferente reside na [própria] essência da consciência-de-si: [pois tem a essência] de ser infinita, ou de ser imediatamente o contrário da determinidade na qual foi posta. O desdobramento do conceito dessa unidade espiritual [...] nos apresenta o movimento do reconhecimento.

Diz-se movimento de reconhecimento porque o ato de reconhecer não implica somente reconhecer que a diferença existente entre os sujeitos é, em verdade, diversidade e não desigualdade, daí decaindo qualquer crença e preconceito que os sujeitos possam ter um em relação ao outro. O ato de reconhecimento, porém, em um segundo momento, também implica que os sujeitos façam uma virada para si mesmos; isto é: necessitam reconhecer que não podem e nem devem mais seguir vivendo uma vida morta. Precisam reconhecer que seu interior, devido à crença e ao preconceito, está morto e precisa ser modificado para que possam viver uma vida livre e viva. É por isso que Hegel (2008) trata da duplicação da consciência-de-si. Diz ele (2008, p. 144-145) que a

Duplicação da consciência-de-si em sua unidade, tal como seu processo se manifesta para a consciência-de-si. Esse processo vai apresentar primeiro o lado da desigualdade de ambas [as consciências-de-si] ou o extravasar do meio-termo nos extremos, os quais, como extremos, são opostos um ao outro; um extremo é só o que é reconhecido; o outro, só o que reconhece. [...] De início, a consciência-de-si é ser-para-si simples, igual a si mesma mediante o excluir de si todo o outro. Para ela, sua essência e objeto absoluto é o Eu; [...] O que é Outro para ela, está como objeto inessencial, marcado com o sinal do negativo. Mas o Outro é também uma consciência-de-si; um indivíduo se confronta com outro indivíduo. Surgindo assim imediatamente, os indivíduos são um para o outro, à maneira de objetos comuns, figuras independentes, consciências imersas no ser da vida – pois o objeto essente aqui se determinou como vida. [...] Essas consciências ainda não se apresentam, uma para a outra, como puro ser-para-si, ou seja, como consciência-de-si. Sem dúvida, cada uma está certa de si mesma, mas não da outra; e assim, sua própria certeza de si não tem verdade nenhuma, pois sua verdade só seria se seu próprio ser-para-si lhe fosse apresentado como objeto independente ou, o que é o mesmo, o objeto [fosse apresentado] como essa pura certeza de si mesmo.

Esta duplicação da consciência-de-si, também é exposta por Labarrière (1985). Aduz ele que a “duplicación de la consciencia de sí nos permite alcanzar el principio de lo que es el

verdadero punto de partida de la filosofía hegeliana: la intersubjetividad”<sup>11</sup> (LABARRIÈRE, 1985, p. 117). A noção de intersubjetividade, está diretamente atrelada a de reconhecimento. Assim, conforme já foi exposto anteriormente, os sujeitos necessitam fazer um duplo movimento de reconhecimento para que tanto a consciência-de-si de um quanto a consciência-de-si do outro possam saber-se uma na outra. Ocorre que, nesse momento, cada sujeito está certo de si mesmo, mas não do outro; isto é, não realizam o duplo movimento de seu reconhecimento, não conseguem reconhecer que seu interior precisa ser modificado, que necessitam afastar de si sua vida morta. Apenas, tomado um em relação ao outro, veem-se fora de si mesmos, veem-se no outro e, portanto, não conseguem, ainda, perceber a essência do outro, mas somente a sua. Por isso, não conseguem, ainda, mergulhar totalmente na vida viva e livre que a morte, que traz a mudança, a transformação, pode proporcionar. Para corroborar tal ideia, traz-se as palavras de Hegel (2008, p. 143)

Para a consciência-de-si há uma outra consciência-de-si [ou seja]: ela veio para fora de si. Isso tem dupla significação: primeiro, ela se perdeu a si mesma, pois se acha numa outra essência. Segundo, com isso ela suprassumiu o Outro, pois não vê o Outro como essência, mas é a si mesma que vê no Outro.

Essa passagem parece indicar que, quando a consciência passa a ser consciência-de-si, cada sujeito consegue perceber que o outro também atingiu a consciência-de-si. Porém, essa evolução somente ocorre porque a consciência-de-si dos sujeitos foi capaz de se extrusar de si mesma, isto é, ir para fora de si, pois se encontrou na essência daquele que é o outro para si. Entretanto, a consciência-de-si (de cada sujeito) ainda não conseguiu ver aquela que é diversa de si como essência e que esta outra está nela mesma (tal como ela está na consciência-de-si do outro sujeito).

Como, ainda, a consciência-de-si acima referida não conseguiu passar pelo processo de ver o outro, ela, para adentrar na vida viva, “tem de suprassumir esse seu-ser-outro” (HEGEL, 2008, p. 143). Quando a consciência-de-si passar por esse processo, ela alcançará, em um primeiro momento, “a certeza de si como essência” (HEGEL, 2008, p. 143); afinal, enquanto relacionada à vida morta, nem de sua essência tinha consciência. Então, ela tem que “suprassumir a si mesma, pois, ela mesma, é esse Outro” (HEGEL, 2008, p. 143). Assim, a consciência-de-si, para evoluir e entender o outro (que é outra consciência-de-si) precisa

---

<sup>11</sup> Tradução: “A duplicação da consciência de si nos permite alcançar o princípio do que é o verdadeiro ponto de partida da filosofia hegeliana: a intersubjetividade”.

proceder diante desses dois momentos. Desta maneira, quando a consciência-de-si já está no segundo momento, que é o suprassumir de si mesma, ela adquire um

Sentido duplo do seu ser-Outro de duplo sentido [que] é também um retorno, de duplo sentido, a si mesma; portanto, em primeiro lugar a consciência retorna a si mesma mediante esse suprassumir, pois se torna de novo igual a si mesma mediante esse suprassumir do seu ser-Outro; segundo, restitui também a ela mesma a outra consciência-de-si, já que era para si no Outro. Suprassume esse seu ser no Outro, e deixa o Outro livre, de novo (HEGEL, 2008, p. 143).

Desta forma, a consciência-de-si de cada sujeito precisa sair de si mesma, ir até o outro sujeito (assim como a consciência-de-si desse outro realiza o mesmo processo), colocar-se no lugar deste outro e retornar para si. Isso significa que os sujeitos, para afastarem de si, suprassumirem sua vida morta e adentrarem na vida viva, precisam, ao saírem de si e seguirem em direção um ao outro, colocar-se um no lugar do outro e analisar-se a partir de onde se encontram nesse momento. Trata-se, portanto, de perceber o que realmente é sua vida morta, eivada de crença e preconceito, bem como entender o que é a vida viva. Após, quando os sujeitos retornam para si, retornam ao ponto de onde partiram; porém, fazem esse caminho passando por um duplo processo. Ao retornarem para si, novamente suprassumem sua vida morta e, ao fazerem isso (portanto, aqui se encontra a vantagem, o movimento de saírem de si, irem um ao encontro do outro e retornarem para si, no processo de modificarem sua vida e libertarem-se de (a) si próprios), reconhecem-se um ao outro, pois fazem emergir, novamente, a consciência-de-si do outro sujeito. De outro modo, diz-se que cada sujeito deixa que a vida viva permaneça no outro (no oposto), fazendo emergir a essência do outro. Quando fazem isso, cada sujeito é deixado livre pelo outro, mas também conserva e toma para si um pouco da vida viva que encontra no outro.

Entretanto, para a consciência-de-si dos sujeitos alcançar esse ponto, é necessário “mostrar-se como pura negação de sua maneira de ser objetiva, ou em mostrar que não está vinculado a nenhum ser-aí, determinado, nem à singularidade universal do ser-aí em geral, nem à vida” (HEGEL, 2008, p. 145). Em outras palavras, diz-se que os sujeitos apenas demonstram que negam sua vida morta de modo objetivo, isto é, externamente a si, pois quando estão um em frente ao outro não é isso que ocorre; mesmo que haja uma fagulha de vida viva deixada pelo outro sujeito, para cada um deles, o que o outro deixou não é vida, pois cada sujeito somente conhece e age através de sua vida morta, apegando-se às informações



que compõem suas crenças e seus preconceitos. Quando, nesse momento, tem-se um agir por parte dos sujeitos, diz-se que é agir duplicado. Isto é, um é

O agir do Outro. [O segundo, é] o agir por meio de si mesmo. Enquanto agir do Outro, cada um tende, pois, à morte do Outro. Mas, aí está também presente o segundo agir, o agir por meio de si mesmo, pois aquele agir do Outro inclui o arriscar a própria vida (HEGEL, 2008, p. 145).

Os sujeitos, por ainda estarem apegados, cada um, à sua vida morta, parecem estar submetidos um ao agir do outro sobre si. Daí se dizer que cada um tende à morte do outro, ou seja, os sujeitos, mesmo que tenham, ainda, uma vida morta, dela não conseguem mais sair e, portanto, permanecem ali e tentam trazer, cada um, o outro para onde estão. Para que isso não aconteça, afinal a morte é necessária para reviver e libertar os sujeitos, tem-se, de acordo com Hegel (2008), o arriscar da vida. Quando se fala em arriscar a vida, também se fala em desejo dos sujeitos. Embora já se tenha tratado do desejo em outro momento desta dissertação, esse desejo, para essa etapa do reconhecimento entre os indivíduos, relaciona-se à confirmação de sua própria humanidade. Portanto, como cada sujeito tem o desejo de ser reconhecido pelo outro, eles necessitam arriscar, cada um, a sua vida, posto que “desejar o desejo do outro é [...] desejar que o valor que eu sou ou que represento seja o valor desejado por esse outro: quero que ele reconheça meu valor como seu valor, quero que me reconheça como um valor autônomo” (KOJÈVE, 2002, p. 14).

Como os sujeitos desejam ser reconhecidos cada um pelo outro, torna-se preciso o arriscar da vida – arriscar a vida que é eivada de crença e preconceito sensível, não a vida baseada na morte transformadora. Em outras palavras, pode-se dizer que cada sujeito

Tem a possibilidade de negar a natureza e sua própria natureza, seja ela qual for. Ele[s] pode[m] negar sua natureza [...] [aquela imersa na vida morta], pode[m] querer a morte, arriscar a vida. Tal é seu Ser negativo [...]: realizar a possibilidade de negar e transcender, ao negá-la, sua realidade dada (KOJÈVE, 2002, p. 50).

Por isso, cabe mencionar que, para esta dissertação, a vida que é arriscada é justamente o desdobramento de tal, isto é, a vida morta dos sujeitos, afinal é essa que necessita ser repensada por eles. Assim, somente é possível ser sujeito se for possível morrer, “mas é preciso morrer como [sujeito] para ser [sujeito]. A morte tem de ser livremente aceita” (KOJÈVE, 2002, p. 50). Sendo assim, a relação entre os sujeitos

É determinada de tal modo que eles se provam a si mesmos e um ao outro através de uma luta de vida ou morte. Devem travar essa luta porque elevar à verdade, no Outro e neles mesmos, sua certeza de ser-para-si. Só mediante o pôr a vida em risco, a liberdade [se comprova]; e se prova que a essência da consciência-de-si não é o ser, nem o modo imediato como ela surge, nem o seu submergir-se na expansão da vida; mas que nada há na consciência-de-si que não seja ela momento evanescente; que ela é somente puro ser-para-si (HEGEL, 2008, p. 145-146).

Em outras palavras, para a autora desta dissertação, parece que é somente em uma luta, um conflito em que os sujeitos podem ter, novamente, para si e em si, a vida viva, a liberdade. Porém, nesse momento, essa vida viva não se faz presente no interior dos sujeitos, não está manifestada neles; a alma deles é permeada pela vida morta, e, portanto, como os sujeitos não arriscaram essa vida morta por perceberem que, para eles, ela ainda é preciosa, podem ser reconhecidos como pessoas, conforme expõe Hegel (2008), visto que eles estão ali. Estar ali é estar posto em uma multidão que, como eles, também está mergulhada em uma vida morta. É por isso que Hegel (2008) aduz que cada um dos sujeitos não está ali como uma consciência-de-si que é independente, mas como seres dependentes um do outro e que preferem se privar da vida viva. Para corroborar tal ideia, traz-se as palavras de Kojève (2002), pois afirma que “o indivíduo-humano que não ousou arriscar a vida pode, decerto, ser reconhecido como pessoa-humana. Mas, não atingiu a verdade de ser-reconhecido como consciência-de-si autônoma” (KOJÈVE, 2002, p.18). Portanto,

O indivíduo que não arriscou a vida pode bem ser reconhecido como pessoa; mas não alcançou a verdade desse reconhecimento como uma consciência-de-si independente. [...] [Nesse sentido, os sujeitos] suprassumem[m] justamente a verdade que dela deveria resultar, e com isso também [suprassumem] a certeza de si mesmo em geral. Com efeito, como a vida [viva] é a posição natural da consciência, a independência sem a absoluta negatividade, assim a morte [transformadora] é a negação natural desta mesma consciência, a negação sem a independência, que assim fica privada da significação pretendida do reconhecimento (HEGEL, 2008, p. 146)

Nesse sentido, tomando por base a morte, verifica-se que, embora já tenha adentrado nos sujeitos, passou a fazer com que eles arriscassem suas vidas e, depois, a desprezassem. Essa vida arriscada é a vida morta, aquela que necessita ser suprassumida mas não esquecida, por necessitar ser apenas guardada. Quando os sujeitos suprassumem sua vida morta, pelo fato de deixar a morte transformadora adentrá-los, aquela acaba morrendo, decompondo-se. Porém, isso é guardado pelos sujeitos e, desse modo, há dois momentos opostos na consciência: um é a “consciência independente para o qual o ser-para-si é a essência; outro, a

consciência dependente para o qual a essência é a vida, ou o ser para um Outro. Uma é o senhor, a outra é o escravo” (HEGEL, 2008, p. 147). Nesse sentido, complementa-se com a ideia de Kojève (2002, p. 21), que o

Escravo é o adversário vencido, que não arriscou a vida até o fim, que não adotou o princípio dos senhores: vencer ou morrer. Ele aceitou a vida concedida pelo outro. Depende portanto desse outro. Preferiu a escravidão à morte e, por isso, ao permanecer vivo, vive como escravo. [É por isso que o escravo, quando não arriscou sua vida – que é, obviamente, a vida morta – não se eleva, não transcende o ser dado].

Disso retira-se que

O senhor se relaciona mediatamente com o escravo por meio do ser independente, pois justamente ali o escravo está retido, essa é sua cadeia, da qual não podia abstrair-se na luta, e por isso se mostrou dependente, por ter sua independência na coisidade. O senhor, porém, é a potência sobre esse ser, pois mostrou na luta que tal ser só vale para ele como um negativo. O senhor é a potência que está por cima desse ser; ora esse ser é a potência que está sobre o Outro; logo o senhor tem esse Outro por baixo de si: é este o silogismo de dominação (HEGEL, 2008, p. 147-148).

A partir disso, para a autora, tomando por base a leitura de Hegel (2008), pode-se dizer que os sujeitos que permanecem na vida morta puxam para esta vida aquele sujeito que deseja elevar-se de tal. Como os sujeitos ainda estão presos à sua crença, ao seu preconceito, não conseguem se libertar de si mesmos, desta sua vida morta, e tornam-se escravos. Afirma-se isso porque

A relação entre senhor e escravo não é portanto um reconhecimento propriamente dito [...] [pois] o senhor é reconhecido em sua realidade e sua dignidade humanas. Mas esse reconhecimento é unilateral, porque ele não reconhece a realidade e a dignidade humanas do escravo. Logo, ele é reconhecido por alguém que ele não reconhece. O senhor lutou e arriscou a vida pelo reconhecimento, mas só obteve um reconhecimento sem valor para si. Porque ele só pode ficar satisfeito com o reconhecimento por parte de quem ele reconhece como alguém digno de o reconhecer (KOJÈVE, 2002, p. 23).

Portanto, os sujeitos são escravos por dois motivos: primeiro, porque não conseguem deixar que sua vida morta desvaneça de sua alma – são escravos de si mesmos e para si mesmos, construíram sua própria prisão e dela têm a chave, mas não sabem; segundo, porque, ao estarem presos em sua vida morta, apegam-se à sua crença e ao seu preconceito e projetam-nos sobre o outro sujeito da relação, fazendo deste seu escravo. Nesse caso, cada sujeito é visto como o senhor da relação. Ocorre que, se observar esses mesmos sujeitos,

também se percebem dois outros momentos. Um deles ocorre quando cada sujeito é atingido pela crença e preconceito do outro: nesse caso, o sujeito atingido não possui, dentro de si, a vida morta que o outro possui. Por tais motivos, aquele sujeito (o primeiro) é senhor de sua alma, pois tem a vida viva dentro de si – fato esse que o difere do primeiro sujeito. Entretanto, mesmo que cada sujeito experimente o senhorio e a escravidão, nenhum é livre, pois eles têm, dentro de si próprios, a vida morta; ainda está presente, em seu interior, sua crença e seu preconceito. Mas, para que os sujeitos evoluam, necessitam passar pelo processo de se suprasumirem. Desse modo,

Para que isso aconteça, o escravo deve deixar de ser escravo: ele tem de transcender-se, de suprimir-se como escravo. [...] Nele, nada é fixo. Está aberto à mudança; em seu Ser ele é mudança, transcendência, transformação, educação; ele é devir [...] desde a sua origem, em sua essência, em sua própria existência. [...] Quer transcender-se por negação de seu estado dado. [...] Tem um ideal positivo a atingir: o ideal da autonomia (KOJÈVE, 2002, p. 25).

Diante do exposto, e a partir da leitura realizada da Fenomenologia do Espírito e de Kojève (2002), tem-se que os sujeitos, enquanto escravos, somente transcendem, suprasumem sua natureza dada (sua crença e seu preconceito sensíveis) por meio do trabalho em sua própria alma, sua própria interioridade. Ou seja, os sujeitos somente podem ser livres se souberem trabalhar, moldar a sua vida morta, visando uma vida viva. Disso se conclui que,

Quando, pelo trabalho, [o sujeito] se torna senhor da natureza, o escravo liberta-se de sua própria natureza, do instinto que o ligava à natureza e que fazia dele o escravo do senhor. Ao libertar o escravo da natureza, o trabalho também o liberta de si próprio, de sua natureza de escravo: liberta-o do senhor (KOJÈVE, 2002, p. 26).

Ao trabalhar sua alma, livrando-se de sua crença e seu preconceito sensíveis, os sujeitos transformam o mundo e, ao mesmo tempo, se transformam. Por causa dessa transformação, da negação do dado, da vida morta, pode-se dizer que a consciência-de-si dos sujeitos precisa buscar o conceito, ou seja, encontrar a liberdade, reconhecer uma a outra em suas diferenças e afastar de si suas crenças e preconceitos<sup>12</sup>. Quando os sujeitos transformam a si mesmos mediante o trabalho de modificar sua alma, conseguem obter algum reconhecimento. Quem trabalha a sua interioridade para afastar de si suas crenças e seus preconceitos sensíveis, reconhece a si mesmo e a realidade em que está inserido. Para alcançar este objetivo, a consciência-de-si (de ambos os sujeitos) tem de ser “o intuir de uma

<sup>12</sup> Pelo conflito exposto na dialética do senhor e do escravo é que aparece a consciência-de-si.

consciência-de-si numa outra; e ela mesma é ambas, e a unidade de ambas é também, para ela a essência” (HEGEL, 2008, p. 159). Entretanto, para que isso ocorra, a consciência, “como consciência da imutabilidade ou da essência simples, deve, ao mesmo tempo proceder a libertar-se do inessencial, quer dizer, libertar-se de si mesma” (HEGEL, 2008, p. 159), isto é, libertar-se de si mesma nada mais é que aceitar a mudança, aceitar a morte que suprassume, dentro de si própria, a vida morta. É o saber deixar, o saber morrer e reviver para uma vida viva, para que, quando esta tornar-se morta, seja também suprassumida, mas conservada, e que dela, através da morte, surja uma nova vida que seja viva. Daí se afirmar que, nesse caso, “não é a vida que se atemoriza ante a morte e se conserva intacta da devastação, mas sim que a vida que suporta a morte e nela se conserva” (MENESES, 2006, p. 101).

Quando isso ocorre, a consciência-de-si alcança a razão. Fala-se em razão porque ela é capaz de se perceber, ter conhecimento de sua mudança, posto que também consegue, a partir dela, ver-se em uma outra consciência-de-si. Assim, a consciência-de-si de cada sujeito, que via a outra como algo desigual a si, passa a vê-la como algo vivo. A consciência-de-si não se preocupava com a outra, mas somente consigo mesma. Passada essa fase, a consciência-de-si, ao se colocar no lugar do outro, também percebe a si própria como um outro. Dessa maneira, através da razão, a consciência-de-si pode se colocar em seu lugar e dizer que

Eu sou Eu, no sentido de que o Eu para mim é objeto. Não no sentido de objeto da consciência-de-si em geral – que seria apenas um objeto vazio em geral; nem de objeto da consciência-de-si livre - , que seria somente um objeto retirado dos outros; que ainda são válidos ao lado dele; mas sim no sentido de que o Eu é objeto, com a consciência do não-ser de qualquer outro objeto: é o objeto único, é toda a realidade e presença (HEGEL, 2008, p. 173).

A consciência-de-si se percebe como uma outra, também, da relação a qual pertence. Entretanto, ela não é qualquer outra consciência-de-si. É uma consciência que, interagindo com o ser que ela observou e experienciou anteriormente, mostra-lhe a realidade como ela é. Desta maneira, a consciência-de-si vem a perceber a realidade pela primeira vez, porque, até então, ela “não entendia o mundo: [só] o desejava e trabalhava. Retirava-se dele [recolhendo-se] a si mesma, e o abolia para si, e a si mesma [abolia] como consciência: como consciência desse mundo enquanto essência e também como consciência da nulidade dele” (HEGEL, 2008, p. 173).

Portanto, a consciência-de-si, enquanto consciência, preferia se retirar do mundo onde estava, pois custava, era dolorido para ela ver-se como um outro e entender que o seu oposto

(o outro sujeito) também era consciência-de-si assim como ela. Vivia apenas uma vida morta dentro de algo extremamente fechado, sem qualquer abertura. Em seu entendimento, protegia-se da dor, da morte. Entretanto, quanto mais fazia isso, mais vida morta encontrava dentro de si mesma. Como não percebia isso, ela se recolhia para dentro de si mesma e assim ficava. Isso ocorre para os sujeitos que não experimentam a morte de sua vida morta. Portanto, esses sujeitos, “permanece[m], pois, solidário[s] com o mundo dado. Poder[ão], no máximo, querer reformá-lo, isto é, mudar-lhe os detalhes, fazer transformações específicas sem modificar-lhe o caráter essencial” (KOJÈVE, 2002, p. 30). Verifica-se que os sujeitos que assim procedem diante da crença e do preconceito sensíveis permanecem na vida morta, relacionados à ilusão, visto que, se a mudança não ocorre na alma, na essência dos sujeitos, eles continuam presos à vida morta e, enquanto tiverem uma vida biológica (pois a vida da alma não existe), “nunca atinge[m] a liberdade que o[s] elevaria acima do mundo dado [para uma vida viva, onde a crença, o preconceito sensíveis ficam suprassumidos]” (KOJÈVE, 2002, p. 31).

Porém, quando os sujeitos se colocam um no lugar do outro e passam a perceber a si mesmos como um outro também, a consciência-de-si alcança a razão, alcança a verdade única que Hegel (2008) menciona. Essa verdade única envolve o (re)conhecer-se no outro, afinal esse (re)conhecer-se é justamente possuir a coragem, abrir-se para a morte, pois, mesmo que a mudança traga dor, é preciso enfrentá-la. Os sujeitos necessitam mudar seu interior, deixar sua vida morta de lado e seguir adiante, em um movimento de evolução dentro de si mesmos, para si mesmos e também para o outro. Assim, a consciência-de-si que possui a razão faz esta apelar

Para a consciência-de-si de cada consciência: Eu sou Eu; o Eu é meu objeto e minha essência, e nenhuma lhe negará essa verdade. Porém, ao fundar a verdade sobre esse apelo, sanciona a verdade da outra certeza, a saber: há para mim [um] Outro; [um] Outro que Eu é para mim objeto e essência, sou isso apenas enquanto Eu me retiro do Outro, em geral, e tomo lugar ao lado dele como uma efetividade. Somente quando a razão surge como reflexão a partir dessa certeza oposta é que surge sua afirmação de si, não mais apenas como certeza e asserção, mas como verdade; e não ao lado de outras verdades, mas como a única verdade (HEGEL, 2008, p. 174-175).

Entretanto, mesmo os sujeitos reconhecendo que cada um possui sua essência particular que pode ser diversa do outro, eles fazem isso somente enquanto são capazes de ir até o outro, colocar-se em seu lugar e retornar para si mesmos. Isto é, sem passar por esse processo, cada sujeito parece não ser capaz de reconhecer que também é um outro diante

daquele que considera como o outro de si mesmo. Essa ideia, Hegel (2008, p. 175) reconhece ao afirmar que

A consciência vai determinar sua relação ao ser-outro ou a seu objeto, de maneiras diversas, conforme a etapa, em que ela se encontra, do espírito do mundo que-se torna-consciente de si. O modo como o espírito do mundo em cada caso imediatamente encontra e determina a si mesmo e a seu objeto – ou como ele é para si – isso depende do que já veio-a-ser, ou do que já é em-si.

A partir dessa citação, pode-se perceber que, embora cada sujeito tenha uma consciência-de-si própria, ainda não conseguiu alcançar a etapa última do desenvolvimento do seu espírito. Assim, para a autora, os sujeitos estão presos à sua vida morta. Embora já tenham passado por um processo de morrer, de deixar de lado a vida que não era viva (vida morta), eles ainda tentam se prender àquele momento de quietude e falsa tranquilidade que, dentro de sua pobre certeza, proveniente da sensibilidade, haviam criado para si e tentavam impor um ao outro. Porém, os sujeitos somente fazem isso porque o ato de saírem de si mesmos, de saírem de sua sombra, da proteção que consideram melhor para si – mas que, em verdade, nada é, pois os próprios sujeitos fazem de si um nada, sem existência –, implica dor. Tomar consciência e alcançar a consciência sobre si mesmos implica um ato de coragem, para suportar um pequeno sofrimento. Como consequência, isso significa reconhecer, em si mesmo, a morte de sua vida morta, ou seja, é reconhecer que a mudança, a transformação da crença, do preconceito, é necessária porque, assim, os sujeitos transformam sua alma. Portanto, ter a consciência de que necessitam morrer, bem como em quais aspectos de seu ser os sujeitos precisam aceitar a morte como sua própria transformação, também implica o reconhecer do outro. Isto é, os sujeitos somente conseguem se reconhecer e reconhecer um no outro se souberem morrer. Isso causa, obviamente, nos sujeitos, dor e sofrimento. Por isso, muitos preferem permanecer naquele nada, naquela certeza sensível, e tornam-se nada. Para que isso não ocorra e a morte possa, mais uma vez, adentrar na vida morta dos sujeitos a fim de que eles venham a viver e ser livres realmente, é preciso que a consciência-de-si avance no desenvolvimento de seu espírito. Assim, a consciência-de-si de cada sujeito necessita adquirir a certeza de que a consciência-de-si do outro é, também, ela mesma. Assim, tendo ela razão, poderá “partir” para conhecer a verdade. No entendimento de Hegel (2008), isso quer dizer que

Essa consciência, para a qual o ser tem a significação do seu, nós a vemos agora adentrar-se de novo no ‘visar’ e no perceber: mas não como na certeza de um que apenas é Outro, e sim com a certeza de ser esse Outro mesmo. Antes, só tinha

acontecido perceber e experimentar vários aspectos na coisa; mas agora é a consciência que faz suas próprias observações e a experiência mesma. A razão, pois, parte para conhecer a verdade; para encontrar como conceito o que era uma coisa para o 'visar' e o perceber. (HEGEL, 2008, p. 179).

Agora, cabe mostrar como a consciência-de-si, que não deixa de ser uma consciência, busca a verdade para poder desenvolver e, posteriormente, reconhecer a si mesma e ao Outro. Para que os sujeitos possam alcançar esse estágio de desenvolvimento eles precisam saber que “o que deve ser conhecido não é o inessencial das coisas, mas aquilo através do qual as próprias coisas se arrancam da continuidade universal do ser em geral, se separam do Outro e são para si” (HEGEL, 2008, p. 183). Assim, o que é necessário conhecer para, posteriormente, reconhecer e avançar para a liberdade de si e do outro é a essência do outro, isto é, aquilo que pode diferenciar, ser diversificado e que é relevante no mesmo momento para os sujeitos. Isso quer dizer que, para a autora, os sujeitos somente conseguem sair de sua vida morta se forem capazes de possuir uma consciência sobre si mesmos, consciência de que vivem em uma vida morta, e conhecer o que, dentro de si mesmos, faz com que tenham uma vida morta para, a partir disso, saberem a mudança que necessitam realizar para viverem, serem livres e também fazerem com que o outro seja livre. Tendo essa compreensão, a consciência-de-si dos sujeitos possui razão, tem a consciência de que “atingiu em seus sistemas essa unidade na qual os próprios objetos da razão são de tal modo constituídos que tem neles uma essencialidade, ou um ser-para-si; e não apenas o acidente deste momento ou deste lugar” (HEGEL, 2008, p. 183).

Para que a consciência de cada sujeito alcance o objetivo desejado, que é morrer, deixar sua vida morta mas de alguma maneira conservar essa etapa para dela sempre lembrar quando necessário, para seguir adiante no reconhecimento do outro e ser livre, é necessário que ela vá “em busca da lei e do seu conceito” (HEGEL, 2008, p. 185). Entretanto, para a consciência dos sujeitos, lei e conceito têm significados diferentes, mas, enquanto a consciência não se separar totalmente da experiência, o conceito se misturará com a lei, posto que esta (a lei) “tem verdade para a consciência” (HEGEL, 2008, p. 186). Ou seja:

A consciência tem [...] na experiência o ser da lei, mas tem igualmente a lei como conceito; e é somente por motivo das duas circunstâncias conjuntamente que a lei é verdadeira para a consciência: vale como lei para ela porque se apresenta no fenômeno, e porque ao mesmo tempo é, em si mesma conceito (HEGEL, 2008, p. 186).



Desta forma, os sujeitos, quando observam, experienciam um ao outro, apreendem dados de cada um e, ao fazerem isso, não realizam diferença entre lei e conceito. Os sujeitos visam, percebem um ao outro e o tomam como verdadeiro, formulando uma lei para si que cada um acredita ser a mais verdadeira acerca do outro. Quando fazem isso, essa lei é o seu conceito. Isso pode ser verificado nas palavras de Hegel (2008, p. 186-187) da seguinte maneira:

A lei é ao mesmo tempo, em si, conceito, o instinto da razão necessariamente, mas sem saber que é isso que quer, procede a purificar, em direção ao conceito, a lei e seus momentos. Organiza-se experimentos a respeito da lei. A lei, logo que aparece, apresenta-se impura, envolta no ser sensível singular; e o conceito, que constitui a natureza da lei, submerso na matéria empírica.

Isso parece indicar que, como o conceito, neste caso, é a natureza da lei, e esta os sujeitos organizam de acordo com a experiência tida, eles formulam um conceito a partir dessa lei que, para eles, é verdadeira. Assim, o conceito formulado pode ser uma crença e um preconceito sensível, posto que provém da matéria sensível, experimentada por eles, a qual consideram, e neste momento enganam-se, ser a mais pura verdade. Em outras palavras, pode-se dizer que os sujeitos, mesmo que já caminhem para o conhecimento de si mesmos, daquilo que precisam modificar em seu interior, em sua alma, ainda estão imersos em sua crença, seu preconceito, em sua vida morta, já que não conseguem esvaziar sua alma daquilo que lhes prejudica (a crença, o preconceito sensível). Sabem eles que precisam seguir adiante como um ser modificado pela razão que possuem.

Entretanto, como os sujeitos, nesta etapa de seu desenvolvimento, já são dotados de um pouco de razão, sendo capazes de se colocar um no lugar do outro, suprassumir seu estado anterior e, ao mesmo momento, conservá-lo, torna-se mais fácil a busca pelo conceito. Cada sujeito, perante o outro, é como um impulsor para este, pois, através de sua diferença, podem se ajudar mutuamente a chegar ao conceito. Conceito este que nada mais é do que o conhecimento de como sair, emergir de sua vida morta, ressurgir para uma nova etapa do conhecimento e reconhecimento de si e do outro. É nesse momento que os sujeitos podem lançar mão dos conceitos de orgânico e inorgânico. O primeiro, para Hegel (2008), é aquele que faz seu conceito, quando não necessita mais se colocar no lugar do outro. O segundo (inorgânico) ainda necessita do outro para atingir o conceito, posto que “tem a determinidade como sua essência, e por esse motivo só juntos com outra coisa constitui a plenitude dos momentos do conceito” (HEGEL, 2008, p. 188). Esse ser, portanto, para Hegel (2008), ainda

está preso na lei, pois ela revela “de imediato uma pobreza que não corresponde à múltipla variedade orgânica” (HEGEL, 2008, p. 189). Em outras palavras, os sujeitos, por ainda estarem ligados à sua vida morta, sem morrê-la definitivamente, não conseguem aceitar como igual o ser que é oposto a eles, não se colocam no lugar deste outro. Somente nesse momento é que a morte (aquela morte transformadora, que impulsiona os sujeitos a uma mudança dentro de si próprios) não é vista como algo que ocasiona uma transformação. Ela “não é entendida aqui como movimento do processo, mas como unidade inerte ou ser para si simples, ela antes se manifesta como aquilo pelo qual a coisa resiste ao processo e se mantém em si e como indiferente ao mesmo tempo” (HEGEL, 2008, p. 208).

De outro modo, pode-se dizer que os sujeitos, por não terem conhecimento daquilo que faz seu ser uma vida morta, ficam presos em si mesmos e negam um ao outro, desprezam-se mutuamente, pois cada um vê o outro como alguém que deseja roubar a liberdade de si; porém, nesse momento, tudo o que os sujeitos têm dentro de si é apenas uma vida que não vive e que não é livre. Como os sujeitos encontram-se presos à lei, eles pensam que cada um, em relação ao outro, pode lhe retirar a liberdade, retirar aquilo que é e o que o constitui (sua crença, seu preconceito, seus hábitos e costumes, de acordo com Hegel (2008)). Assim, pode-se afirmar que

Os momentos constitutivos do conteúdo da lei são, de um lado, a própria individualidade, e, de outro, sua natureza inorgânica universal, ou seja, as circunstâncias, situações, hábitos, costumes, religião, etc; que são ‘achados’ e em função dos quais a individualidade determinada tem de ser concebida (HEGEL, 2008, p. 220).

Esta passagem parece levar à conclusão de que os sujeitos, como ainda não atingiram o conceito, apegam-se aos costumes, aos hábitos da sociedade que são tidos como “corretos” e, a partir dali, tentam se moldar e moldar os outros que o rodeiam se estes não estiverem de acordo com o costume que pensam estar correto. Entretanto, os sujeitos não podem permanecer na vida morta, pois seria o seu próprio retrocesso. É necessário que eles sigam adiante no reconhecer do outro. Para isso, para a autora, mesmo que possam ter suprassumido sua vida morta, esse ato é entre eles e para eles. Dessa forma, embora se transformem,

Sua transformação permanece íntima, puramente subjetiva, revelada só a ele, muda, não se comunicando aos outros. E essa transformação interna o põe em desacordo com o mundo que não mudou, e com os outros que se identificaram com esse mundo não mudado (KOJÈVE, 2002, p. 30).

Conforme exposto, os sujeitos, quando possuem consciência-de-si, alcançam uma primeira etapa do reconhecimento. No entanto, para a autora, esse reconhecimento é entre os sujeitos, isto é, em sua relação, e, por tal motivo, eles ainda não conseguem se expor diante do mundo, da sociedade, para serem reconhecidos. É por isso que no próximo capítulo será mostrado como os sujeitos que possuem uma vida viva dentro de si precisam se confrontar com os outros sujeitos que, mesmo possuindo uma vida morta dentro de si, estão inseridos no mundo, na sociedade. Portanto, o próximo nível de reconhecimento precisa ocorrer no mundo, na sociedade onde os sujeitos se encontram.



## **2 SER RECONHECIDO NO MUNDO: DO SUPRASSUMIR DE SUA VIDA MORTA À ELEVAÇÃO DE SUA VIDA VIVA**

Este capítulo tem por objetivo expor como que os sujeitos, enquanto seres individuais mas reconhecidos entre si, quando lançam-se ao mundo (também tomado como sociedade), conseguem fazer com que a morte transformadora adentre nesse mundo para suprassumir a sua vida morta. Para isso, os sujeitos começam a agir, a se expressar, transformando esse mundo dado. Ocorre que, nesse agir dos sujeitos no mundo, este se divide e se aliena para, posteriormente, retornar para si. Desse modo, a morte transformadora adentra no mundo, trazendo consigo a vida viva e livre, e, assim, os sujeitos são reconhecidos no mundo e este neles.

### **2.1 O início da ação no mundo: afastando-o da vida morta**

Conforme colocado ao final do primeiro capítulo, os sujeitos que conseguiram afastar de si sua vida morta são reconhecidos um pelo outro. Esse reconhecimento é entre eles e para eles, posto que não se confrontaram com o mundo que, nesse momento, possui a vida morta em seu interior, pois não consegue suprassumir sua crença e seu preconceito sensíveis. Assim, se os sujeitos não expuseram sua vida viva para o mundo, permanecerão imersos na vida morta, pois serão “aniquilado[s] pela realidade objetiva natural e social” (KOJÈVE, 2002, p. 30). Pelo fato de os sujeitos terem uma vida viva dentro de si, eles não retornam à sua vida morta, apenas conservam entre si essa etapa alcançada. Entretanto, nela não mais se baseiam, nem a necessitam, pois têm dentro de si e para si mesmos a morte que é transformadora, que é capaz de ocasionar mudanças no ser dos outros sujeitos que estão no mundo, na sociedade, fazendo com que eles caminhem para uma vida viva e livre. Disso se conclui, portanto, que, essa vida viva e de liberdade está somente na relação individual entre os sujeitos e não é para o mundo. Ao se olhar para a interioridade dos sujeitos, a vida morta que havia neles agora se joga no mundo e é transformada para este, isto é, a mesma vida morta que os sujeitos possuíam dentro de si há, agora, no mundo. De outro modo, pode-se dizer que, mesmo que os sujeitos tenham optado por sair de si, de sua vida morta, libertar-se daquela crença, daquele preconceito que os prejudicava, agora eles deparam-se, quando encontram a si mesmos, com a morte dos outros, a morte do mundo. E, nesse sentido, Labarrière (1985, p. 156), afirma que “el debate que se inicia sobre estas nuevas bases sigue siendo el de la consciencia y el

mundo”<sup>13</sup>. Portanto, para a autora, o mundo parece ter morrido, mas, assim como os sujeitos, apenas está imerso na sua vida morta. Os sujeitos apenas sabem, para si mesmos, que saíram de sua vida morta. Entretanto, mesmo tendo conseguido livrar-se de sua crença, daquilo que lhes prejudicava, tirava-lhes a liberdade, agora deparam-se com a vida morta do mundo; os sujeitos não se reconhecem no mundo, e este está fora dos sujeitos. O mundo, que também pode ser a sociedade, não corresponde, agora, à vida dos sujeitos. O mundo não lhe permite a liberdade, a vida viva. Com isso, os sujeitos, diante do mundo, permanecem presos. Eles não são livres nem colaboram para fazer a sociedade livre.

Há, nesse momento, para os sujeitos, duas possibilidades. A primeira é de permanecerem em si e para si mesmos. Nesse caso, os sujeitos escondem-se de si mesmos e do mundo, e a vida morta do mundo adentra no coração dos sujeitos, sua alma, e os fecha em sua própria prisão. Sendo assim, os sujeitos, com o passar do tempo, transformam-se em nada e padecem na própria vida morta que continuam levando se não souberem morrer no sentido de deixarem de ser para virem a ser novamente. A segunda possibilidade é, justamente, o contrário da primeira e, portanto, aquela que faz com que os sujeitos tenham a coragem de seguir adiante. Essa possibilidade é aquela que torna os sujeitos eles mesmos perante o mundo, a sociedade. De tal possibilidade, retira-se que os sujeitos, para viverem realmente, serem livres e deixarem o outro livre e vivo, precisam afastar de si a vida morta que adentrou na sociedade, o mundo. Em verdade, seria o supracumir da crença, do preconceito sensível do mundo. Nas palavras de Hyppolite (1999, p. 86), “o mundo lhe parece como estranho, [...] [os sujeitos] se deparam com uma dura necessidade, não se reconhece a si mesmo naquilo que lhe acontece”. Nesse sentido, pode-se dizer que, se os sujeitos agirem, conseguem transformar o mundo dado da mesma maneira que conseguiram supracumir sua vida morta, bem como conseguem transformar a si próprios. Disso, pode-se entender que,

Vivendo nesse mundo [...] [os sujeitos percebem que] a ideia que tem de si mesmos, [...] difere de sua realidade no mundo. Ele[s] age[m] para transformar ainda o mundo dado a fim de torná-lo conforme a ele[s], [...] [sujeitos de vida viva]. E o jogo continua necessariamente, enquanto [...] [os sujeitos] não constatar[em] um perfeito acordo entre ele[s] e o mundo (KOJÈVE, 2002, p. 378).

Por isso, quando os sujeitos são conscientes-de-si é que irão agir sobre o (no) mundo. Entretanto, para isso, e como já foi demonstrado, os sujeitos precisam transformar a si

---

<sup>13</sup> Tradução: “O debate que se inicia sobre as novas bases segue sendo o da consciência e o mundo.”

mesmos, pois quem assim não age até pode possuir consciência-de-si próprio, mas nunca será alguém vivo externamente a si. Porém, eles necessitam olhar para o mundo de modo que compreendam sua alma e retirem-lhe de sua vida morta para que possam ser e permanecer vivos (em uma vida viva) além de livres. Tendo essa compreensão é que os sujeitos vão querer “ser reconhecido[s] por aqueles que julga dignos de o[s] reconhecerem” (KOJÈVE, 2002, p.90). A sociedade que prende, que oprime através de sua crença e seu preconceito sensíveis, ou mesmo impõe tais para aqueles que desejam viver, não é livre realmente, afinal vive apenas em sua vida morta. É por isso que, nesse momento,

Uma figura humana universal, ou, ao menos, a figura universal [...] de um povo, como antes [se notaram] a mesma cultura e os mesmos costumes universais. A isso se juntam as circunstâncias particulares e a situação dentro da efetividade universal: aqui essa efetividade particular está como a formação particular de figura do indivíduo (HEGEL, 2008, p. 222-223).

A partir dessa citação, para a autora, pode-se perceber que, mesmo dentro de um povo, de uma cultura, uma sociedade e, até mesmo, do mundo, há sujeitos que já conseguiram (re)conhecer a si mesmos, saber o que os leva a viver dentro de uma vida morta e, como consequência, conseguiram emergir desta, conseguiram morrer, suprasumir sua vida morta, aceitar a morte transformadora dentro de si mesmos. Os sujeitos, um em relação ao outro, conseguiram reconhecer aquilo que difere o outro de si e sabem que, por estarem vivos (terem uma vida viva), conseguem mantê-la dentro de si próprios do mesmo modo que conseguem manter a morte transformadora em si mesmos.

É por isso que, no que se refere ao mundo, a morte, enquanto força modificadora, necessita ir além do interior dos sujeitos. Necessita adentrar no interior do mundo, de uma sociedade. Portanto, o que se coloca, neste momento, é a vida viva dos sujeitos perante a sociedade, o mundo que ainda mantém uma vida morta, imersa na crença, no preconceito sensível. Diante disso, os sujeitos irão agir, afinal, por estarem no mundo, têm a capacidade de modificá-lo. Porém, embora se acredite que o mundo está no interior dos sujeitos, ele não está, afinal a vida que é viva sempre sabe o momento de morrer e reviver. Por tais motivos, os sujeitos, tendo consciência de si mesmos, consciência de sua vida viva, se exprimirão para o mundo. Nas palavras de Hegel (2008, p. 227), os sujeitos “se exprimirão *mais* amplamente saindo para o exterior em sua efetividade no mundo”. Nesse sentido, traz-se as palavras de Kojève (2002, p. 90-91), pois os sujeitos, o cidadão, para o referido filósofo,

Compreende que [...] [o mundo, a sociedade, não está dado], que é o resultado de sua ação como cidadão. Para compreender isso, ele terá de negar a sociedade [...] e transformá-la em sociedade nova. Então: aceitação da sociedade pelo cidadão [...], isto é, aceitação consciente, com pleno conhecimento de causa: essa aceitação do dado é mediatizada pela ação negadora, que criou esse dado.

Assim, para a autora, quando os sujeitos têm consciência de sua vida viva, eles “não fica[m] mudo[s] em seu agir exterior, ou em relação a ele; pois esse agir é ao mesmo tempo refletido sobre si” (HEGEL, 2008, p. 227). Para a autora, portanto, os sujeitos “deve[m] agir realmente, no mundo e para a sociedade. Deve[m] realizar algo de trans-individual, de universal, de trans-subjetivo. Só então [...] [os sujeitos] pode[m] viver como [...] [sujeito] e ficar satisfeito” (KOJÈVE, 2002, p. 67). Os sujeitos não irão deixar de agir conforme as suas convicções que, agora, para eles e entre eles, são convicções de uma vida viva e livre; já conseguiram ter uma consciência sobre si mesmos, e essa consciência permite que eles vivam realmente sua vida. O que, portanto, os sujeitos exteriorizam para o mundo é a sua vida viva e o quanto foram capazes de afastar de si sua vida morta, mesmo que o mundo esteja imerso na vida morta, na crença e no preconceito sensível. Entretanto, esse agir exterior dos sujeitos “é a presença sensível imediata do espírito individual. A interioridade, que deve ser a verdadeira, é a peculiaridade da intenção e a singularidade do ser-para-si” (HEGEL, 2008, p. 229). Em outras palavras, pode-se dizer que, mesmo que os sujeitos, dentro de si, tenham uma vida viva, o outro de cada um, a partir desse momento, não é mais um deles em relação ao outro. O outro dos sujeitos é o mundo, a própria sociedade. O mundo permanece mergulhado na vida morta que criou para si. Assim como os sujeitos que possuíam a capacidade de emergir de sua vida morta, o mesmo ocorre com o mundo. Somente o próprio mundo tem a capacidade de supracumir sua vida morta, mas, ao mesmo tempo, conservá-la como algo ultrapassado e elevar-se a partir dela quando aceita a morte, a mudança dentro de si. Ocorre que, para fazer isso, é preciso que aqueles sujeitos que, mesmo de uma maneira imediata, têm a vida viva dentro de si sejam capazes de agir; caso contrário, sempre serão uma vida morta, mesmo que dentro de si haja vida viva. O sujeito que não vive na vida morta e expõe isso é, por vezes, criticado, pois critica, e com razão, a crença e o preconceito sensível do mundo, da sociedade onde vive. Entretanto, Kojève (2002) é claro ao aduzir, no que tange à ação dos sujeitos no mundo, que, se “o indivíduo a realiza, transformando a sociedade que ele critica, ele se transforma e, [sua ideia de criticidade, deixa de ser tal, pois] agora ela corresponde à realidade” (KOJÈVE, 2002, p. 84). Nesse sentido, pode-se dizer que



O verdadeiro ser [...] [dos sujeitos] é, antes, seu ato; nele a individualidade é efetiva e é ela que suprassume o “visado” em seus dois lados. Primeiro, suprassume o “visado” como ser corporal em repouso, pois a individualidade, antes, se apresenta na ação como essência negativa que apenas é enquanto suprassume o ser. Em seguida, o ato suprassume a inexprimibilidade consciente-de-si, que no “visar” é uma individualidade infinitamente determinada e determinável. No ato consumado, essa falsa infinitude é aniquilada. O ato é algo simplesmente determinado, um universal, algo a ser apreendido em sua abstração [...]. Pode-se dizer do ato que ele é. [...] O ato é isto, [...] [os sujeitos individuais] é o que o ato é. Na simplicidade desse ser [...] [os sujeitos] para os outros [...] [sujeitos] uma essência universal essente, e deixa de ser algo apenas “visado”. No ato, sem dúvida, [...] [os sujeitos] não est[ão] posto[s] como espírito (HEGEL, 2008, p. 231).

Mesmo que, neste momento, os sujeitos não estejam postos como espírito, ou seja, para a autora, os sujeitos ainda não possuem uma razão. Há um início do espírito, uma ideia dele. Assim, para que os sujeitos possam começar a agir, para que a vida morta se desvaneça do mundo e para que aqueles possam encontrar o conceito, é preciso que o mundo abandone a razão observadora, isto é, a experiência, o visar do outro, e realizar uma reviravolta sobre si mesmo, afinal, “com efeito, só o que é totalmente mau tem em si a necessidade imediata de se converter” (HEGEL, 2008, p. 244) e, para que isso ocorra, no entendimento da autora, os sujeitos têm de transferir para além de si a essência que faz deles maus. . Isto é, para a autora, no momento em que os sujeitos agem, conseguem fazer com que a morte transformadora avance sobre a vida morta do mundo, e este precisa esvaziar-se, libertar-se daquilo que lhe mantém preso à essência negativa, àquela vida morta. Daí se dizer que, a partir de agora, “o mundo tem um interesse para [...] [com os sujeitos]; este[s] sabe[m] que pode[m] agir no mundo, e para o mundo” (KOJÈVE, 2002, p. 77). Tal ideia também é encontrada em Bourgeois (2004, p. 9) quando compreende que os sujeitos, diante da ideia de Espírito, necessitam “agir sobre si [...]. [Os sujeitos realizam] a auto-atividade ou a liberdade. [...] [Ocorre que,] essa auto-atividade [é] para ele mesmo [ou seja, para os sujeitos]”. Entretanto, isso somente pode ser feito se os sujeitos saírem, mais uma vez, de si mesmos, elevarem-se para além de si, posto que conseguem, nesse momento, suprassumir a etapa do reconhecimento que haviam realizado. Eles a conservam, mas elevam-se para principiar uma nova etapa, que se refere ao adentramento da morte transformadora no mundo. Nesse sentido, para a autora, a morte penetra na vida morta do mundo para que este possa viver uma vida viva e de liberdade, longe de suas crenças e preconceitos sensíveis. Desta forma, os sujeitos precisam se extrusar de si mesmos, pois “se possibilita um ser-aí superior, no qual vai poder recuperar seu [...] [ser outro]. Um ser-aí mais elevado do que teria, caso houvesse permanecido dentro da imediatez do ser” (HEGEL, 2008, p. 244). Porém, esse

desenvolvimento da razão somente pode ocorrer “quanto maior é [for] a oposição da qual retorna a si mesmo” (HEGEL, 2008, p. 244). Isto é, para a autora, quanto mais os sujeitos saírem de si mesmos e olharem seu interior como se fossem o outro de si mesmos, mais terão capacidade de perceber a vida morta do mundo e, desse modo, mais perceberão onde o mundo necessita morrer para reviver.

Desse modo, essa percepção dos sujeitos é transferida para o mundo, e este começa a morrer e deixar surgir a vida viva e livre dentro de si. Além disso, há a percepção de que “de agora em diante, sua própria essência [dos sujeitos] é seu [...] [outro]” (HEGEL, 2008, p. 245). Quando os sujeitos – juntamente com o mundo, pois estão interligados em uma relação ética para a própria libertação de suas crenças e preconceitos – passam por esse movimento de sair de si, perceber-se como o outro, ir até o outro e retornar para si, conseguem perceber sua própria interioridade falecida; o que é mais importante, notam e veem a vida viva que surge quando a morte chega. Assim, é somente desse modo que os sujeitos têm capacidade de reconhecer sua vida morta, ter consciência de si mesmos, consciência sobre sua vida morta sem olvidar a mudança que necessitam passar dentro de si mesmos e, ainda, ter consciência da vida viva que surge com a morte e do quanto isso é relevante e necessário para si e para o outro, pois permite deixar de lado a crença, o preconceito sensível que há em sua alma, em seu interior.

Nesse sentido, pode-se dizer que a ação dos sujeitos “na e pela sociedade é o verdadeiro reconhecimento: o homem reconhece o outro homem como homem e é por ele reconhecido como tal” (KOJÈVE, 2002, p. 80). No mesmo sentido, Labarrière (1985, p. 157) aduz que “según Hegel lo originario es la génesis común del hombre y del mundo, el proceso de los hombres que se reconocen mutuamente en y por lo mundo”<sup>14</sup>. Do contrário, aqueles sujeitos que não participam da vida social, que permanecem com a vida viva somente para si, mesmo “que chega [cheguem] à ideia de liberdade [...] não luta[m], [...] não participa[m] da ação da sociedade, não luta nela, [nem] para ela” (KOJÈVE, 2002, p. 81). Daí se dizer que

O homem que não age é como se estivesse morto. E enquanto o homem for um não-cidadão, pessoa privada, particular, será sombra, isto é, um morto. Morrer [...] [lutando contra a vida morta – a crença e o preconceito sensível -] é próprio do cidadão; morrer [sem luta, tendo uma vida viva somente para si, não a externando é não ser cidadão]. A morte no primeiro caso é mediatizada pela consciência daquele

---

<sup>14</sup> Tradução: “Segundo Hegel, a origem comum do homem e do mundo, o processo de reconhecimento mútuo dos homens e do mundo.”

que arrisca a vida; a morte no segundo caso é mediatizada pela consciência dos outros [...] [pois não há consciência-de-si] (KOJÈVE, 2002, p. 97).

A luta ocorre porque já há o início do espírito (pelo menos uma ideia) e como a consciência-de-si retorna para si mesma.

O objeto a que ela se refere positivamente é uma consciência-de-si; um objeto que está na forma da coisidade, isto é, um objeto *independente*. No entanto, a consciência-de-si tem a certeza de que esse objeto independente não lhe é nada de estranho, pois sabe que por ele é reconhecida *em si*. Ela então é o *espírito*, que tem a certeza de ter sua unidade consigo mesmo na duplicação de sua consciência-de-si e na independência das duas consciências-de-si [daí resultantes]. Essa certeza agora tem de elevar-se à verdade, para a consciência-de-si: o que para ela vale como *sendo em si*, e em sua certeza interior, deve entrar na sua consciência e vir-a-ser *para ela* (HEGEL, 2008, p. 249).

Diante das ideias de Hegel (2008), a autora conclui que cada sujeito, ao passar pelo movimento de sair de si, ver-se a si mesmo no outro e, posteriormente, retornar para si, sabe que o outro não pode lhe ser estranho, pois sente que o reconhece e, ao fazer isso, há possibilidade de que os sujeitos, enquanto deixarem-se morrer para poderem reviver, suprasumam a vida morta e recomecem de um ponto mais alto do que se encontravam. Portanto, se, nesse momento, os sujeitos necessitam um do outro para perceberem sua própria vida morta, então eles já foram capazes de alcançar o conceito, “que já surgiu para *nós* – isto é, a consciência-de-si reconhecida, que tem em outra consciência-de-si livre a certeza de si mesma, e aí precisamente encontra sua verdade” (HEGEL, 2008, p. 250). Neste caso, como o reconhecimento já foi verificado no sentido de os sujeitos perceberem sua vida morta e não quererem impô-la um ao outro, fala-se em consciência universal. Esta somente existe quando a consciência de cada um dos sujeitos se liga uma com outra. Esse ligar-se, relacionar-se entre as consciências-de-si, é o ato de não aniquilação de um sujeito pelo outro. Ou seja, o mundo, a sociedade, já não pode aniquilar os sujeitos individuais que possuem, dentro de si, a vida viva. Assim, pode-se afirmar que os sujeitos, enquanto seres dotados de razão, dessa consciência-de-si mesmos,

Só est[ão] consciente[s] de si mesmo[s] como de um indivíduo, e enquanto tal deve[m] exigir e produzir sua efetividade em outro. Mas depois, ao elevar sua consciência à universalidade, torna-se razão *universal*, e o indivíduo é consciente de si como razão, como algo já reconhecido em si e para si, que unifica em sua pura consciência toda a consciência-de-si (HEGEL, 2008, p. 250).

Diante disso, é preciso esclarecer que, como os sujeitos<sup>15</sup> já são conscientes de si mesmos no sentido de terem conhecimento de que necessitam deixar de lado sua crença, seu preconceito sensível, por saberem que eles mesmos produziram sua vida morta, conseguem reconhecer o outro, pois precisam um do outro para viver, para sempre produzir a morte (que pode transformar a vida) dentro de si mesmos, para que esta sempre os transforme e os deixe viver e morrer novamente. Porém, isso somente acontece quando os sujeitos tomam consciência de si próprios, pois isso significa que “é preciso tomar consciência de seu dever [de mudança e transformação de seu interior, de sua alma]” (KOJÈVE, 2002, p. 290). Daí se conclui que “o homem [os sujeitos] se cria pela ação negadora do dado e, depois de cada etapa criadora, toma consciência do que criou, ou seja, do que ele é depois de ter se tornado [sempre realizando o movimento de deixar de ser para vir a ser e tomando consciência de cada etapa alcançada]” (KOJÈVE, 2002, p. 293). Quem aceita a morte transformadora em seu interior tem consciência-de-si e reconhece, inicialmente, que o outro também é um sujeito que merece reconhecimento, pois este não está morto, tem apenas uma vida morta dentro de si. Por ter em si a vida morta, tem capacidade de deixar que a morte leve de si sua vida morta, mas sempre conservando a etapa ultrapassada. Para argumentar essa ideia, traz-se Hegel (2008), pois, ainda fala no espírito interior. Isto é, o espírito ainda não alcançou o seu total desenvolvimento. Para isso, ele necessita entrar no “Reino da Eiticidade”, o que somente ocorre quando adere à consciência universal e a tem em si, sendo, portanto, capaz de buscar sua evolução, pois tem dentro de si e sabe para si mesmo que a morte, em verdade, apenas lhe traz vida viva. Assim, os sujeitos fazem com que a consciência-de-si, mesmo que particular, seja uma consciência de todos (de um povo, de uma sociedade, do mundo, por exemplo). Tendo por base o exposto, tem-se que o que os sujeitos procuram é o reconhecimento. Eles

Não se contenta[m] em atribuir a si mesmo[s] um valor. Quer[em] que esse valor particular seu, seja reconhecido por todos, universalmente. Em outras palavras: [os sujeitos somente podem] [...] estar verdadeiramente satisfeito[s] [...] na e pela formação de uma sociedade, [...] em que o valor estritamente particular, pessoal, individual de cada um seja reconhecido como tal, em sua particularidade, por todos, pela universalidade encarnada [...] [na sociedade, no mundo] como tal, e em que o valor universal [...] [da sociedade] seja reconhecido e realizado pelo particular como particular, por todos os particulares (KOJÈVE, 2002, p. 178).

---

<sup>15</sup> A partir desse momento da dissertação, quando se fala em sujeitos, tal palavra deve ser compreendida como sendo o mundo, a sociedade que mantém uma relação ética de reconhecimento com os indivíduos que estão nele(a) inseridos.

Desta maneira, é possível dizer que

Esse reino não é outra coisa que a absoluta *unidade* espiritual dos indivíduos em sua *efetividade* independente. É uma consciência-de-si universal em si, que é tão efetiva em uma outra consciência, que essa tem perfeita independência – ou seja, é uma coisa para ela. [Tão efetiva] que justamente nessa independência está cônica de sua unidade com a outra, e só nessa *unidade* com tal essência objetiva é consciência-de-si. (HEGEL, 2008, p. 250).

Pelo fato de os sujeitos deixarem que a morte (transformadora) adentre em si para que sua alma possa ser preenchida com uma vida viva que somente sua interação pode proporcionar, cada um passa a reconhecer a particularidade do outro, bem como outras particularidades que existem e coexistem no mundo. Agora, os sujeitos que anteriormente estavam imersos em uma vida morta e que, nesse momento, estão, de alguma maneira, emergindo dela através da morte transformadora devem atentar para o fato de que, como sujeitos do mundo, necessitam continuar agindo; ou seja, precisam agir, precisam manter a crença e o preconceito sensíveis afastados de si para que não recaiam em uma vida morta. É por isso que o agir dos sujeitos se faz importante, pois eles, sendo singulares na concepção de Hegel (2008, p. 252),

Em seu trabalho *singular*, já realiza[m] *inconscientemente* um trabalho *universal*, assim também realiza[m] agora o [trabalho] universal como seu objeto *consciente*: torna-se sua obra o todo *como todo*, pelo qual se sacrifica, e por isso mesmo dele se recebe de volta. Nada há aqui que não seja recíproco, nada em que a independência do indivíduo não se atribua sua significação *positiva* – a de seu ser para si – na dissolução de seu ser-para-si e na *negação* de si mesmo. Essa unidade do ser para outro – ou do fazer-se coisa – como o ser-para-si, essa substância universal fala sua *linguagem universal* nos costumes e nas leis de seu povo.

De outro modo, pode-se dizer que, se o fragmento acima traz a ideia de reciprocidade (não há nada aqui que não seja recíproco), o ato de morrer e viver – ou, no mínimo, ter a consciência de sua própria vida e morte e, ainda, conhecer como e até quando se deve permanecer em cada uma delas – implica o que o outro necessita. Isto é, nenhum dos sujeitos pode se esquivar da morte (aquela que é transformadora, que faz emergir algo novo) se os atos de um em relação ao outro estiverem eivados de sensibilidade, de uma crença, um preconceito, afinal somente aqueles que sabem morrer podem reviver e, nesse processo, manter vivo um ao outro. Sendo assim, se, nesse momento, para a autora, os sujeitos encontram-se inseridos em uma sociedade, um povo – em outras palavras, no mundo –, é certo que eles, que abandonaram a crença, o preconceito sensível, a vida morta e, agora,

mantêm pelo menos o início de uma vida viva em relação ao mundo, precisam fazer com que sua vitalidade não pereça, pois é dela que o mundo necessita para afastar de si sua vida morta. Como o mundo, a sociedade, necessita afastar, supressumir a crença e o preconceito sensível (vida morta) de sua alma, no próximo item será demonstrado como que os sujeitos devem realizar esse processo para que eles, enquanto seres particulares, possam ser reconhecidos na sociedade e esta por eles.

## **2.2 Os sujeitos reconhecendo-se no mundo e este neles**

No item anterior foi apresentado que, pelo fato de os sujeitos, enquanto seres individuais, possuírem uma vida viva dentro de si, eles precisam se expressar no mundo mesmo que este tenha uma vida morta. Para isso, será estudado de que modo os sujeitos podem ser reconhecidos no mundo, na sociedade, e como este(a) pode reconhecer aqueles como são. Assim, é necessário que os sujeitos conservem em seu interior, em sua alma, a vida viva e externem isso para o mundo, através da vida morta deste. O modo mais profícuo para se fazer isso é por meio das leis de uma sociedade, das leis de um povo, como aduziu Hegel (2008), afinal é nesse plano que a efetividade da vida viva, aquela que sabe morrer e ressurgir, pode ocorrer. Quando o mundo depara-se com uma possível mudança, o surgimento de algo novo que nele estava contido, pode, no mínimo, negar-se a mudar, negar-se a sair de sua vida morta, tal como os sujeitos inicialmente faziam enquanto ainda estavam presos à sua certeza sensível, às crenças e aos preconceitos sensíveis. Ao menos alguns dos sujeitos, “mesmo conscientes de si, fecham-se naquilo de que já tomaram consciência e ficam impenetráveis aos fatos novos que ocorrem com eles e fora deles. Para eles: ‘quanto mais se muda, mais se fica na mesma’” (KOJÈVE, 2002, p. 266). Entretanto, ninguém pode permanecer sempre na vida morta, assim como não pode deixar que sua vida viva, por, primeiramente, ações exteriores ao sujeito e, posteriormente, interiores (feitas pelos próprios sujeitos), transformem-na em vida morta novamente, levando-o à prisão e ilusão que somente a certeza sensível pode proporcionar.

É por isso que a sociedade, o mundo, não deve querer permanecer na ilusão – que, nesse caso, é o rico conhecimento mencionado por Hegel (2008) acerca da pobreza da alma, do interior de um povo, do mundo. A vida viva necessita penetrar nos costumes e nas leis (como expôs Hegel (2008)) mortas do mundo para que este se liberte de suas crenças e

preconceitos e possa deixar, também, livre os sujeitos que dele fazem parte. A liberdade dos sujeitos “só deixa de ser um sonho, uma ilusão, um ideal abstrato, na medida em que for universalmente reconhecida por aqueles que [...] [os sujeitos] reconhecem como dignos de reconhecê-los” (KOJÈVE, 2002, p. 172). É nesse momento que se terá um povo livre, em que todos os indivíduos possam realmente viver uma vida viva, em que suas particularidades essenciais possam ser conhecidas e reconhecidas por todos. Sendo assim, Hegel (2008, p. 252) afirma que a

Imutável essência não é outra coisa que a expressão da individualidade singular que aparenta ser-lhe opostas. As leis exprimem o que cada indivíduo *é e faz*, o indivíduo não as conhece somente como sua coisidade objetiva *universal*, mas também nela se reconhece, ou: [conhece-a] como *singularizada* em sua própria individualidade, e na de cada um de seus concidadãos. Assim, no espírito universal, tem cada um a certeza de si mesmo – a certeza de não encontrar, na efetividade essente, outra coisa que a si mesmo. Cada um está tão certo dos outros quanto de si mesmo.

Na perspectiva da autora, pode-se interpretar que, como os sujeitos têm, em sua interioridade, uma essência particular, que lhes proporciona uma vida viva, ao se exprimirem para o mundo mostram e agem de acordo com sua vida viva e precisam ser reconhecidos pelos outros sujeitos que também fazem parte do mundo, com suas particularidades, para poderem se reconhecer nesse mundo. Portanto, se diante do agir, o sujeito começa a ter certeza de que sua vida viva poderá permanecer dentro de si e, do mesmo modo, externamente a si quando a morte transformadora adentra no mundo, este vê os outros sujeitos como a si mesmo. Ele os reconhece e permite, já aceitando a morte de sua vida morta, que os sujeitos se reconheçam no mundo. Através disso, os sujeitos que têm a ideia do espírito em seu interior trabalham juntos para que possam se tornar uma unidade universal – unidade no sentido de formar uma vida viva, uma vida livre, pois esta, quando dentro dos indivíduos, faz com que eles saibam morrer para viver e, então, morrer novamente. Com isso, os sujeitos conseguem afastar de si a crença, o preconceito sensível – sempre conservando em si mesmos a etapa do reconhecimento que foi ultrapassada –, desde que, ao mesmo momento, elevem-se para uma nova etapa, tomando a morte como algo que lhes proporciona a saída da vida morta e a entrada em uma vida viva, formando a unidade que reconhece as diferenças. Assim, no entendimento de Hegel (2008), os sujeitos percebem que há tantos outros indivíduos como aqueles que eles observaram e experienciaram. Os sujeitos se veem “Em todos [...] [os outros] que, para si mesmos, são apenas esta essência independente, como Eu sou. Neles vejo a livre

unidade com os outros, de modo que essa unidade é através dos Outros como é através de mim. Vejo-os como me vejo, e me vejo como os vejo” (HEGEL, 2008, p. 252).

De tal citação, a autora conclui que, para chegar na já mencionada unidade, que, como consequência, é a liberdade, a vida viva, o desprendimento de qualquer crença e preconceito sensível, os sujeitos precisam se ver no mundo, e este, ver-se dentro deles. Entretanto, isso somente poderá ocorrer se o mundo, a sociedade, perceber a sua vida morta, tiver consciência daquilo que a ocasionou dentro de si e, principalmente, reconhecer a mudança pela qual necessita passar (portanto, deixar-se morrer) e ter consciência de onde precisam morrer para viver uma vida que é viva e livre. Isso ocorre quando há o processo de negação do dado, bem como sua conservação. Nesse sentido, pode-se dizer que, quando o dado “Aparece como uma particularidade negada [...] [aparece] como uma universalidade. E, na medida em que [...] [esse dado] se conserva e se sublima em sua negação, a universalidade [dos sujeitos] [...] implica a particularidade e é uma manifestação da individualidade” (KOJÈVE, 2002, p. 478).

Desse modo, pode-se retirar que, quando os sujeitos, e inclusive a sociedade, o mundo, negarem sua vida morta (sua crença e seu preconceito sensível), verão, cada um, a particularidade do outro e terão capacidade de compreendê-la e reconhecê-la. Nesse momento em que a particularidade do outro (a manifestação da individualidade) é reconhecida, fala-se na universalidade, posto que esta abarca as individualidades de cada sujeito, sem excluí-las. Portanto, é

Graças à identidade [posto que essa é fundamento da individualidade] implicada na individualidade é que [os sujeitos] pode[m] continuar a ser o mesmo indivíduo embora se tenha tornado outro bem diferente, tenha mudado essencialmente ao negar as particularidades dadas de seu caráter e ao libertar-se assim, deste último (KOJÈVE, 2002, p. 478).

Sendo assim, é quando alcançarem esse estágio de desenvolvimento que poderão ser realmente livres e fazer com que todos os sujeitos libertem-se de sua vida morta. É nesse momento que se terá o povo livre, o mundo livre e reconhecedor das diferenças. Serão livres porque cada sujeito se reconhecerá tanto um no outro como no mundo, com suas essências e diferenças. Para Hegel (2008), o espírito está presente nesse povo, e “[os sujeitos] não apenas encontra[m] sua determinação, isto é, sua essência universal e singular expressa e dada como coisidade, senão que ele[s] mesmo[s] [...] [são] tal essência e alcançaram também sua determinação” (HEGEL, 2008, p. 252). Quando isso ocorre, pode-se dizer que



A consciência-de-si, que de início é somente o conceito do espírito, toma esse caminho com a determinidade de ser para si a essência como espírito singular. Seu fim é, pois, dar-se a efetivação como espírito singular – e como singular, desfrutar-se nessa efetivação. Na determinação de ser, para si, a essência como algo *para-si-essente*, a consciência-de-si é a *negatividade* do Outro. Assim, ela mesma, em sua consciência, surge como o positivo em contraste com alguma coisa que sem dúvida é, mas que para ela tem a significação de algo não em si essente. Aparece a consciência cindida entre essa efetividade encontrada e o *fim* que implementa através do suprassumir da efetividade, e, antes, faz dele efetividade em lugar dessa. Mas seu primeiro fim é seu *ser-para-si imediato* e abstrato, ou seja: é intuir-se como *este singular* e um outro, ou intuir outra consciência-de-si como a si mesma. A experiência do que é verdade desse fim eleva mais alto a consciência-de-si. A partir de agora é fim para si enquanto ao mesmo tempo é *universal* e tem a *lei imediatamente* nela. Mas, no cumprimento dessa *lei* de seu *coração* faz a experiência de que a essência *singular* aqui não pode manter-se, já que o bem só pode efetuar-se através do sacrifício do singular; e a consciência-de-si torna-se *virtude*. A experiência, que a virtude faz, só pode ser isto: seu fim já foi conseguido em si; a felicidade se encontra no agir, imediatamente; e o agir mesmo é o bem. O conceito de toda essa esfera, a saber, que a coisidade é o *ser-para-si* do espírito, vem-a-ser no seu movimento para a consciência-de-si. Por isso, quando encontrou esse conceito, ela é, para si, realidade, como individualidade que imediatamente se exprime, e não encontra mais nenhuma resistência em uma efetividade oposta; individualidade para a qual somente esse exprimir mesmo é objeto e fim (HEGEL, 2008, p. 255-256).

A partir deste fragmento, tem-se a noção de conceito. Entretanto, antes da consciência-de-si dos sujeitos alcançar realmente o conceito e, para isso, reconhecer sua crença, seu preconceito sensível como algo equivocado, que não lhe trazia a liberdade, a vida viva, e elevar-se de sua vida morta ao deixar-se morrer, é necessário falar em lei do coração. Esta lei existe “devido a [...] determinação de estar *imediatamente* no ser-para-si da consciência, chama-se lei do coração” (HEGEL, 2008, p. 260). Para a autora, com base em Hegel (2008), essa lei é a própria consciência-de-si dos sujeitos, e o que se tem de buscar é se essa lei do coração, em sua efetivação, irá corresponder ao conceito, à razão, à vida viva, à liberdade. Pode-se afirmar, portanto que, “frente a esse coração está uma efetividade; pois dentro do coração a lei primeiro é somente *para-si*, ainda não se efetivou, e por isso é também algo *outro* que o conceito” (HEGEL, 2008, p. 260). Como a lei do coração não é, realmente, o conceito, e sim “algo outro que o conceito”, esse outro é determinado, no entendimento de Hegel (2008), “como uma efetividade – que é o oposto do que se tem de efetivar – e sendo assim é a *contradição entre a lei e a singularidade*” (HEGEL, 2008, p. 260-261). Labarrière (1985, p. 160), complementa que

El corazón es la interioridad subjetiva del sentimiento, mientras que la ley pertenece siempre al orden de la universalidad objetiva. Pretender que el sentimiento individual sea una ley para todos es pervertir tanto el corazón como la ley,

enfrentándolos no en su complementaridad reflexiva sino en el antagonismo que los destruye a ambos<sup>16</sup>.

Assim, para a autora, se a sociedade, o mundo, mantém uma lei que é somente para si, não incluindo o outro, não pode ser racional. Permanece, portanto, na vida morta e, dessa forma, necessita da morte (que é transformadora) para poder deixar essa vida morta como algo ultrapassado, ainda que seja conservada, guardada dentro de si, apenas. Porém, é algo que, uma vez supressumido, não retornará mais, visto que deixa uma lacuna que é preenchida pela vida viva.

Devido à necessidade de mudança, o mundo não pode permanecer na prisão, na vida morta que criou para si e, principalmente, dentro de si. É necessário que a vida viva efetive-se no mundo. Porém, essa efetividade de que Hegel (2008) fala, possui dois lados. Um deles

É uma lei, pela qual a individualidade singular é oprimida: uma violenta ordem do mundo, que contradiz a lei do coração. De outro lado, é uma humanidade padecente sob essa ordem, que não segue a lei do coração, mas está submetida a uma necessidade estranha (HEGEL, 2008, p. 261).

Os sujeitos que possuem uma vida viva contradizem a vida morta do mundo. Em sua interioridade, para si mesmos, já foram capazes de reconhecer que sua crença estava equivocada. Foram capazes de perceber que viviam uma vida morta e, por perceberem isso, conseguiram elevar seu pensar e, então, notar que, diante de qualquer crença, têm capacidade de analisar se ela lhe traz liberdade ou não. Têm, ainda, a capacidade de analisar se aquela crença, além de proporcionar liberdade para si mesmo, proporciona-a, na mesma medida, para o outro. Se assim for, há reconhecimento de si mesmo para si e para o outro, desde que este outro também seja livre e possa fazer do seu outro um alguém também livre, na mesma medida.

Ocorre que o mundo, como ainda se prende, está imerso em sua vida morta. Há, portanto, uma humanidade que não segue a lei do coração<sup>17</sup>, isto é, que despreza aqueles sujeitos que têm uma vida viva e livre. Entretanto, essa humanidade permanece submetida à primitividade do espírito, sempre levando em consideração sua crença, seu preconceito

---

<sup>16</sup> Tradução: “O coração é a interioridade subjetiva do sentimento, entretanto que a lei pertence sempre a ordem universal objetiva. Pretender que o sentimento individual seja uma lei para todos é perverter tanto o coração como a lei, enfrentando-os em sua complementariedade reflexiva, embora que, no antagonismo que os destrói”.

<sup>17</sup> Lei do coração: é “a lei [que], devido a determinação de estar imediatamente no ser-para-si da consciência” (HEGEL, 2008, p. 260).

sensível, fixando-se na experiência, em sua vida morta, àquilo que está posto. Desta forma, não consegue transportar-se para fora de si, ver sua vida morta, reconhecer seu equívoco e, a partir disso, reconhecer os sujeitos e ser reconhecido por eles. Quando os sujeitos fazem esse caminho, eles também estão criando a lei de seu coração. Porém, essa lei do coração é oposta à lei do coração daquele sujeito que tem dentro de si, e externa para os outros, sua vida viva. Ela é oposta, ainda, à própria liberdade, bem como à liberdade dos outros sujeitos.

Segundo interpretação da autora, se os sujeitos que permanecerem imersos na ilusão de sua vida morta, em sua crença e seu preconceito sensíveis, sem pensar na necessidade dos outros ou na necessidade do próprio mundo de emergir de sua vida morta, termina por participar de um mundo que, mesmo pertencendo a ele, “Não vive na unidade bem-aventurada da lei com o coração, mas sim, ou na separação e no sofrimento atroz; ou, pelo menos, na privação do gozo *de si mesma* – no *acatamento* da lei; e na privação de sua própria excelência – na *transgressão* da lei” (HEGEL, 2008, p. 262).

De outro modo, de acordo com a autora, infere-se que, se os sujeitos continuarem a viver em sua vida morta, não conseguirão ser e permanecer livres; continuarão presos à sua própria estranheza, ao sofrimento que causam a si mesmos. Pode-se dizer, ainda, que os sujeitos que têm a vida morta dentro de si não vivem bem com o coração, não vivem bem com aquela vida que é viva e livre em si mesma. Por permanecerem na vida morta, em que não há liberdade, esses sujeitos acabam por acatar uma lei. No entanto, essa lei acatada pelos sujeitos, e inclusive pelo mundo, não tem compatibilidade com a vida viva, mas sim com a vida morta. Nesse sentido, o mundo prende-se a si mesmo, priva-se de alcançar uma consciência-de-si, para que, tendo consciência de sua própria vida morta, possa reconhecer sua crença, seu preconceito equivocado e, a partir disso, morrer (suprassumir sua vida morta), reviver e viver uma vida viva e livre.

Desse modo, os sujeitos que se mantêm imersos em sua vida morta fazem de sua crença equivocada, seu preconceito sensível, uma lei que é somente para si. Entretanto, essa lei é compreendida, por eles, como a lei de seu coração, mesmo que ela esteja baseada em uma crença sensível, equivocada, não livre e, portanto, contrária à lei de quem vive na vida viva. Sendo assim, a lei do mundo, enquanto imersa e presa à vida morta, acaba por se tornar uma ordem universal. Porém, por ter uma vida morta, ilusória,

A lei de fato escapou do coração e tornou-se, imediatamente, apenas a relação que deveria ser suprassumida. Por essa efetivação, justamente, a lei do coração deixa de

ser lei *do coração*. Nela recebe, com efeito, a forma do ser, e agora é *potência universal*, à qual *esse coração* é indiferente; de modo que o indivíduo, pelo fato de *estabelecer sua própria* ordem, não a encontra mais como sua. Com a efetivação de sua lei, ele não produz *sua* lei; pois embora, *em si*, seja a sua, para o indivíduo é uma efetivação estranha. O que ele faz é enredar-se na ordem efetiva, como uma superpotência estranha, que aliás não só *lhe* é estranha, mas inimiga (HEGEL, 2008, p. 262).

Esse trecho da Fenomenologia, de acordo com a autora, indica que, se em algum momento a lei do coração do mundo, da sociedade, serviu para se tornar uma ordem universal, agora, a lei que exclui o outro, que é o ser particular, exclui a diferença, já é uma lei estranha – estranha porque não serve mais para a modernidade, afinal exclui muitos sujeitos. De outro modo, aduz-se que, se houve uma lei, ou até mesmo uma crença, um preconceito, que foi capaz de submeter o mundo, bem como os sujeitos que dele fazem parte, a uma ordem que trouxe vida morta a eles, o que se verifica de agora em diante é uma possibilidade de percepção do mundo acerca dessa vida morta. Essa percepção, cuja lei, ou mesmo a crença, o preconceito, anteriormente servia de ordem universal, mas que em momento nenhum foi uma vida viva, pois sempre oprimiu os sujeitos, atualmente não pode mais servir para o mundo, que deve suprássumir sua vida morta, acatando a morte transformadora dentro de si para, posteriormente, elevar-se a uma vida viva. Enquanto o mundo permanecer na vida morta, a lei, que é tida como universal, mas que é um universal da vida morta, acaba sendo uma lei imposta, em que não há a discussão para se construir uma lei que realmente seja lei para todos os corações. Ela, assim, faz com que os sujeitos se percam na própria ordem criada e não concebam mais a lei como sua, mas como lei de um outro. Portanto, como a lei não é de seu coração, os sujeitos, para não permanecerem no estágio onde se encontram, necessitam buscar outro conhecimento. Para alcançarem este, precisam libertar-se de si mesmos, libertar-se de sua crença, de sua vida morta. Desta forma, os sujeitos realmente irão crescer como universal e reconhecer-se cada um em si e para si, além de serem livres e deixarem o outro livre definitivamente, se conseguirem entender que o conteúdo particular de outro coração também vale por universal e, assim, “não encontra realizada [...] a lei do seu coração, e sim a de *um outro*” (HEGEL, 2008, p. 263).

De acordo com a autora, ao se basear no pensamento de Hegel (2008), enquanto não houver o reconhecimento e um conceito, algo racional, nenhuma lei do coração servirá, posto que, quando uma delas se tornar universal, ela sempre será excluída porque haverá sujeitos que serão contrários a ela. Assim, para que a lei do coração se torne universal, “*todo coração*

deve reconhecer-se a *si mesmo* no que é lei” (HEGEL, 2008, p. 263). Entretanto, a liberdade dos sujeitos, dentro do mundo, depende da vida viva. Porém, para que os sujeitos elevem-se a esse patamar, cada um precisa reconhecer a vida morta dentro de si e suprássumi-la, pois somente assim ambos serão capazes de realizar uma lei viva para si próprios, quando agirem de modo a reconhecer a particularidade dos outros sujeitos como se fossem a si mesmos, bem como quando a morte transformadora for aceita de modo livre pelos sujeitos. Nesse sentido, quando cada sujeito deseja ser reconhecido pelo outro, procura, também, a morte desse outro, posto que possuir esse desejo significa provar para o outro que o reconhece como ser digno de reconhecimento e que precisa ser tratado do mesmo modo. Quando cada sujeito for reconhecido pelo outro como sujeito, haverá o mútuo reconhecimento entre eles.

Disso se retira que os sujeitos não podem permanecer apegados à sua crença, ao seu preconceito sensível, e devem se libertar de si mesmos para poderem avançar em direção ao espírito. Desta maneira, os sujeitos percebem que, como as consciências-de-si (de cada sujeito) já se reconheceram uma na outra e reconheceram cada uma como a si mesmas, em sua individualidade e particularidade, atingiram o conceito. Assim, quando a consciência-de-si dos sujeitos percebe-se em uma outra que não é ela mesma, intui a outra, pelo menos, como um singular.

Desta forma, a consciência-de-si que se elevou do estágio onde se encontrava, de sua certeza sensível, deixando suprássumida sua crença e seu preconceito, percebe a realidade tal qual ela é realmente. Assim, a consciência-de-si dos sujeitos vê-se, definitivamente, no outro. Isso significa afirmar que o mundo, através dos outros sujeitos, consegue sair de si mesmo e, ao realizar esse processo, percebe a vida morta em que estava imerso: a ilusão em si próprio. Percebe que deve deixá-la afastada de si, suprássumida, e deixar emergir de sua alma a vida que é viva e livre, sem deixar de conservar, guardar para si, a etapa que conseguiu ultrapassar. Ao fazer isso, a consciência-de-si dos sujeitos dentro do mundo vê-se “como essência singular em outra consciência-de-si, [...], ela tem a certeza *em-si* esse outro já é ela mesma” (HEGEL, 2008, p. 256).

Desse modo, como a consciência alcançou o conceito, ela “deixou para trás a lei do etos, e do ser-aí, os conhecimentos da observação” (HEGEL, 2008, p. 256). De outro modo, diz-se que o mundo reconheceu aquilo que necessitava afastar de si (que é a vida morta), libertou-se de si mesmo e, a partir disso, conseguiu perceber, dentro de si próprio, a vida viva, esta que é proporcionada pela elevação dos sujeitos de sua vida morta através do próprio ato

de morrer. Daí se dizer que os sujeitos conseguem transcender, elevar-se de sua vida morta (deixando suprassumida sua crença, seu preconceito sensível) através da “elevação de sua alma. [Ocorre que para isso, há uma negação e, tal] deve realizar-se no ser [...] pela ação transformadora do dado” (KOJÈVE, 2002, p. 145).

Assim, a consciência do mundo, bem como dos sujeitos, possui outro saber. Este não mais provém da observação, e sim do reconhecimento de sua própria interioridade morta e da aceitação, do reconhecimento de que é necessária uma vida viva proveniente da própria morte, da transformação que esta pode proporcionar. De acordo com a interpretação da autora e, baseando-se em Kojève (2002), é possível dizer que cada sujeito pode ser reconhecido pelo outro se aceitar a morte e se tiver capacidade de transformar e (re)construir aquilo que lhe foi dado. Em outras palavras, os sujeitos somente podem desejar o reconhecimento um do outro se souberem reconhecer, dentro de si e para si, a vida morta que possuem e que devem fazer morrer. Quando os sujeitos realizam esse processo é que se afirma que estão

Plena e definitivamente satisfeito[s] quando [...] [a sua] personalidade, exclusivamente [...] [sua] é reconhecida (em sua realidade e em seu valor, em sua dignidade) por todos, contanto que [...] [cada sujeito] reconheça a realidade do valor dos que presumivelmente devem [reconhecê-lo] (KOJÈVE, 2002, p. 141-142).

Tomando por base a morte, o reconhecimento, a mudança daquilo que foi dado, bem como a transformação em relação à lei, tem-se que a lei do coração será “somente aquilo em que a consciência-de-si reconhece a si mesma. Através da efetivação dessa lei, a ordem que vigora universalmente se lhe tornou sua própria *essência*, e sua própria *efetividade*” (HEGEL, 2008, p. 264). Através disso, pode-se aduzir que a lei do coração não é somente a lei de um coração, que seria a vida morta, a vida que oprime o outro, que exclui a vida viva e a liberdade e se baseia apenas na crença e no preconceito sensível. É a “ordem vivificada pela consciência de todos, e como lei de todos os corações” (HEGEL, 2008, p. 264). Na perspectiva da autora, para uma lei ser a lei de todos os corações, é preciso haver uma mudança nos sujeitos, bem como no mundo onde eles estão inseridos. Essa mudança é, justamente, o afastamento da vida morta de cada sujeito e, também, do mundo. É o deixar-se morrer, ou, mais precisamente, o reconhecer-se como portador de uma vida morta e, justamente por isso, suprassumir a vida morta e deixar que dela, quando a morte tocá-la, surja a vida viva e livre. Portanto, o ato de aceitar a morte, de suprassumir sua crença e seu preconceito sensíveis visando realmente a mudança dentro de si próprio é o ato mais nobre

que os sujeitos podem fazer, tanto para si mesmos quanto para o outro, afinal somente morrendo e se permitindo morrer é que se pode alcançar uma vida viva e livre. Nesse sentido, é possível mencionar que os sujeitos são reconhecidos e reconhecem o outro, pois, devido à “universalidade, são aí reconhecido[s] por todos os [...] [sujeitos], que são [...] [seus] pares. De outro lado, graças à sua homogeneidade, são [...] [cada um deles] verdadeiramente [...] reconhecido[s]” (KOJÈVE, 2002, p. 142). De outro modo, pode-se dizer que

O particular (eu) [cada sujeito] refere-se diretamente ao universal [...], sem que haja barreiras formadas pelas diferenças específicas [...]. Equivale a dizer que no mundo [...] se realiza a individualidade. Ora, ser um indivíduo, isto é, [...] [sujeito] propriamente dito, é estar satisfeito, é já não querer, logo já não poder, transcender-se: tornar-se diferente do que se é (KOJÈVE, 2002, p. 142).

O sujeito é, portanto, “um indivíduo (livre) na medida em que é mortal e só se pode realizar e manifestar como indivíduo, se realizar e manifestar também a morte” (KOJÈVE, 2002, p. 487). Porém, tem de saber que, quando a lei universal é a lei de todos os corações, em que abriga e tem em si e para si a sua vida viva, o reconhecimento das particularidades e diferenças de cada sujeito, a consciência que quer permanecer contrária à lei universal e evitar sua destruição, acaba projetando

Para fora de si a perversão que é ela mesma, e se esforça por considerá-la e exprimi-la como um Outro. Então, a consciência denuncia a ordem universal como uma perversão da lei do coração e da sua felicidade. Perversão inventada e exercida por sacerdotes fanáticos, por tiranos devassos com a ajuda de seus serviçais, que humilhando e oprimindo procuram ressarcir-se de sua própria humilhação. Em seu desvario, a consciência denuncia a *individualidade* como fonte de seu desvario e perversão; mas uma individualidade *alheia e contingente*. Porém, o coração, ou seja, a *singularidade* - que *pretende ser imediatamente universal* - da *consciência*, é a fonte mesma desse desvario e perversão (HEGEL, 2008, p. 265).

Tomando por base o pensamento de Hegel (2008), para a autora, parece que o sujeito que vive na vida morta, condenando a mudança, a vida viva, e que não quer ver que o outro é tão igual a si, culpa a lei do coração; culpa o outro por sua vida viva, por sua liberdade, por deixar afastada de si sua crença, seu preconceito sensível, e acaba projetando sobre este a sua própria perversidade, oprimindo a essência dele. O sujeito exclui o outro para fazer com que a sua lei, a lei do seu coração somente, seja e continue a ser eleita como lei universal, e não a lei de todos os corações, de todos os sujeitos. Desta forma, essa lei não alcança a substância espiritual, e o mundo que age contra a vida viva, que evita a morte (aquela que é transformadora), destrói a liberdade, e não somente a sua própria, mas também a liberdade do

outro. Nesse aspecto, é como se tanto os sujeitos entre si como o mundo criassem uma dependência. Essa dependência torna um o senhor, e o outro, um escravo. É como se a dialética do senhor e do escravo retornasse à relação entre os sujeitos, posto que o mundo e os sujeitos que ainda estão imersos na vida morta prendem-se e fecham-se em si mesmos. Tornam-se escravos e, ao mesmo tempo, senhores de si próprios – escravos porque, um depende do outro para conseguir morrer e sair dessa vida morta, deixar que a morte transformadora adentre em si; senhor porque somente os sujeitos têm a possibilidade de deixar sua vida morta suprassumida e, ao mesmo tempo, conservada e elevada de onde estava. Daí se dizer que os sujeitos somente

Pode[m] realizar[em]-se e revelar[em]-se plenamente, isto é, satisfazer[em]-se definitivamente, pela realização de um reconhecimento universal. Ora, se – por outro lado – há pluralidade [de desejo] de reconhecimento universal, é evidente que a ação que nasce [do desejo de reconhecimento] só pode ser [...] uma luta de vida e morte. Uma luta de vida ou morte, porque o desejo que se dirige a um desejo ultrapassa o dado biológico, de modo que a ação efetuada em função desse desejo não é limitada por esse dado. Em outras palavras, o [sujeito] arriscará sua vida biológica para satisfazer seu desejo não biológico. [...] [Portanto], o Ser que for incapaz de arriscar a vida para atingir fins não imediatamente vitais, isto é, que não pode arriscar a vida numa luta pelo reconhecimento, numa luta de puro prestígio, não é um ser verdadeiramente humano, [...] pois a realidade humana nada mais é do que o reconhecimento de um [...] [sujeito por outro sujeito] (KOJÈVE, 2002, p. 164-165).

Com base nos comentários que Kojève (2002) realiza sobre Hegel (2008), a autora compreende que se os sujeitos não aceitarem a morte de sua vida morta (a morte da crença e do preconceito sensível), nunca serão reconhecidos nem irão reconhecer ao outro. Entretanto, devido à evolução da morte enquanto processo transformador na relação entre os sujeitos, não se concebe mais a vida morta e, nesse sentido, a lei que, em verdade, é a vida morta do mundo encontra resistência, choca-se com a lei que pretende ser universal, que mantém uma vida viva e livre. Em função disso, pode-se dizer que, nas palavras de Hegel (2008, p. 266),

Na resistência que *a lei de um coração* encontra na lei dos outros singulares, a ordem universal demonstra ser a lei de todos os corações. As leis vigentes são defendidas contra a lei de um indivíduo, porque não são uma necessidade morta e vazia, carente de consciência, e sim a universalidade e a substância espirituais.

Entretanto, mesmo fazendo com que a lei de todos os corações seja universal e, portanto, substância espiritual, deve-se ter o cuidado para que essa lei não se torne, mais futuramente, a lei de alguns e a lei de um só coração. Isto é, se a ordem universal que agora se



manifesta no mundo é uma vida viva, os sujeitos precisam cuidar para que essa ordem não se torne uma vida morta, uma lei morta, afinal da vida surge a morte, e desta a vida se refaz. Assim, atenta-se para que a ordem universal, que deve manter uma vida viva, sempre tenha a racionalidade de quando deve morrer, deixar que a morte transformadora adentre em si, para imediatamente deixar de ser o que é, vindo a ser novamente e indo sempre em direção a um processo que evolua, dentro de si mesma e do outro. Hegel (2008, p. 267) afirma que

A consciência, que estabelece a lei de seu coração, experimenta assim resistência da parte dos outros, pois tal lei contradiz as leis *igualmente singulares* de seus corações. Na sua resistência, nada mais fazem que estabelecer suas próprias leis e fazê-las vigorar. O *universal*, que está presente, é portanto apenas uma resistência universal, uma luta de todos contra todos, em que cada um faz valer sua singularidade própria, mas ao mesmo tempo não chega lá, porque sua singularidade experimenta a mesma resistência e por sua vez é dissolvida pelas outras individualidades. O que parece ser *ordem pública* é assim essa beligerância geral, em que cada um arranca o que pode, exerce a justiça sobre a singularidade dos outros, consolida sua própria singularidade que igualmente desvanece por obra dos outros. Essa ordem é o curso do mundo, aparência de uma marcha constante, mas que é somente uma universalidade 'visada', e cujo conteúdo é antes o jogo inessencial da consolidação das singularidades e da sua dissolução.

Na perspectiva da autora, como a lei de um coração enfrentou resistência pela lei de outros corações, esta também poderá ter resistência se quiser que somente sua lei vigore. Assim, o que pode ser feito é cuidar para que ambas as leis, mesmo opostas, encontrem um caminho, e que este seja conjunto e igual para elas. Caso contrário, sempre uma lei vai desvanecer na outra, e isso se tornará um ciclo, em que uma prevalece até que a outra a derrube. Assim, os sujeitos que carregarem dentro de si a vida morta, no sentido de não acatarem a lei universal, que é viva e livre, sempre encontrarão resistência de outros sujeitos que têm a vida viva dentro de si e agem para manter-se assim. Quem possui a vida viva dentro de si unicamente precisa cuidar para que esta não se torne uma vida morta e, a partir disso, prevaleça sobre aquela que é viva, até que esta a derrube.

Entretanto, para que isso não ocorra, para que a vida viva não se torne vida morta, é preciso encontrar um caminho que seja conjunto para os sujeitos que estão envolvidos tanto na vida viva quanto na vida morta. Tal caminho, obviamente, é a vida viva, pois de morte nada tem, a não ser aquela que serve para sua transformação e que, certamente, nunca lhe traz uma vida morta. Portanto, para que os sujeitos suprassumam a vida morta do mundo, devem agir, afinal

O agir é precisamente o vir-a-ser do espírito como consciência. Assim, a partir de sua efetividade, sabe o que é em si. O indivíduo não pode saber o que ele é antes de se ter levado à efetividade através do agir. Mas, com isso parece não poder determinar o fim de seu agir antes de ter agido; mas, ao mesmo tempo, o indivíduo, enquanto consciência, deve ter antes à sua frente a ação como inteiramente sua, isto é, como fim. (HEGEL, 2008, p. 280).

Desse modo, percebe-se que é através do agir próprio, da ação, desde que esta seja feita visando uma vida viva e livre, que os sujeitos vêm a ser como espírito. Seu agir está baseado na vida viva, e isso traz, para os sujeitos, a necessidade de reconhecer sua vida morta, bem como de deixá-la supressumida mas guardada dentro de si, como algo ultrapassado que levou a uma nova etapa de reconhecimento entre eles, afinal somente assim eles terão a capacidade de retornar para si e recuperar sua essência viva, que, por algum momento, deixaram afastada de si ao mergulharem na vida morta. Em outros termos, o[s] sujeito[s]

Não é um Ser que é; ele é nada que *nadifica* pela negação do Ser. Ora, a negação do Ser é a ação. Por isso que se diz: “o Ser verdadeiro do homem [sujeito] é sua ação”. Não agir é portanto, não ser como ente verdadeiramente humano. É ser como *Sein*, como Ser dado, natural. Logo, é decair, embrutecer-se. [...] [O sujeito] só pode ficar satisfeito pela ação. Ora, agir é transformar o real. E transformar o real é negar o dado (KOJÈVE, 2002, p. 174).

Sendo assim, o agir proporciona interesse no mundo, e este e os sujeitos necessitam mergulhar na vida viva, pois é somente desse modo que haverá liberdade e mútuo reconhecimento. Aduz-se isso, pois

O que é [...] [o outro] para a consciência [enquanto sujeito que é o mundo, a sociedade] tem a significação de ser o *verdadeiro*. O *verdadeiro* é e vale no sentido de *ser*, e de *valer em si e para si mesmo*: é a *Cosa absoluta* que já não sofre a oposição entre a certeza e a verdade, entre o universal e o singular, entre o fim e sua realidade. Ao contrário, seu ser-aí é a *efetividade* e o *agir* da consciência-de-si; essa Coisa é portanto, a substância *ética*, e sua consciência, consciência *ética*. [O outro] vale também para ela como o *verdadeiro*, porque reúne a consciência-de-si e o ser em uma unidade. Vale como o *absoluto* pois a consciência-de-si não pode nem quer mais ultrapassar este [outro], porque ali está junto a si mesma: não *pode*, porque ele é todo o seu ser e todo o seu poder; não *quer*, porque ele é o Si ou o querer desse Si. (HEGEL, 2008, p. 293).

Assim, esse caminho único que, por ventura, deve abrigar os lados opostos, como foi exposto, provém de dois movimentos. O primeiro é interno aos sujeitos, posto que ocorre quando eles sabem o que ocasionou a sua vida morta e dela agora se desfazem, ou seja, reconhecem para si mesmos que estavam imersos em uma vida morta e que precisam dela sair. Sendo assim, ao se desfazerem de sua vida morta, sabem eles que devem elevar sua alma

e, ao fazerem isso, há o segundo movimento, que é externo aos sujeitos. Isto é, por seu agir para com o outro, eles passam a não mais querer transformar a vida viva em vida morta e, por agirem assim, têm capacidade de reconhecer a particularidade um do outro; portanto, reconhecem aquilo que é externo a si, mas interno ao outro.

Isso somente ocorrerá, porém, quando os sujeitos não tratarem como universal somente a lei de seu coração; isto é, precisarão acatar, também, o coração do outro. Para isso, cada sujeito deverá perceber que o outro é como ele mesmo, não precisando ultrapassá-lo, nem colocá-lo abaixo de si mesmo, mas ao seu lado como um igual. Os sujeitos veem a si mesmos um no outro, e também enxergam-se como iguais. De outro modo, pode-se dizer que os sujeitos somente se verão um no outro como igual quando souberem e tiverem consciência de sua própria morte, ou seja,

A morte – a morte voluntária ou aceita com pleno conhecimento de causa – é mesmo a manifestação suprema da liberdade. [...] [O sujeito] não poderia ser livre se não fosse essencial e voluntariamente mortal. A liberdade é a autonomia em relação ao dado, e só pela morte voluntária o [sujeito] pode escapar do domínio de qualquer condição dada [como, por exemplo, a vida morta, que é a crença e o preconceito sensível] (KOJÈVE, 2002, p. 519).

Com base na ideia de Kojève (2002), não esquecendo de Hegel (2008), a autora compreende que os sujeitos somente terão condições de acolher-se um ao outro quando compreenderem-se e reconhecerem-se como iguais um perante o outro se souberem como e onde precisam morrer. Se isso ocorrer, é possível compreender que os sujeitos estão na presença do espírito, posto que este “é seu próprio devir, sendo esse devir revelado em sua integridade [...] e transformado, assim, em verdade” (KOJÈVE, 2002, p. 369). O espírito “é a *substância* e a essência universal, igual a si mesma e permanente” (HEGEL, 2008, p. 305), afinal ele é razão, pois esta percebeu que a certeza da realidade se elevou à verdade. Ou seja, se o espírito foi capaz de se elevar à verdade, os sujeitos, no mínimo, foram capazes de reconhecer que estavam imersos em uma vida morta, algo que não lhes pertencia, mas que, em algum momento, dentro de si próprios deixaram-se guiar por essa vida morta. Entretanto, como os sujeitos acabam se deparando consigo mesmos, mas a partir do outro, englobam, no seu espírito, três momentos: a consciência, a consciência-de-si e a razão. O primeiro momento (consciência) dá-se quando o espírito é “*Consciência* em geral – que em si compreende certeza sensível, percepção e o entendimento – quando na análise de si mesmo retém o

momento segundo o qual é, para ele, a efetividade *essente objetiva*, e abstrai de que essa efetividade seja seu próprio ser-para-si” (HEGEL, 2008, p. 306).

Isto é, com base em Hegel (2008), para a autora, quando os sujeitos se defrontam com a vida morta do mundo, eles passam a não mais agir de acordo com essa vida morta, mesmo que de início o mundo retenha e resista à mudança dentro de si mesmo. Porém, como os sujeitos já alcançaram a consciência-de-si, conseguem compreender que a vida morta, que ocasionava o pensar excludente e oprimente para com o outro, principia por se esvaír. Entretanto, isso somente ocorre porque a vida viva faz com que os sujeitos analisem a si mesmos e a suas atitudes. É por isso que, ao realizarem esse movimento para consigo mesmos, conseguem alcançar a consciência. Desta, portanto, os sujeitos partem para o segundo momento, que é quando tomam consciência de si próprios. Isso ocorre quando o espírito “fixa o outro momento da análise, segundo o qual [...] [o outro] é seu ser-para-si” (HEGEL, 2008, p. 306). No que tange ao terceiro momento (razão), o espírito se mostra “como unidade da consciência e da consciência-de-si” (HEGEL, 2008, p. 306). Assim, essa razão que o espírito possui é intuída por ele como ela é, “ou como a razão que no espírito é *efetiva*, e que é seu mundo, assim o espírito é em sua verdade; ele é o espírito, é a essência *ética efetiva*” (Hegel, 2008, p. 306).

Diante disso, o espírito chega ao “saber abstrato de sua essência” (HEGEL, 2008, p. 306). Ou seja, os sujeitos agora começam a se expressar no mundo, na sociedade, para que este (mundo) consiga realizar o processo de suprasumir sua vida morta e deixar que a vida viva surja em seu lugar. Portanto, através da relação entre os sujeitos, o mundo poderá saber de sua vida morta, ter consciência dela e consciência-de-si e, assim, há possibilidade de ter a vida viva dentro de si. Entretanto, o mundo, que já alcançou o espírito, se divide em si mesmo. Ele possui, então, um elemento objetivo (reino da cultura) e outro que se refere ao pensamento (reino da essência ou mundo da fé). Sendo assim, nesse item foi mostrado como o mundo, a sociedade, conseguiu perceber sua vida morta e desta elevou-se, suprasumindo-a. Então, é por meio do acatamento da lei de todos os sujeitos, desde que compatível com a vida viva, que eles podem se reconhecer no mundo, na sociedade, e estes nos sujeitos, procurando manter um pensamento universal.

Como o mundo se divide em si mesmo, ele termina por se alienar de si. Desse modo, no próximo item, é mostrado como que, quando o mundo encontra-se na alienação, consegue

retornar para si e, assim, consegue deixar que a vida viva adentre em si, suprassumindo sua vida morta. É realizando esse processo que se pode falar em reconhecimento.

### 2.3 A vida viva adentra no mundo

Mesmo que o mundo já tenha sua vida morta e consiga se elevar, deixando-a suprassumida, ele ainda se divide. Há nele um elemento objetivo, e outro, que reporta ao pensamento. O mundo pode ser tanto um povo como um cidadão desse povo, afinal esse sujeito (mundo) ainda está separado do ser para si da consciência. Há sujeitos, em seu interior, que insistem em se prender à vida morta, mas há outros que mantêm uma vida viva e se expressam por tal. O mundo será povo se estiver na forma de universalidade, já que esta é a lei que se conhece bem como o costume atual. Por outro lado, será cidadão desse povo se a alma do mundo estiver na forma de singularidade, ou seja, direcionada para o indivíduo. Feitas essas observações acerca do espírito, do mundo, pode-se dizer que o reino da cultura (já que se está falando no mundo, neste momento) tem

A determinação de ser algo exterior, o negativo da consciência-de-si. Contudo, esse mundo é essência espiritual, é em si a compenetração do ser e da individualidade. Seu ser-aí é a *obra* da consciência-de-si, mas é igualmente uma efetividade imediatamente presente, e estranha a ela; tem um ser peculiar e a consciência-de-si ali não se reconhece (HEGEL, 2008, p. 336).

Diante deste fragmento, verifica-se a ideia de que, muitas vezes, para a autora, os sujeitos que têm a vida viva dentro de si não se reconhecem no mundo, que, devido aos costumes e leis vigentes, já que ainda estão imersos na vida morta, não os reconhecem enquanto seres particulares, seres de vida viva. Assim, os sujeitos particulares se alienam desse mundo porque o mundo está alienado da essência desses sujeitos. Mesmo que alguns sujeitos estejam imersos na vida viva, sempre sabendo como e quando deixá-la para morrer e virem a ser novamente, alienam-se do mundo, posto que este, mesmo que já tenha iniciado seu movimento para retirar-se de sua vida morta, ainda mantém-se nela. Como o mundo ainda está imerso em sua crença, seu preconceito sensível, não respeita nem reconhece a vida viva, eles acabam se alienando, afastando-se dele. Diante disso, Bourgeois (2004, p. 32) complementa que há uma negação de “sua unidade concreta e total. [Sendo assim], abstrai-se de si mesmo, aliena-se a si mesmo”. Ocorre que, realizando tal alienação, cada vez mais o mundo aproxima-se dos sujeitos que têm a vida viva, isto é, quanto mais afasta-se da vida

viva, mais aproxima-se dela, afinal também há, onde os extremos (vida viva e vida morta) se tocam, a morte transformadora, o ato de deixar de ser algo para conservar o que foi supressumido e, a partir disso, surgir, renascer para um novo começo. Nesse sentido, é onde ocorre a mudança, a necessidade de cada sujeito receber o outro dentro de si mesmo para que o mundo, que vive a vida morta, possa dela sair e para que os sujeitos, que estão na vida viva, possam sempre, quando for preciso, morrer para reviver.

Para o mundo emergir de sua vida morta, a alienação e o caminhar para o extremo contrário à vida viva faz-se importante. A alienação permite fazer com que os sujeitos desenvolvam sua essência espiritual, emirjam de sua vida morta. Porém, isso somente é possível quando o espírito (os sujeitos) extrusa-se de si mesmo, ou seja, sai de si mesmo e, olhando a situação onde se encontra, de fora de si, pode captar o conceito e entender a si próprio. Em outras palavras, pode-se dizer que, quando os sujeitos conseguem se alienar, cada um, de si mesmos, percebem sua vida morta. Percebem seu agir devido à imersão em sua vida morta, um para com o outro. A partir disso, fala-se, novamente, em consciência-de-si, afinal, sempre que os sujeitos saem de si, vão em direção um ao outro, conseguem se perceber tanto fora de si como um no outro. Há, para os sujeitos, o conhecimento de si, posto que conhecendo-se, tanto interna quanto externamente, conseguem afastar-se de sua vida morta e, ao fazerem isso, deixam entrar em si a vida viva. Nesse momento, a “consciência-de-si só é *algo*, só tem *realidade*, na medida em que se aliena a si mesma: com isso se põe como universal”, ou seja, a “consciência-de-si [ao] se extrusa[r] de [...] [si mesma] produz o seu mundo” (HEGEL, 2008, p. 339).

Disso retira-se que, quando os sujeitos conseguem se extrusar de si mesmos, percebem que a vida viva proporciona a (co)existência de muitas particularidades em si. O mundo tem a noção que há uma cultura, um costume vigente e que estes muitas vezes não correspondem à vida viva, à vida que se desenvolve, aquela vida que, de alguma maneira, conseguiu supressumir a crença, o preconceito sensível, e que conseguiu ressurgir, produzir uma nova vida para si. De outro lado, há aqueles sujeitos que desejam ter as suas particularidades reconhecidas pela sociedade, mas que, devido à crença e ao preconceito sensível, não obtiveram ainda esse reconhecimento.

Ocorre que os sujeitos, no estágio em que se encontram, estão aptos a buscar o reconhecimento um do outro (afinal, o mundo já percebeu que seus costumes não correspondem às particularidades dos sujeitos) e, como consequência, reconhecer, que

precisam afastarem de si sua vida morta. Ou seja, é possível afirmar que o mundo (sociedade), enquanto é uma coletividade de sujeitos, “tem de morrer como morre o indivíduo humano” (KOJÈVE, 2002, p. 359), isto é, quando os sujeitos, enquanto seres individuais, buscam o reconhecimento de suas particularidades, um para o outro, têm que morrer – supressumir sua vida morta. O mundo também deve passar por isso, afinal “a existência verdadeiramente humana só é possível pela negação da vida [morta]” (KOJÈVE, 2002, p. 357). Na concepção de Hyppolite (1999, p. 34), “a morte é um momento necessário por meio do qual [...] [o mundo] se eleva a uma forma nova. Essa morte é o começo de uma nova vida.” Entretanto, para esse momento do espírito, devido à alienação, é necessário mencionar que há duas potências espirituais (o bem e o mal), que a consciência-de-si reconhece. Disso, pode-se aduzir que, tais potências

São representadas – quer no interior da pura consciência, enquanto pensamento ou essências em-si-essentes; - quer na consciência efetiva enquanto essências objetivas. A primeira essência, naquela forma da simplicidade como a essência igual a si mesma, imediata e imutável de toda a consciência, é o bem: a independente potência espiritual do Em-si, ao lado do qual o movimento da consciência para-si-essente é apenas incidental. A segunda essência, ao contrário, é a essência espiritual passiva, ou seja, o universal enquanto se entrega e faz os indivíduos tomarem nele consciência de sua singularidade: é a essência nula, o mal. Esse absoluto dissolver-se da essência, é por sua vez, permanente. Enquanto a primeira essência é base, ponto de partida e resultado dos indivíduos, que são aí puramente universais, a segunda, ao contrário, de uma parte é o ser para Outro que se sacrifica, e de outra parte – e por isso mesmo – seu incessante retorno a si mesmo como algo singular, e seu permanente vir-a-ser-para si. [...] Nesse momento cada Singular supõe, sem dúvida, agir por egoísmo, pois esse é o momento em que se dá a consciência de ser para si, e por isso não toma esse momento como algo espiritual (HEGEL, 2008, p. 342-344).

Diante das referidas potências espirituais, a consciência-de-si passa a julgar. Isto é,

Consciência-de-si é, além disso, a relação do pensado com a essência objetiva: é essencialmente o *juízo*. Na verdade, para os dois lados da essência efetiva, já resultou através de suas determinações qual é o bom e qual é o mau. [...] contudo, esse primeiro juízo não pode ser considerado um juízo espiritual, pois nele um lado se determinou somente como o em-si-essente ou o positivo, e o outro só como o para-si-essente, e o negativo (HEGEL, 2008, p. 344).

Na perspectiva da autora, mesmo que os sujeitos se extrusam de si mesmos, parecem fazer um bom ou um mau juízo acerca daquilo que eles têm como conceito até o momento. Isto é, o mundo, mesmo que tenha se percebido em sua vida morta e desta emergido para fora de si. e ainda mesmo que se perceba imerso na vida morta, realiza um juízo dos sujeitos de

vida viva partindo daquilo que entende como razão até o presente momento. Em outras palavras, o mundo percebe e julga o outro de acordo com o que a maioria de seus membros vê nesse outro. Ocorre que o juízo da maioria pode não ser universal, posto que carrega consigo fortes resquícios da vida morta, ou seja, estão eivados da crença e do preconceito sensíveis. Por isso, vale mencionar que Hegel (2008) alerta que fazer juízo não significa que ele esteja correto e muito menos que seja um juízo que eleve o espírito, isto é, que ele caminhe para um nível acima de onde se encontra a partir do momento que deixa a morte transformadora adentrar em si. Pode-se entender que, quando os sujeitos julgam, realizam um juízo bom, avaliando aquilo que o outro tem de igual a si. Consideram mau aquilo que o outro tem de contrário a si. Ou seja, nesse adentrar na vida viva e no suprassumir da vida morta, os sujeitos sempre irão tomar como medida o patamar onde se encontram: quanto mais sua consciência e sua consciência-de-si afastarem-se da vida morta, mais cada um dos sujeitos se iguala ao outro. Do contrário, o mundo afasta-se da vida viva, da universalidade, e desigual de si o outro. Nas palavras de Hegel (2008, p. 344-345), tem-se que

Para a consciência-de-si é bom *e em si* aquele [...] [sujeito] no qual encontra a si mesmo; e mau, [...] [aquele outro] em que encontra o contrário de si. O *bem* é a *igualdade* da realidade objetiva com ela; o *mal*, porém, é sua *desigualdade*. Ao mesmo tempo, o que é bom e mau *para ela*, é bom e mau em si; pois a consciência é justamente aquilo em que os dois momentos do *ser-em-si* e do *ser-para-si* são o mesmo: - ela é o espírito efetivo das essências objetivas, e o juízo é a demonstração de seu poder sobre elas, que faz delas o que são *em si*.

Com base nestas ideias, o que é igual aos sujeitos é o bom e que é o diferente deles é desigual e mau, pode-se entender que o espírito, os sujeitos parecem não se desenvolverem e nem se reconhecerem. De outro modo, diz-se que aqueles sujeitos que não suprassumem sua vida morta, que se fecham em sua crença e seu preconceito sensíveis, não conseguem sair de si, não transcendem essa situação. Portanto, tais sujeitos não conseguem acatar a morte em si próprios e, justamente por isso, permanecem sendo somente em si. Entretanto, como é necessário que os sujeitos se desenvolvam devendo suprassumir a crença e o preconceito sensível, diz-se que, para eles, neste momento,

A relação que *encontra-igualdade* da consciência, é o bem; a que *encontra-desigualdade*, é o mal; e essas duas modalidades da relação devem ser retidas, daqui em diante, como *figuras diversas da consciência*, porque se relaciona de maneiras diversas, a consciência cai sob a determinação da diversidade de ser boa ou má: e não porque tenha como princípio seja o *ser-para-si*, seja o puro *ser-em-si* (HEGEL, 2008, p. 346).



Quando os sujeitos encontram-se nesta alienação, que é alienação de si próprios e, também, alienação do outro e perante este outro, eles devem procurar o retorno para si, além de procurar reconhecerem-se um ao outro como a si mesmos, para que ambos possam ser livres. Para isso, portanto, os sujeitos realizam um sacrifício, em que “ele[s] se abandona[m] tão completamente como na morte, porém mantendo-se igualmente nessa extrusão: assim se torna efetivo como o que é em si, como unidade idêntica a si mesmo, e de si como o oposto” (HEGEL, 2008, p. 350).

Diante disso, Hegel (2008) alerta para o fato de que essa alienação dos sujeitos encontra-se na linguagem. Fala-se de linguagem porque esta é a maneira que eles têm de se expressar, para mostrar quem são e como são. Portanto, a linguagem, enquanto “força do falar como um [falar] tal que desempenha o que é para desempenhar” (HEGEL, 2008, p. 350), leva não somente ao reconhecimento um do outro, mas retira os sujeitos de sua vida morta. Ao retornarem de sua alienação, os sujeitos retornam como seres que foram capazes de se ver e se compreender de outra maneira, ou seja, são sujeitos que sabem morrer, sabem quando, como e o que necessitam suprasumir para reconhecerem e serem reconhecidos pelos outros – um modo diverso de como se percebiam e se portavam até então. Em outras palavras, os sujeitos retornam para si modificados. É por isso que se pode dizer que a “linguagem é o *ser-aí* do puro Si, como Si; pela linguagem entra na existência a *singularidade para si essente* da consciência-de-si” (HEGEL, 2008, p. 350). Cabe mencionar que a singularidade expressa acima, no entender de Hegel (2008), é o ser reconhecido. Sendo assim, se através da linguagem é possível (re)conhecer os sujeitos em sua essência (e também em que cada sujeito se reconhece um no outro), pode-se aduzir que “a linguagem contém o Eu em sua pureza; só expressa o *Eu*, o Eu mesmo. Esse *ser-aí* do Eu é, como *ser-aí*, uma objetividade que contém a verdadeira natureza dele. O *Eu* é *este Eu*, mas é igualmente o *Eu universal*” (HEGEL, 2008, p. 351). Na interpretação da autora, o eu universal abarca os sujeitos de vida viva, afinal, nesse momento se expressam e mostram sua essência também são escutados. Quando isso ocorre, os sujeitos, que estão alienados, conseguem retornar para si, pois conseguem reconhecer os outros indivíduos tais como eles são, ou seja, como um igual. Em outras palavras, se os sujeitos que têm a vida viva sempre expressarem-na para o mundo, mesmo que este ainda tenha uma vida morta, aos poucos, quando o mundo retornar para si, escutará o outro sujeito. Esses sujeitos foram capazes de deixar que a morte adentrasse em si e, ao

realizarem o ato de receber a morte, o mundo conseguiu suprasumir sua vida morta e guardar dentro de si esse momento para, no instante seguinte, reviver. Isso faz com que os sujeitos “*expira[m]* imediatamente seu *ser-aí* mesmo: esse seu ser-outro retornou a si, e justamente isso é seu ser-aí como [um] *agora* consciente-de-si” (HEGEL, 2008, p. 351). Nesse sentido, por causa da alienação, o “espírito entra no ser-aí como espiritualidade” (HEGEL, 2008, p. 351). Assim, pode-se dizer que

O espírito é, [...], o meio-termo, que pressupõe aqueles extremos, e é produzido pelo ser-aí deles; mas é igualmente o todo espiritual que irrompe entre os extremos, que neles se fraciona, e só através desse contato produz cada um deles para [formarem] o todo em seu princípio. O fato de que os dois extremos já estejam *em si* suprasumidos e dissociados faz surgir sua unidade, a qual é o movimento que conclui os dois conjuntamente, permutando suas determinações, e na verdade concluindo-se juntas *em cada extremo*. Essa mediação põe assim o *conceito* de cada um dos dois extremos em sua efetividade, ou seja, eleva ao seu *espírito* o que cada um é *em si* (HEGEL, 2008, p. 352).

Neste momento de seu desenvolvimento, os sujeitos encontram o conceito. Este é “precisamente esse movimento de passar ao seu contrário” (HEGEL, 2008, p. 354). É, para a autora, o ato de morrer, de aceitar a morte dentro de si (a morte transformadora) e deixá-la suprasumir sua vida morta, seu preconceito e sua crença sensível, sem que isso se perca para além deles, afinal, após qualquer etapa na evolução da consciência dos sujeitos para a liberdade de si e do outro, sempre haverá a conservação dessa etapa alcançada para que possam recomeçar o movimento de morrer e reviver de um ponto mais alto de onde estavam. Daí se dizer que

A morte do [...] [sujeito] deve pois ser compreendida [...] [como autônoma], isto é, voluntária ou desejada e, portanto, consciente. [...] [Afinal, o sujeito] só é individual na medida em que é mortal [...] [Daí se dizer que o espírito] se realiza como múltiplo, cada um vivendo uma vida individual que lhe é própria, é unicamente porque os seres humanos são mortais. [Por isso] que a liberdade do [sujeito] está ligada à morte. [Daí se dizer que o sujeito é livre posto que é mortal] (KOJÈVE, 2002, p. 515).

Através disso, aprende-se que

O *ser-para-si* tem seu *ser-para-si* por objeto, como algo simplesmente *Outro*; e ao mesmo tempo, de modo igualmente imediato, como *si mesmo*; [tem por objeto a] si como um *Outro*, não que esse tenha um outro conteúdo, mas o conteúdo é o mesmo *Si* na forma de absoluta oposição, e de um ser-aí indiferente completamente próprio. Assim está aqui presente o espírito [...] *consciente* de si em sua verdade e [consciente] de seu conceito (HEGEL, 2008, p. 359).

Quando os sujeitos que estavam imersos em sua vida morta conseguem sair de si mesmos, verem-se e compreenderem a si mesmos com o olhar de como se sua vida fosse o outro de si próprio, eles, ao retornarem para si, precisam passar por aquele que é o seu contrário, isto é, os sujeitos de vida viva. Ao realizarem esse processo, os sujeitos, que antes estavam imersos em sua vida morta, percebem-se como um ser modificado. Sendo assim, têm a capacidade de alcançar a liberdade. Entretanto, por tal processo, os sujeitos têm a possibilidade de, ao libertarem-se de sua vida morta, libertarem também o outro, mas somente de modo externo, nunca internamente, afinal essa liberdade, esse deixar suprassumida a vida morta para poder elevar a consciência depende, exclusivamente, do outro. Diz-se do outro porque

Um sujeito só se pode constituir como Ser humano sob a condição de ser finito ou mortal (isto é, vivo). Equivale a dizer que um [sujeito] só pode viver humanamente se realizar sua morte: tomar consciência dela, suportá-la, ser capaz de enfrentá-la voluntariamente. Ser [...] [sujeito] é poder e saber morrer. “O Ser verdadeiro do [sujeito]” é [...] sua morte como fenômeno consciente (KOJÈVE, 2002, p. 527-528).

Ocorre que essa dinâmica do movimento, de morrer, da morte, permite que os sujeitos se reconheçam no mundo e este neles. Quando fazem isso, adquirem o conceito<sup>18</sup>. É necessário lembrar que os sujeitos também veem cada um em si como o outro de si mesmo, conforme foi explicitado e, nesse sentido, surge uma oposição dentro deles. Essa oposição consiste no abandono dos antigos padrões colocados na consciência dos sujeitos enquanto eles eram influenciados pela certeza sensível, imersos em sua vida morta. Então, cada sujeito

Cria e se cria porque nega e se nega sem ideia preconcebida: torna-se outro apenas porque não quer mais ser o mesmo. [Ou seja, deixa afastados de si seus padrões – crença e preconceito sensível, vida morta]. E, apenas porque ele não quer mais ser o que é, aquilo que ele será ou poderá ser é para ele um ideal que justifica sua ação negadora ou criadora, isto é, sua mudança, conferindo-lhe um sentido. De modo geral, a negação, a liberdade [...] nascem da negatividade que se realiza e se revela. (KOJÈVE, 2002, p. 464).

Neste estágio do desenvolvimento, portanto, os sujeitos são capazes de reconhecer e de saber o que é bom e mau realmente. Para a autora, os sujeitos conseguem saber que a sua vida morta matava sua alma, seu interior e, assim, eles deixavam-se prender e viver em sua ilusão própria, em sua própria crença e preconceito sensíveis. Agora, eles sabem que isso lhes

<sup>18</sup> Conceito, pode ser entendido como “compreender algo”, bem como “conceber” e “incluir”.

fazem mal e, ainda, que o mau é sua vida morta. O mau, para os sujeitos, nesse momento, é não acatar o pensamento universal, é afastar de si a vida viva e livre. Sendo assim, os sujeitos notam que a vida viva, que proporciona e leva-os à liberdade de si mesmos e do outro, é algo bom e que se traduz em boas atitudes. Afirma-se isso porque “os *pensamentos* dessas essências, do *bem* e do *mal*, invertem-se também nesse movimento: o que é determinado como bom, é mau; o que é determinado como mau, é bom” (HEGEL, 2008, p. 359). A crença e o preconceito sensíveis, a vida morta, que antes eram compreendidos como bons, agora são maus. A vida viva e livre, que antes era entendida como má, agora se faz como boa. O mesmo se pode dizer da morte transformadora, afinal ela é a responsável por todo o movimento de mudança, pelo ato de os sujeitos supressumirem sua crença sensível, guardarem essa morte transformadora dentro de si e elevarem-se deste estágio. Diante disso, é possível dizer que a essência dos sujeitos transfere-se para o mundo, e a essência deste, para os sujeitos. Quando isso ocorre, a igualdade entre os sujeitos e o mundo “se torna a essência absoluta *efetiva* que se *sacrifica*: torna-se o *Si*, mas o *Si* perecível. Por isso [...] o retorno desse *Si* alienado [...] à sua simplicidade” (HEGEL, 2008, p. 368).

Assim, percebe-se que os sujeitos, bem como o mundo, ao retornarem para si mesmos, produzem uma igualdade consigo mesmos em relação ao outro. Essa igualdade produzida por cada sujeito – inclusive pelo mundo (sociedade) tomado como sujeito – neles mesmos é se igualar com a vida viva. Porém, a vida morta que os sujeitos possuíam dentro de si ainda não os deixou, afinal, nesse momento, ela se torna um outro no interior dos sujeitos que é apenas um *Si*, um negativo.

Entretanto, é justamente por essa troca de contrários, em que os sujeitos se veem no mundo e este neles, que o espírito está presente. Mesmo que os sujeitos transfiram, cada um, sua vida morta para dentro do outro, este não a toma para si. Pelo contrário, a vida morta desvanece na vida viva, posto que esta é universal e sabe a si mesma. Quem, portanto, beneficia-se desse processo de troca entre contrários são os próprios sujeitos, pois quando retornam para si conseguem construir uma ideia própria, refletida e pensada, de modo que, no mínimo, aproximem-se e/ou estejam em conformidade com a vida viva, livre e universal. Quando o espírito chega a esse momento, pode-se falar em inteligência – ou, pelo menos, em seu surgimento.

Embora o espírito já tenha alcançado o conceito, retornado para si e se reconhecido no outro, ele necessita dessa inteligência surgida para poder realizar esse conceito encontrado.

Isto é, no entendimento da autora, tal como os sujeitos enquanto singulares não ficaram limitados a manter a vida viva dentro de si, eles necessitam, nesse momento, externar a vida viva que vêm mantendo dentro de si. Isso se faz necessário porque não se concebe mais sujeitos vivendo em uma vida morta, presos à crença e ao preconceito sensível. É justamente por isso que os sujeitos necessitam externar a vida viva, precisam efetivá-la, realizar o conceito encontrado. Os sujeitos somente podem realizar tal ato (efetivação) se tiverem consciência de que este conceito é “o conceito absoluto, que não tem oposição em um [...] [outro], nem é limitado nele mesmo” (HEGEL, 2008, p. 370). A partir desse pensamento de Hegel (2008), pode-se falar em universalidade e, posteriormente, liberdade. Para Hegel (2008), quando os sujeitos fazem uso de sua inteligência e conseguem refletir sobre sua própria ação, reconhecendo-se um no outro, a vida viva, bem como a morte transformadora, passam a ser algo qualitativo, posto que este pensar (reflexão) acaba por eliminar qualquer unilateralidade que possa fazer com que a consciência-de-si não cresça como espírito, que permaneça na vida morta, na crença e no preconceito sensíveis.

Assim, a consciência-de-si, na perspectiva da autora, quando adentra na vida viva, se reconhece em uma outra consciência-de-si, isto é, a consciência-de-si de cada sujeito se reconhece uma na outra e, por isso, ela “se dá e se conserva em todo o [...] [outro]” (HEGEL, 2008, p. 371). Desta maneira, a consciência-de-si de cada sujeito sabe-se “*desta sua singularidade* ou do [seu] agir; como inversamente, sua individualidade é *aí igual a si mesma e universal*” (HEGEL, 2008, p. 371). No que tange à igualdade de uma consciência-de-si diante de outra consciência-de-si, conclui-se, de acordo com Hegel, (2008, p. 371-372) que

A consciência, fazendo-se desse modo igual ao-que-opera, e que é julgado por ela, é reconhecida por essa como lhe sendo idêntica. O que-opera encontra-se não só apreendido por aquela consciência como um estranho e desigual a ela, mas antes acha a consciência igual a ele por sua própria estrutura. Contemplando essa igualdade e *proclamando-a, confessa-se* a ela, e espera igualmente que o Outro [sujeito], como se colocou de fato no mesmo nível que ela, repita também sua *fala*, exprima nela sua igualdade; e que se produza o ser-aí reconhecido. Sua confissão não é uma humilhação, vexame, aviltamento perante o Outro, uma vez que esse declarar não é a declaração unilateral, pelo qual pusesse sua *desigualdade* com o Outro; ao contrário, a consciência operante só se declara por causa da intuição da igualdade do outro com ela; de sua parte enuncia sua igualdade na confissão, e a enuncia porque a linguagem é o *ser-aí* do espírito como Si imediato. Espera assim, que o Outro contribua com o seu para esse *ser-aí*.

Desse modo, segundo a autora, partindo de sua interpretação sobre a Fenomenologia do Espírito de Hegel (2008), quando os sujeitos refletem acerca um do outro, refletem

também sobre seu próprio pensamento, sua própria ação para consigo mesmo (no sentido de permanecer e de sair de sua vida morta) e para com o outro, verifica-se um pequeno reconhecimento. Sendo assim, se já há algum reconhecimento entre os sujeitos e o mundo, é pertinente afirmar que, como cada sujeito já conseguiu refletir acerca de suas ações e, a partir disso, saber como deixar sua vida morta para dela ressurgir como ser modificado, os sujeitos, bem como o mundo, conseguem ter uma abertura de sua consciência, pois conseguem perceber que o outro sujeito é igual a si mesmo, independentemente de ele ter características diversas de si. Tal ideia é complementada a partir da concepção de Bourgeois (2004, p. 30), de que “este Outro deve, portanto, ser reconhecido em sua alteridade.”

Desse modo, no entendimento da autora, os sujeitos, por justamente (re)conhecerem e partilharem da igualdade um para com o outro, acabam confessando que seu pensar, sua ação um para com o outro, quando estavam imersos na vida morta, estava equivocada. Eles conhecem e reconhecem, portanto, primeiramente, que possuíam uma interioridade de vida morta dentro de si. Após, reconhecem que externar sua vida morta, externar sua crença, seu preconceito sensível e agir de acordo com ela era equivocado e prejudicial para o outro. Ocorre que, quando realizam esse processo, os sujeitos, novamente, confessam sua vida morta. Entretanto, essa confissão, como expõe Hegel (2008), não é uma humilhação ou vergonha. É um desenvolvimento dos sujeitos, posto que tomaram como igual a si aquele que lhe é outro. Isto é, foram capazes de reconhecer e de ter a consciência de que o outro é igual a si mesmo. Assim, a vida viva, responsável por trazer a liberdade para os sujeitos, consegue adentrar neles. Desta forma, é possível dizer que a morte transformadora, ao adentrar nos sujeitos, retirou-lhes a vida morta e trouxe a vida viva e, aquela consciência que os sujeitos possuíam não lhes pertence mais, posto que

Ela não se põe [como] perdida e negada no [...] [outro], mas antes a ele se fia, quer dizer, encontra-se precisamente *no [...] [outro] como esta* consciência, ou como consciência-de-si. Eu confio naquele cuja *certeza de si mesmo* é para mim, a *certeza de mim* mesmo: conheço meu ser-para-mim nele, conheço que ele o reconhece, e que para ele é fim e essência. [...] Além disso, já que para mim é [...] [outro] aquilo em que reconheço a mim mesmo, eu estou nele para mim ao mesmo tempo, em geral, como *outra* consciência-de-si, isto é, como uma consciência-de-si que no [...] [outro] se alienou de sua singularidade particular, ou seja, de sua naturalidade e contingência (HEGEL, 2008, p. 379).

Portanto, a compreensão que cada sujeito tem um do outro possui o significado de que “o saber e o [...] [outro] do saber são o mesmo. Assim, o que a pura inteligência enuncia como

o seu outro [...] não pode ser outra coisa que ela mesma” (HEGEL, 2008, p. 377). A partir dessas ideias, para a autora, quando a morte transformadora adentra na vida morta dos sujeitos, eles a abandonam e passam a perceber, bem como a ter consciência e consciência-de-si, que dependem um do outro. Ocorre que, quando os sujeitos realizam esse processo, percebem que, ao deixarem sua vida morta de lado, surge um vazio dentro deles. Então, percebem que esse vazio precisa ser preenchido pela vida viva. A vida viva, no entanto, encontra-se no outro, e cada um dos sujeitos percebe que esse outro não está em si, mas fora de si próprio, afinal aquilo que agora necessita preencher, seu vazio, que é a vida viva, está no outro.

Nesta medida, quando os sujeitos ficam atrelados ao vazio deixado pela morte transformadora, rememorando e desejando o retorno da vida morta para si uma relação ao outro, não atingem o espírito e não evoluem, posto que ficam atrelados a algo que não parece ser racional (o preconceito, a crença, enfim, sua vida morta). Desta maneira, os sujeitos não conseguem refletir sobre a sua vida morta, sobre as suas próprias ações e, portanto, não se desenvolvem, pois “o que não é racional não tem *verdade*, ou seja, o que não é concebido, não é” (HEGEL, 2008, p. 377). Para a autora, isso quer dizer que, se os sujeitos não perceberem a si mesmos como indivíduos que mantinham uma vida morta, eivada de crença e preconceito e que, dessa maneira, agiam um para com o outro, eles sempre estarão presos ao vazio de si mesmos e, como consequência, à rememoração de sua vida morta. Isto é, não conseguirão alcançar a liberdade, não conseguem suprassumir sua crença e seu preconceito, nem conservá-los suprassumidos em seu ser para depois elevarem-se à liberdade de si e do outro. A vida viva ainda não está nos sujeitos, mas apenas no outro. Nesse sentido, cabe trazer como argumento, para corroborar as palavras acima, a seguinte ideia de Hegel (2008, p. 389):

Em contraste com a fé [vida morta para esta dissertação], mostra-se como pura inteligência, justamente porque, por ocasião de um momento *determinado*, vê o todo e assim evoca o *oposto* que se refere àquele momento; e invertendo um no outro, produz [...] o conceito. [...] [O] *Outro* é igualmente essencial, e, na verdade, está presente na própria consciência crente – só que ela não pensa nisso, mas o tem em um lugar qualquer.

Tendo por base as ideias hegelianas, a autora entende que, os sujeitos, mesmo sentindo e percebendo a mudança, dentro de si, que foi deixada pela morte transformadora, começam a aceitar a vida viva, aceitar que aquele que cada um deles compreendia como o outro de si mesmo, em verdade, sempre existiu dentro deles. Entretanto, os sujeitos somente percebem

isso porque conseguem refletir sobre as ações que fazem para si próprios (aceitar a morte transformadora ou permanecer na vida morta) e para cada um. Sem essa visão e consciência de si mesmos, os sujeitos não conseguem perceber cada um como um outro, pois sempre estavam imersos na vida morta.

Com isso, pode-se concluir, para a autora, que, quando os sujeitos utilizam-se da inteligência, da razão, da reflexão, eles passam a pensar sobre sua própria crença, seu preconceito, a fé<sup>19</sup> que lhe foi dada e o quanto estavam imersos na vida morta e dela não se desvencilhavam. Dessa maneira, os sujeitos, quando pensam, são capazes de questionar essa fé, questionar sua vida morta e, portanto, questionar sua crença, seu preconceito. No momento em que começam a refletir, a pensar acerca de suas ações enquanto estavam imersos na vida morta, verifica-se que conseguem ir alcançando a razão. Esta, bem como “a pura inteligência, certamente não é vazia, ela mesma, porque o seu negativo é para ela, e é o seu conteúdo; mas ela é rica, embora somente em singularidade e limitação” (HEGEL, 2008, p. 385).

Sendo assim, para a autora, os sujeitos, então, ao realizarem questionamentos sobre sua própria crença, seu preconceito, sua vida morta, começam a ver o todo, a entender a totalidade um do outro, e enxergam-se como realmente são: sujeitos de vida viva. Em outras palavras, diz-se que, de alguma maneira, os sujeitos já conseguem, ao suprassumirem a vida morta, suprassumir sua crença, seu preconceito sensível, mas há a conservação desse ato para que consigam elevar-se de onde se encontravam. Esse exercício, porém, os sujeitos somente conseguem fazer quando chamam o oposto para si e invertem-se nele, colocam-se em seu lugar e o tomam para si, produzindo o conceito. Quando os sujeitos conseguem fazer essa reflexão e transposição de se colocar no lugar um do outro, percebem que aquele que lhe é outro é igualmente essencial a si mesmo. Diante disso, percebem que sua verdade não era a verdade, mas sim algo dado e não refletido, e que somente alcançarão a verdade se

---

<sup>19</sup> Esta fé não significa que é uma fé religiosa, ou de uma crença religiosa. Aliás, “Hegel foi avesso a qualquer concepção de *Glaube*, católica ou protestante, que o contrapusesse à razão e ao pensamento conceptual. [...] [Ainda, Hegel afirma] que não podia admitir que certas doutrinas devam ser simplesmente aceitas com base na autoridade. As doutrinas, para que sejam aceitas, devem ser autenticadas pelo próprio discernimento (*Eisicht*) de uma pessoa, não recebidas com base na autoridade da Igreja ou do Estado. Ele rejeitou qualquer concepção de dois mundos, qualquer mundo do além, postulado pela fé como um refúgio do mundo da realidade terrena, secularizada.” (INWOOD, 1997, p.83). Ainda, é pertinente afirmar que, segundo Inwood (1997), Hegel entende que “fé (*Glauben*), tal como o cognato crença, indica (1) confiança (*Vertrauen*) numa pessoa, coisa ou Deus; (2) aceitação de algo como verdadeiro (*Fürwahrhalten*); (3) o que é acreditado. [...] Assim, *Glauben* equivale a fé: Hegel associa-o frequentemente a ‘certeza imediata’ (*Gewissheit*) – uma certeza subjetiva que não traz consigo verdade – e contrasta com razão, pensamento e conceito.” (INWOOD, 1997, p.82-83). Para a autora, a fé significa o fato de crer em algo que foi dado sem refletir se aquilo, que proveio de outros indivíduos, é correto ou não. Isto é, o sujeito apenas toma esse conhecimento que veio de fora de si como verdadeiro.



questionarem seu próprio pensar e não aceitem que ele venha pronto para si. Assim, os sujeitos conseguem fazer com que seu espírito se desenvolva. No entendimento de Hegel (2008, p. 390), a essência da “pura inteligência [...] é o conceito [e] se torna primeiro para si mesma como um absolutamente Outro. [...] Assim, contra a fé, a inteligência é a *força* do conceito”. Portanto, para a autora, como os sujeitos, de algum modo, já conseguiram refletir acerca de sua vida morta, sabem que precisam deixar entrar, em si mesmos, a vida viva. Se eles querem que a vida morta permaneça afastada de si, terão de tomar para seu interior a vida viva e, sendo assim, conseguirão perceber que, anteriormente,

A consciência crente emprega[va] dois pesos e duas medidas, [...] [tinha] dois tipos de olhos e de ouvidos, dois tipos de língua e de linguagem; [...] [tinha] duplicadas todas as representações, sem pôr em confronto essa ambiguidade. Ou seja: a fé viv[ia] em percepções de dois tipos: - uma, a percepção da consciência *adormecida*, que vive puramente em pensamentos carentes-de-conceito; outra, a da consciência *desperta*, que vive puramente na efetividade sensível, [cada uma leva seu próprio teor de vida] (HEGEL, 2008, p. 394).

Com base no que foi exposto anteriormente acerca da fé e da inteligência, é possível, para a autora dizer que os sujeitos, quando estavam imersos em sua vida morta, tendo por base a crença e o preconceito provenientes da certeza sensível, sem reflexão, acabavam por analisar-se um ao outro de duas maneiras. Tais são: se o outro é igual a si, compartilhando do mesmo pensar imerso na vida morta, os sujeitos tratam esse outro como um igual, pois concordam com ele; já se o outro for diverso, os sujeitos relacionam-se de modo diverso com esse outro, posto que o consideram inferior. Por esses motivos, diz-se que a fé tem uma “percepção adormecida” e é, portanto, “carente de conceito”, pois vive, de acordo com a autora, na vida morta mas que acha que é repleta de riqueza, já que não é capaz de pensar e refletir acerca de suas próprias ideias e nem de utilizar-se de “dois pesos e duas medidas” para se relacionar com o outro que, mesmo diverso, é igual na essência e no espírito. Portanto, a crença e o preconceito sensíveis, fundados na fé “não reconhece a verdade nas múltiplas formas e figuras com que se apresenta o [...] espírito humano” (MENESES, 2006, p. 85). Contudo, o pensamento crente, sem reflexão, pode se tornar reflexivo e fazer com que os sujeitos encontrem o conceito. Assim, os sujeitos conseguirão sair de sua vida morta, suprasumir sua crença, seu preconceito sensível, e conservar tal ato para dele elevarem-se à liberdade. Esse movimento que os sujeitos precisam realizar para serem livres e fazerem do outro um ser livre é justamente o ato de suprasumir algo e, por isso, esse algo (vida morta – crença, preconceito sensível) é compreendido, segundo Kojève (2002, p. 496-497),

Como Ser-estático-dado (Sein) natural tem como fundamento ontológico a identidade (consigo mesmo) [conforme exposto anteriormente, quando se afirmou que se o sujeito é igual ao outro, há uma maneira de interação e, se for diverso há outra], o sujeito do discurso que revela esse Ser e a si mesmo, [...] tem como base última a negatividade. Ora, [...] [o sujeito] que é dominado em seu ser para negatividade não é Ser-estático-dado, mas ação ou Ato-de-se-afirmar ou de se criar. E ele só é objetivamente-real como um movimento dialético, cujo resultado é mediatizado pela negação do Ser-dado que lhe serve de ponto de partida. Essa negatividade, associada no Ser à identidade do Ser, é que cinde esse Ser em objeto e sujeito, criando o homem oposto à natureza. Mas é também essa negatividade, realizada como existência humana no seio da natureza, que re-une de novo [os sujeitos] [...] no e pelo conhecimento verdadeiro, em que o discurso coincide com o Ser que ele revela.

Para isso ocorrer, de acordo com a autora, os sujeitos necessitam fazer uso da inteligência, como já foi exposto. É somente ela que, sendo conceito absoluto, é capaz de ser

Um diferenciador de diferenças que já não são tais; de abstrações ou puros conceitos, que já não se sustentam a si mesmos, mas que só têm apoio e diferenciação mediante *o todo do movimento*. Esse diferenciador do não-diferente consiste precisamente em que o conceito absoluto faz de si mesmo seu objeto, e se contrapõe como a essência àquele *movimento* (HEGEL, 2008, p. 395).

Isso quer dizer que, na concepção da autora, a partir da litura que realiza de Hegel (2008) quando os sujeitos conseguem refletir sobre seu pensamento, sobre sua vida morta, suas atitudes, eles conseguem perceber as diferenças que há neles mesmos, mas as veem como algo igual, e não desigual. Desta maneira, a ideia, ou seja, a crença, o preconceito, que provinha da certeza sensível sem reflexão, para os sujeitos, já não se sustenta mais como conceito, e eles deixam de se utilizar da fé, que dá “dois pesos e duas medidas”, para se relacionar um com o outro. Em outras palavras, os sujeitos, quando chegam nesse patamar de desenvolvimento, conseguem acolher um ao outro. Isso já demonstra que eles têm condições de ser livres, de ter e permanecer com a vida viva dentro de si; afinal, quem mantém esta dentro de si, sabe quando e como deve suprássumi-la, conservá-la e, posteriormente, desenvolver para ser livre. Um sujeito de vida viva sempre sabe quando morrer, quando acatar a morte transformadora dentro de si, para sempre morrer e vir a ser novamente como um sujeito que sabe modificar a si próprio – isto é, sabe morrer, reviver e ser livre. De outro modo, pode-se dizer que todo esse processo de suprássumir a vida morta (que é a crença e o preconceito sensível), de conservá-la dentro de si, suprássumida, e elevar-se para uma vida viva e livre é justamente a negatividade, ou seja, o ato negador de algo, para vir a ser outro algo, mais elevado, imerso na vida viva e livre. Portanto,

Somente quando se compreende os [sujeitos] [...] como negatividade [...] [eles são] compreendido[s] em sua especificidade humana [...] que faz dele[s] um Eu que pensa e que fala, ou que separa a essência de sua conexão natural ou dada com[...] [aquilo que eles passam a ser] (KOJÈVE, 2002, p. 511).

Tomando por base as ideias de Kojève (2002) e de Hegel (2008), menciona-se que, para a autora, os sujeitos, tendo apreendido o conceito absoluto, tornam-se, também, o outro de si próprios e já não fazem mais diferença entre um e outro. A consciência-de-si dos sujeitos “é o movimento em conceitos puros” (HEGEL, 2008, p. 396). Isto é, como os sujeitos (ou mesmo o mundo enquanto sujeito) já conseguiram se abrir para acolher e compreender um ao outro, conseguem realizar esse acolhimento e compreensão para qualquer outro sujeito que também seja diverso de si. Além disso, ao se deparar com um outro que tenha, em seu interior, uma vida morta, os sujeitos saberão como agir e efetivar sua vida viva para com esse outro. É por isso que, quando os sujeitos realizam uma reflexão que permite o reconhecimento de todos os sujeitos no mundo, na sociedade, diz-se que o espírito, neste momento, se apresenta

Como liberdade absoluta; é a consciência-de-si que se compreende de modo que sua certeza de si mesma é a essência de todas as ‘massas’ espirituais, quer do mundo real, quer do supra-sensível; ou, inversamente, de modo que a essência e a efetividade são o saber da consciência sobre si mesma. Ela é consciente de sua pura personalidade, e nela de toda a realidade espiritual: e toda a realidade é só espiritual. Para ela, o mundo é simplesmente sua vontade, e essa é vontade que se põe no assentimento tácito ou representado, mas é a vontade realmente universal, vontade de todos os singulares enquanto tais (HEGEL, 2008, p. 402).

Quando os sujeitos refletem e encontram o conceito verdadeiro, para a autora, percebem que a certeza que têm agora é a certeza de muitos outros sujeitos e entendem que alcançaram a verdade, reconhecendo que aquilo que pensavam ser verdade (sua vida morta, sua crença, seu preconceito sensível) não é realmente a verdade enquanto conceito. É por isso que se pode afirmar que, se os sujeitos não fizerem isso, e

A verdade [for] a negação do singular como essente no universal. [Diz-se, portanto, que] a única obra e ato da liberdade universal são portanto, a morte e, sem dúvida, uma morte que não tem alcance interior nem preenchimento, pois o que é negado é o ponto não-preenchido do Si absolutamente livre; é assim a morte mais fria, mais rasteira (HEGEL, 2008, p. 406).

Então, para a autora, se os sujeitos, não abrirem seu interior para que sua crença, seu preconceito sensível se suprassuma, desvaneça com a morte transformadora, para receber a

vida viva dentro de si, sempre terão uma “verdade” que será somente para eles e que, além de ser sempre ilusória, irá negar o outro, negar aquele que é diverso de si por aceitar, dentro de si, a morte que o transforma. Sendo assim, os sujeitos não possuem uma liberdade livre, mas uma liberdade que apenas por eles é conhecida como livre e que nada mais é do que algo morto e frio, como a vida morta que os sujeitos insistem em manter dentro de si mesmos. Nesse sentido, os sujeitos morrem não no sentido de se transformarem, mas experimentam a morte mais fria e rasteira, aquela que os conserva em sua ilusão.

A partir disso, e de acordo com Hegel (2008), pode-se afirmar que os sujeitos experimentam sua própria negação – a negação de si mesmos. Esta, porém, é sua morte própria, que é, em princípio,

Carente de sentido, o puro terror do negativo, que nele nada tem de positivo, nada que dê conteúdo. Mas ao mesmo tempo, essa negação [essa morte, nesse momento de evolução dos sujeitos] em sua efetividade não é algo estranho. [...] [Afinal, os sujeitos já conseguiram refletir. E, por já conseguirem refletir], ao contrário [essa morte] é a vontade universal [...] é o puramente positivo, porque é [também] o puramente negativo; e a morte sem-sentido [a vida morta], a negatividade do [...] [interior dos sujeitos que] não-preenchido, transforma-se, no conceito interior, em absoluta positividade (HEGEL, 2008, p. 409).

Assim, para a autora, os sujeitos percebem a realidade espiritual como ela é realmente e veem que, antes de alcançar essa verdade, eles possuíam uma “verdade” equivocada, uma “verdade” morta. Desta forma, os sujeitos passam a ver que eles mesmos devem ser formados pela vontade universal, isto é, a vontade de todos os singulares, respeitando suas individualidades, sua vida viva, sempre suprassumindo as crenças, os preconceitos sensíveis que os mantêm atrelados a uma vida morta, sem deixar de conservar esse ato para que sua consciência evolua para o reconhecimento de si e do outro.

Tendo por base o exposto até o momento, verifica-se que, quando os sujeitos, enquanto seres individuais, lançam-se ao mundo, que está imerso em sua vida morta, passam a modificá-lo. Desse modo, o mundo, a sociedade, não pode permanecer com a vida morta em seu interior. Precisa modificá-la, e isso é feito através do acatamento da morte transformadora dentro de si. A partir disso, os sujeitos passam a reconhecer-se no mundo e este neles, e ambos são sujeitos que se dividem, pois uma parte deles ainda está atrelada à vida morta. Por isso, os sujeitos se alienam<sup>20</sup> de si próprios e, quando retornam, passam a questionar sua

---

<sup>20</sup> A alienação para Hegel, segundo Inwood (1997, p. 46), “é o estágio de desunião que emerge de uma simples unidade e é subsequentemente reconciliado numa unidade superior, diferenciada”.

crença e seu preconceito sensível (vida morta), conseguindo reconhecer-se um no outro. Assim, no próximo capítulo será visto como que os sujeitos, como seres individuais e como mundo (sociedade), conseguem modificar seu interior, afastar a vida morta de si para alcançar a liberdade e, então, se unir, reconhecendo-se um no(ao) outro.



### 3 OS SUJEITOS RECONCILIADOS E RECONHECIDOS: A VIDA VIVA E LIVRE

Este capítulo tem por objetivo estudar como que os sujeitos<sup>21</sup>, enquanto seres particulares, e o mundo (sociedade) alcançam sua reconciliação e consolidação do reconhecimento. Para isso, é verificado como ocorre o desenvolvimento, ou seja, a transformação no(do) interior dos sujeitos, sabendo que estes ultrapassaram as outras etapas do reconhecimento. Sendo assim, mostra-se como a morte transformadora suprassume, nos sujeitos, a vida morta que ainda lhes resta para que consigam afastar as crenças e os preconceitos sensíveis de si, tornando-se seres de vida viva e livre.

#### 3.1 Apego à vida morta: o reconhecimento por dever

Conforme exposto no capítulo anterior, os sujeitos, enquanto haviam se reconhecido entre si, lançaram-se no mundo (sociedade) para serem reconhecidos por tal e reconhecerem-se nele. Entretanto, mesmo que de algum modo já tenha ocorrido um reconhecimento entre os sujeitos, eles ainda não são considerados consciência moral, pois estão apegados ao dever, isto é, somente foram capazes de deixar sua vida morta suprassumida e acatar a morte transformadora dentro de si próprios por pura obrigação, por dever, e não por realmente quererem a mudança dentro de si. Assim, pode-se afirmar que

A consciência-de-si sabe o dever como a essência absoluta. Só está ligada pelo dever, e essa substância é sua própria consciência pura, para a qual o dever não pode assumir a forma de algo estranho. Mas encerrada desse modo em si mesma, a consciência-de-si moral ainda não é posta nem considerada como consciência. [...] Essa consciência-de-si tem em seu conceito a relação para com um *ser-outro*, e é consciência. Para ela esse ser-outro, de um lado, é uma efetividade completamente *privada-de-significações*, pois o dever constitui seu único e essencial fim e objeto (HEGEL, 2008, p. 411).

No que tange à moralidade, os sujeitos ainda não se reconheceram realmente um no outro ou em sua vida viva, pois ainda não perceberam que a essência do outro é também a sua própria essência. Sendo assim, enquanto presos ao dever, à obrigação, os sujeitos (cada um deles) veem o outro como um ser natural, um ser sensível. Diante disso, os sujeitos criam “um mundo perfeito dentro de si, [que chegou] à própria individualidade; é um Todo autônomo de leis peculiares, como também um curso independente e [uma] efetivação livre dessas leis” (HEGEL, 2008, p. 412). Sendo assim, Hegel (2008, p. 412) expõe que,

---

<sup>21</sup> Entender a palavra “sujeitos” tanto os indivíduos, quanto o mundo (sociedade).

Uma visão moral do mundo, que consiste na *relação* entre o ser-em-si-e-para-si *moral* e o ser-em-si-e-para-si *natural*. Serve de fundamento a essa relação não só a total *indiferença* e *independência* própria da *natureza*, e dos fins e atividade *morais* reciprocamente, mas também, de outra parte, a consciência da exclusiva essencialidade do dever, e da completa dependência e inessencialidade da natureza. A visão moral do mundo contém o desenvolvimento dos momentos que estão presentes nessa relação de pressupostos tão completamente conflitivos.

Para a autora, isso quer dizer que, para os sujeitos reconhecerem-se um no outro e a si mesmos nesse outro, no sentido de poder saber como necessitam agir para deixarem sua vida morta afastada de si, é preciso mencionar que, para Hegel (2008), essa naturalidade (natureza) é o conhecimento que está em conjunto com a certeza sensível, a observação, a experiência. Ocorre que, para os sujeitos supressumirem sua vida morta, conservarem-na para, logo após, elevarem-se à vida viva e livre, precisam transpor sua ideia de moral, reconhecendo-se um no outro. Desse modo, é preciso haver, nos sujeitos, uma consciência que contenha, de acordo com Hegel (2008, p. 416-417)

O dever puro, *indiferente* a todo o *conteúdo determinado*; e o dever é somente essa indiferença para com o conteúdo. Mas a outra consciência contém a relação igualmente essencial para como o agir e a *necessidade* do conteúdo *determinado*. [...] Por conseguinte, essa consciência é uma consciência em que o universal e o particular são simplesmente um; e seu conceito é, assim, o mesmo que o conceito da harmonia da moralidade e da felicidade. Com efeito, essa oposição exprime igualmente a separação da consciência moral, *igual a si mesma*, e da efetividade, que, como *ser multiforme*, colide com a essência simples do dever. Mas, se o primeiro postulado só exprime a harmonia *essente* da moralidade e da natureza, porque ali a natureza é o negativo da consciência-de-si, é o momento do *ser*; - agora, ao contrário, esse *Em-si* é posto essencialmente como consciência, porque agora o essente tem a forma do *conteúdo* do *dever*, ou seja, é a *determinidade* no *dever determinado*. O *Em-si*, portanto, é a unidade desses termos que como *essencialidades simples* são essencialidades do pensar e por isso só estão em uma consciência. Essa consciência, de agora em diante, é assim um senhor e soberano do mundo que produz a harmonia da moralidade e da felicidade, e que ao mesmo tempo consagra os deveres como *múltiplos*. Isso significa que, para a consciência do *dever puro*, o dever determinado não pode ser imediatamente sagrado; mas porque, em virtude do agir efetivo – que é um agir determinado – é igualmente *necessário*, então essa necessidade incide fora daquela consciência, em uma outra: que desse modo é a mediadora entre o dever determinado e o dever puro, e a razão de que o dever determinado tenha valor também.

Diante da passagem da Fenomenologia do Espírito exposta acima, os sujeitos, no momento em que conseguirem transpor sua ideia de moral, que ainda resta presa à crença e ao preconceito sensível, conseguirão afastar a vida morta. Para a autora, além disso, os sujeitos conseguirão perceber que cada um, em relação ao outro, forma uma unidade e, nesse



momento, reconhecerão que dentro de si próprios havia vida morta, que estavam apegados a ela, mas que agora, notam que esse apego à crença, ao preconceito sensível, estava equivocado e começam a perceber que a moral que se apresenta é multiforme. Isto é, ela abarca a diversidade de pensamento e, como consequência, não corrobora as ideias sensíveis, mas a vida viva e livre. Quando percebem isso, os sujeitos suprassumem sua crença e seu preconceito sensíveis e, conservando esse momento, começam a mudar seu próprio interior, seu próprio coração, pois somente isso tornará os sujeitos seres reconhecentes um do outro e livres.

Para que cada sujeito realize uma mudança em si mesmo, precisa perceber que, na verdade, ele e o outro são apenas um, isto é, uma unidade. Assim, necessita ver que a consciência que exprime o dever puro, que é a sua consciência, a vida morta que ainda há em sua interioridade e que parece não abarcar a consciência do outro, está equivocada. Quando os sujeitos percebem isso, começam a elevar-se. Esse elevar dos sujeitos é justamente o ato de poder compreender a sua própria interioridade fora de si mesmos. É como se os sujeitos olhassem para si mesmos sem estarem em si, mas no outro. Desse modo, para a autora, os sujeitos percebem que a moral, como é multiforme, abarca a vida viva e livre, que é uma vida sem apego à crença e ao preconceito sensível. Sendo assim, os sujeitos conseguem se reconhecer nesta moral e, dessa forma, eles são apenas um, no sentido de que há vida viva dentro deles. Diante disso, é possível dizer que

A visão moral do mundo está consumada. De fato, no conceito da consciência-de-si moral estão postos em *uma unidade* os dois lados, dever puro e efetividade; e por isso, um como o outro, não como essente em si e para si, mas como *momento* ou como suprassumido (HEGEL, 2008, p. 418).

Entretanto, embora exista essa unidade, de acordo com a autora, ainda não se pode falar em conceito absoluto, em uma vida viva e livre, afinal este é “o único que compreende o *ser-outro* como tal, ou que compreende seu contrário absoluto como a si mesmo” (HEGEL, 2008, p. 419). Nessa perspectiva, a autora compreende que, em verdade, ainda não há uma consciência moral, mas somente uma representação de uma consciência moral, que pode ser uma representação da vida viva dentro dos sujeitos e que não necessariamente é verdadeira.

Assim, para que os sujeitos possam alcançar uma consciência moral verdadeira, devem eliminar de si todos os impulsos e inclinações da sensibilidade. Isto é, suprassumir sua crença e seu preconceito para conservar essa suprassunção como algo ultrapassado, mas que

fornece poder a fim de elevar o espírito, elevar a consciência dos sujeitos para que um se reconheça no outro e seja reconhecido por ele, alcançando a liberdade. É somente “a morte [enquanto transformadora] que engendra [os sujeitos] na natureza, e é a morte que os faz progredir até [...] serem plenamente consciente[s] de si, e consciente[s] de sua própria finitude” (KOJÈVE, 2002, p. 512). Entretanto, não é isso que fazem; eles transformam essa sensibilidade, que é proveniente dos impulsos sensíveis, conforme a razão. Nas palavras de Hegel (2008, p. 424):

A consciência-de-si moral estabelece seu fim como puro, como independente dos impulsos e inclinações, a ponto de ter eliminado dentro de si os fins da sensibilidade. Mas ela distorce mais uma vez essa proposta supressão da essência sensível. [...] Portanto não leva a sério o suprimir das inclinações e impulsos, pois precisamente eles [é que] são a *consciência-de-si que se efetiva*. Mas tampouco devem ser *reprimidos*, e sim apenas *conformes* a razão.

Por tais motivos, a consciência-de-si dos sujeitos consegue cessar “o conflito entre a moralidade e a sensibilidade” (HEGEL, 2008, p. 425). Porém, isso ainda não fornece para a consciência uma verdade, mas somente “uma pretensa verdade” (HEGEL, 2008, p. 430). De outro modo, pode-se dizer que os sujeitos ainda não modificaram a si mesmos. Se, para Hegel (2008), há apenas uma representação da consciência moral, então não há uma mudança real dentro dos sujeitos. Ou seja, na visão da autora, a vida viva é apenas uma ideia, e não algo efetivo no interior deles. Hegel (2008) alerta para o fato de que isso é novamente uma dissimulação da Coisa. Desta maneira, a dissimulação é “o estado-intermediário da moralidade imperfeita, que se apresentou como o essencial, [e] mostra claramente que essa percepção e pretendida experiência é apenas uma dissimulação da Coisa” (HEGEL, 2008, p. 426). A “consciência moral conhece portanto sua moralidade como não perfeita, porque está afetada de uma sensibilidade e natureza que lhe é oposta” (HEGEL, 2008, p. 429). Partindo de Hegel (2008), no entendimento da autora, a vida morta é capaz, ainda, de atingir os sujeitos, pois eles não conseguiram supressumir totalmente sua crença e seu preconceito sensíveis. Ainda não conseguiram, de maneira total, acatar, fazer ressurgir a morte que é transformadora dentro de si. Entretanto, essa

Consciência-de-si moral deixa livre certamente sua universalidade, de modo a tornar-se uma natureza própria, e igualmente a retém dentro de si como supressumida. Mas ela é somente o jogo dissimulado da alternância dessas duas determinações. [É] como boa-consciência [que] tem primeiro em sua *certeza-de-si-mesma* o *conteúdo* para o dever anteriormente vazio, assim como para o direito vazio e [para] a vazia vontade universal; e como essa *certeza-de-si* é igualmente o

*mediato*, [nela, a consciência-de-si moral tem] o ser-aí mesmo (HEGEL, 2008, p. 432).

Isso significa que os sujeitos perceberam que a sua moral era dissimulada por causa das inclinações e dos impulsos sensíveis, e, na concepção da autora, é a permanência da vida morta dentro de si mesmos. Eles têm consciência de que sua moral não era verdadeira e que seu conteúdo era vazio. Por tais motivos é que se afirmou que a consciência-de-si dos sujeitos possuía uma pretensa verdade. Desse modo, quando os sujeitos reconhecem que, na realidade, possuíam uma inverdade, eles chegam à verdade. Nesse ponto, “consciência-de-si moral abandona, ou melhor, suprassume dentro de si mesma, a separação donde nascera a dissimulação” (HEGEL, 2008, p. 432), posto que esta levava os sujeitos para fora da realidade moral, deixando-os imersos na crença, no preconceito sensível. Sob esse aspecto, os sujeitos fazem com que sua consciência-de-si retorne para si mesma e percebem que

É o espírito moral *concreto*, que na consciência do dever puro não adota para si um padrão-de-medida vazio, que fosse oposto à consciência efetiva. Ao contrário: o dever puro, tanto como a natureza a ele oposta, são momentos suprassumidos. O espírito moral é, em unidade imediata, essência *moral que-se-efetiva*; e a ação é figura moral imediatamente *concreta* (HEGEL, 2008, p. 432).

Desta maneira, os sujeitos deixam de lado a sua dissimulação e passam a ver a moral que está imbuída de vida viva como algo concreto, que se efetiva. Assim, os sujeitos procuram modificar a si mesmos, abandonam o estado onde se encontravam, mas o conservam para elevarem-se em um nível mais exigente de reconhecimento. A modificação de si mesmos, por parte dos sujeitos, é uma ação, mas esta é realizada através da morte; é justamente o ato de deixar de ser algo para vir-a-ser. Daí se dizer que a morte dos sujeitos precisa ser “consciente e voluntária, isto é, aceita livremente. [Mas, isso somente ocorre, posto que, os sujeitos se arriscam] em função do desejo de reconhecimento, [o querer ser reconhecido pelo outro]” (KOJÈVE, 2002, p. 527). Desse modo, vão ao encontro da vida viva e livre e, pode-se dizer que

A boa-consciência renuncia a todas essas colocações e dissimulações da visão moral do mundo ao renunciar à consciência que apreende como contraditórios o dever e a efetividade. Segundo essa última consciência, eu ajo moralmente quando para mim estou *consciente* de cumprir só o dever puro e não *outra coisa* qualquer; quer dizer, de fato, *quando eu não ajo*. Mas quando ajo efetivamente, eu sou consciente de um *outro*, de uma *efetividade* que está presente, e de uma que quero produzir. Tenho um *determinado* fim e cumpro um dever *determinado*; nisso já há algo *outro* que o dever puro, o qual somente deveria ser colimado (HEGEL, 2008, p. 434).

Isso quer dizer que a boa-consciência dos sujeitos fica livre de todas as dissimulações e age de acordo com o dever puro<sup>22</sup>. Entretanto, no entendimento da autora, esse dever puro não pode ser qualquer dever, mas sim algo que sirva para todos os seres, que esteja relacionado à vida viva. Algo que saiba aceitar a morte de sua crença e seu preconceito sensíveis. Neste momento, a consciência-de-si de cada sujeito já possui o conhecimento da moral daquele que lhe é outro e a toma para si também. Portanto, poder-se-ia dizer que ela já está apta a seguir o puro dever. Torna-se necessário atentar que a boa consciência dos sujeitos, de acordo com Hegel (2008, p. 434), “enuncia o *dever puro* como essência de seu agir”. Entretanto, isso pode ser diverso da vida viva realmente, posto que essa boa consciência seria, novamente, uma dissimulação. A partir disso, é preciso lembrar que, se a boa-consciência “for considerada segundo a oposição da consciência, é a própria *singularidade* imediata, o conteúdo do agir moral e sua *forma* é precisamente esse Si como puro movimento, quer dizer, como o *saber* ou como a *convicção própria*” (HEGEL, 2008, p. 434).

Isso quer dizer que se torna um tanto temeroso, para os sujeitos, não acatar dentro de si a morte que é transformadora e, assim, solidificar uma ideia sensível e não livre. É por isso que Hegel (2008) prefere dar uma outra consideração para a boa-consciência. Esta consiste em considerar

Mais de perto [...] sua unidade e [...] significação dos momentos, [vemos que] a consciência moral só se apreendeu como o *Em-si* ou *essência*; mas como boa-consciência apreende seu *ser-para-si* ou o seu *Si*. A contradição da visão moral do mundo *dissolve*; isto é, a diferença, que lhe serve de base, se revela não ser diferença alguma, e colapsa na pura negatividade (HEGEL, 2008, p. 435).

Partindo-se dessa consideração exposta pelo filósofo, e, na perspectiva da autora, os sujeitos avançam na busca pelo (re)conhecimento um do outro, bem como de sua liberdade, de sua vida viva. Assim, os sujeitos tomam como desenvolvimento para a vida viva a unidade entre eles e suprassumem aquilo que consideravam como desigual a si; isto é, deixa de haver

---

<sup>22</sup> Provém de Kant. Para Kant, o dever “foi central na descrição de moralidade: expressa a necessidade moral ou racional de uma ação, não em decorrência de causas naturais ou físicas, mas de um conceito de razão prática. [...] [Nesse caso] a vontade e a conduta de um ser plenamente racional seria determinada automaticamente pela razão, a qual não se lhe apresentaria, portanto, como um “dever” ou uma obrigação. Kant vê o dever ser como o que nos apresenta uma tarefa infinita, ou seja, uma tarefa que só pode ser completada na infinidade” (INWOOD, 1997, p. 97). Já para Hegel, o dever ser é associado “às noções de limite, restrição e finitude: uma restrição é essencialmente algo que deve ser superado e, inversamente, se algo deve ser o caso, isso implica uma restrição ou obstáculo que precisa ser superado” (INWOOD, 1997, p. 98).

desigualdade entre os sujeitos. Ambos são iguais desde que sejam mantidas as suas particularidades. De tal modo, o Si, para os sujeitos, de acordo com Hegel (2008, p. 435)

Tanto é saber *puro* quanto é saber de si como *desta* consciência *singular*. Esse Si constitui portanto o conteúdo da essência antes vazia, pois é o *Si efetivo*, que não tem mais a significação de ser uma natureza estranha à essência e independente nas leis próprias. Como o negativo, é a *diferença* da pura essência – um conteúdo, e na verdade de um conteúdo que é válido em si e para si.

De acordo com a autora, isso faz com que os sujeitos avancem nas convicções acerca um do outro. Esse avançar em suas convicções significa o suprassumir de sua crença e seu preconceito sensíveis, mas conservando-os para recomeçar novamente, sempre acatando a morte dentro de si e dela ressurgindo como sujeitos modificados, buscando a vida viva e livre. Esse movimento, nesse momento, faz com que o referido Si, sendo um puro saber que é igual a si mesmo, seja “algo *pura e simplesmente universal*, de modo que precisamente esse saber, *como seu próprio* saber, como convicção, é o *dever*” (HEGEL, 2008, p. 435). Entretanto, esse Si que ainda encontra-se no interior dos sujeitos é aquele relacionado à vida morta e, justamente por isso, os sujeitos ainda estão apegados ao dever.

Ocorre que, para a autora, como os sujeitos tomam o dever como algo que os impulsiona para a vida viva, eles começam a perceber que a figura da moral necessita ter uma vida viva, ou seja, ser reconhedora das diferenças<sup>23</sup>, pois somente assim os sujeitos poderão ser reconhecidos e reconhecer-se um ao outro. Portanto, no que Hegel (2008) expõe acerca do reconhecimento, os sujeitos passam a perceber que a lei moral vem para acolher o outro, e não para enquadrá-lo dentro de uma lei que não é sua essência, seu espírito. Em outras palavras, diz-se que essa lei moral consegue suprassumir a crença, o preconceito sensível dos sujeitos e, segundo Hegel (2008, p. 435):

Agora é a lei que é por causa do Si, e não o Si por causa da lei. Contudo a lei e o dever têm, por isso, não só significação do *ser-para-si*, mas também a do *ser-em-si*: pois esse saber, em razão de sua igualdade-consigo-mesmo, é justamente o *Em-si*. Dentro da consciência, esse *Em-si* se separa também daquela unidade imediata com o *ser-para-si*; contrapondo-se assim, ele é *ser, ser para Outro*.

Quando os sujeitos chegam a este momento de seu desenvolvimento, de busca por sua própria liberdade, ocorre o reconhecimento da consciência-moral dos sujeitos neles mesmos,

---

<sup>23</sup> Conforme já exposto na introdução, quando se utiliza a palavra reconhecimento, esta, provém da ideia de Honneth (2009).

afinal “a boa-consciência é o elemento comum das consciências-de-si; elemento que é a substância em que o ato tem *subsistência e efetividade*: o momento de *tornar-se reconhecido* pelos outros” (HEGEL, 2008, p. 436). Tomando por base a ideia de Hegel (2008), a autora compreende que, como os sujeitos precisam reconhecer um ao outro, bem como reconhecer-se cada um no outro, eles primeiramente necessitam reconhecer-se na vida viva, posto que o “Outro é precisamente a condição para o Eu ser e sentir-se como um Eu, no reflexo que o Outro lhe envia, e na reciprocidade em que também se constitui como um outro Eu” (MENESES, 2006, p. 19). Ocorre que, para que realmente os sujeitos consigam fazer isso, eles necessitam agir. Este seu agir precisa ser feito em dois momentos: o agir de cada sujeito para consigo mesmo, no sentido de deixar sua vida morta supracompreendida mas conservada como um momento ultrapassado, e o agir de um em relação ao outro, que não pode ser um agir proveniente da vida morta, mas sim da vida viva. É somente o agir de cada sujeito, diante de si mesmo e do outro, que irá fazer com que ocorra o reconhecimento, levando à unidade de vida viva e livre dentro de si mesmo, do outro, bem como entre eles. Afirma-se que,

O agir é somente o trasladar de seu conteúdo *singular* para o elemento *objetivo*, onde o conteúdo é universal e reconhecido: e isso justamente – o fato de ser reconhecido – faz que a ação seja efetividade. Reconhecida, e portanto efetiva, é a ação porque a efetividade aí-essente se vincula imediatamente com a convicção ou [com] o saber; ou seja, o saber de seu fim é imediatamente o elemento do ser-aí, o universal reconhecer (HEGEL, 2008, p. 436).

Partindo-se da ideia de que é através da ação que os sujeitos se desenvolvem para a unidade, Hegel (2008) explica que, se os sujeitos guardarem para si suas convicções, elas se tornarão vazias, pois somente existirão no interior deles. É por isso que os sujeitos necessitam expor essa vida viva e lutar por ela de maneira que todas as singularidades possam ser reconhecidas, buscando a unidade, o reconhecimento. Nas palavras de Hegel (2008, p. 438), pode-se dizer que:

O espírito certo de si mesmo repousa, como boa-consciência, dentro de si; e sua universalidade *real*, ou seu dever, repousa em sua pura *convicção* do dever. Essa pura convicção é, como tal, tão vazia quanto o *dever* puro: puro no sentido de que nada nele – nenhum conteúdo determinado – é *dever*. Mas, agir é preciso: algo tem de ser *determinado* pelo indivíduo; e o espírito certo de si mesmo, no qual o Em-si adquiriu a significação do Eu consciente-de-si, sabe que tem essa determinação e esse conteúdo na *certeza* imediata de si mesmo. Essa é, como determinação e conteúdo, a consciência *natural*, isto é, os impulsos e inclinações. A boa-consciência não reconhece conteúdo algum como absoluto para ela, porque é a absoluta negatividade de tudo que é determinado.

Na perspectiva da autora, para os sujeitos realmente saírem de sua vida morta, supressumirem sua crença e preconceito sensíveis e alcançarem a unidade, necessitam agir. O agir dos sujeitos é o próprio ato de morrer; é negar, supressumir sua vida morta, é negar que se identificam com a crença e o preconceito sensível, mas é também embasar sua própria essência (que nunca é sua vida morta), aquilo que o torna diverso de outrem, mas que o coloca em posição de ser reconhecido pelo outro e, da mesma forma, reconhecer a essência diversa do outro. Para complementar a ideia, traz-se Kojève (2002, p. 445-446)

A identidade e a negatividade são duas categorias ontológicas primordiais e universais. Graças à identidade, todo ser permanece o mesmo ser, eternamente idêntico a si mesmo e diferente dos outros. [...] Mas, graças à negatividade, um ser idêntico pode negar ou suprimir sua identidade consigo mesmo e tornar-se diferente do que é, e até o seu contrário. Em outras palavras, o ser-negador, longe de representar ou de mostrar necessariamente [...] sua ideia ou sua natureza idênticas dadas, pode negá-las e até tornar-se contrário à elas. [...] Ou, ainda, o ser negador pode romper os laços rígidos das diferenças fixas que o distinguem dos outros seres idênticos (ou libertar-se desses laços); pode deixar o lugar que lhe foi atribuído no cosmo.

É em sua ação que eles irão se desenvolver. Entretanto, os sujeitos não podem guardar para si a sua convicção, como foi explicitado. Eles precisam expressá-la. Esta expressão não pode ser conforme as ideias sensíveis, mas ser da reflexão, pois “é impossível agir sem se determinar, mas o agir é aquilo que determina. Há movimento, [e este] é o que aparecerá como a verdade” (HYPPOLITE, 1999, p. 321). Em outras palavras, diz-se que, os sujeitos têm consciência do que é a vida viva, mas, para preencher sua interioridade com ela, necessitam deixar de agir por convicções sensíveis. Para isso, os sujeitos precisam elevar-se para além de sua crença e seus preconceitos sensíveis, para além de sua vida morta; afinal, nesse momento, “a convicção individual não é outra coisa que a consciência da vacuidade do dever puro, e de que o dever puro é só um momento; que sua substancialidade é um predicado que tem seu sujeito no indivíduo, cujo arbítrio lhe dá o conteúdo” (HEGEL, 2008, p. 439).

Ocorre que, os sujeitos, como já se desenvolveram para chegarem até o momento onde se encontram, não desejam regredir. Mesmo que os sujeitos, em princípio, ajam por dever e saibam que isso lhes traz um vazio na alma, visto que o dever puro é somente um momento, um vazio, algo passageiro, eles precisam optar por um conteúdo que preencha esse vazio. Isso somente é possível se eles reconhecerem um ao outro. Para que este reconhecimento ocorra, é preciso saber que “o dever se cinde na oposição em geral, e por isso na *oposição* da

*singularidade e universalidade*” (HEGEL, 2008, p. 440). Assim, na relação entre os sujeitos, na busca pelo reconhecimento, haverá, no campo moral, uma moral universal (que é de todos os indivíduos) e uma moral singular (de um ou de poucos indivíduos). Analisando o exposto acima, verifica-se que os sujeitos que conseguem agir, tentando acatar a morte transformadora dentro de si, conseguem, realmente, afastar de si sua vida morta e elevar-se para uma vida viva e livre de qualquer crença e preconceito sensível. Para corroborar tais ideias, Kojève (2002, p. 446) argumenta que os sujeitos são,

Ao mesmo tempo, identidade e negatividade. Logo, [não são] [...] apenas Ser-estático-dado [...], mas também devir. Ele[s] não são apenas identidade-ou-igualdade-consigo [...], mas também Ser-outro [...] ou negação de si mesmo como dado, e criação de si como diferente desse dado [...]. Ora, ser diferente do que se é [...] [afastar a vida morta de si] embora permanecendo como se é (identidade), ou identificar-se com um outro nos distinguindo-se dele, é ao mesmo tempo ser [...] tanto o que se é quanto o que não se é. Tornar-se diferente do que se é equivale a tomar posição em relação a si próprio, é existir (tal como se foi) para si (tal como se é atualmente). [Daí se retirar que os sujeitos são] consciente[s] do que nega[m]. E, se ele[s] nega[m] a si mesmo[s], são consciente[s] de si. Já o ser simplesmente idêntico só existe em si e para os outros, isto é, em sua identidade consigo mesmo e pelas relações de diferença que o ligam ao resto dos seres idênticos no seio do cosmo: ele não existe para si e os outros não existem para ele. Assim, o Ser que é ao mesmo tempo identidade e negatividade é não apenas Ser-em-si [...] homogêneo e imutável e Ser-para-uma-entidade-diferente [...] fixo e estável, mas também Ser-para si [...] e Ser-outro [...] em transformação perpétua que o liberta a si mesmo como dado a si e aos outros. O ser idêntico e negador é portanto livre. [É um ser de vida viva e livre].

Para a autora, os sujeitos que negam o ser dado transformam-se e, portanto, começam a se tornar universais. Por outro lado, se os sujeitos não acatam a morte transformadora e não aceitam a morte de sua vida morta, não se tornam seres universais, pois sempre estarão presos à crença e ao preconceito sensíveis. Por isso, diz-se que, para Hegel (2008, p. 440), se a moral fosse universal, já teria havido o reconhecimento, posto que “Aquele dever, cujo conteúdo é o universal mesmo, possua imediatamente nele a natureza do dever puro. Com isso, forma e conteúdo se ajustariam totalmente de modo que, por exemplo, a ação pelo bem-maior universal seria preferível à ação individual”.

Baseando-se em Hegel (2008), a autora compreende que enquanto os sujeitos não acatarem a vida viva em si mesmos, não conseguirão ser sujeitos universais, que possam se reconhecer um no outro e também serem reconhecidos por suas particularidades. Como os sujeitos estão em busca da liberdade, de deixar sua crença e seu preconceito sensíveis, eles precisam supressumir a sua convicção negativa acerca um do outro e, quando adquirirem uma nova convicção, poderão exprimi-la. Embora Hegel (2008, p. 444) entenda que é somente



Nessa convicção que a ação é dever. Também só *vale* como dever porque a convicção é *expressa*. Com efeito, a consciência-de-si universal é livre da ação *determinada apenas essente*; esta, como *ser-aí*, não vale para a consciência-de-si, e sim, a *convicção* de que a mesma ação é dever, essa convicção é efetiva na linguagem.

Segundo Hegel (2008), quando cada sujeito expõe seu pensamento sobre o outro, está cumprindo um dever. Nesse dever, mesmo que ainda seja ele (singular), o sujeito tem a consciência de abarcar todas as pessoas, sem excluir nenhuma; passa a fazer com que o seu dever se torne uma moral universal. Entretanto, quando os sujeitos excluem algum indivíduo das convicções que adquiriram, correm o risco de ter sua moral marginalizada, posto que ela não se tornará lei universal, ou melhor, moral universal. Hegel (2008), nesse aspecto, afirma que os sujeitos permanecem no dever e, ainda, sempre ajam por dever.

Desta forma, se os sujeitos têm a consciência de que, para abarcar todas as morais ou agir de modo que a sua moral se torne lei universal, precisam reconhecer-se como iguais. É somente na universalidade que os sujeitos saberão e serão o puro saber universal, isto é, um saber que é sabido e reconhecido por eles como uma verdade, a vida viva, aquela que aceitou transformar sua vida morta, eivada de escuridão, crença e preconceito sensíveis, em uma vida que abarca as diferenças e é livre. Desse modo, os sujeitos passam a saber e perceber cada um como a si mesmo e são um momento da consciência. Somente com o reconhecimento pode-se afirmar que, para os sujeitos, ocorre a “contemplação de si [e que é] seu ser-aí objetivo, e esse elemento *objetivo* é o enunciar de seu saber-e-querer, como de um *universal*” (HEGEL, 2008, p. 446). Nesse sentido, foi exposto como que os sujeitos, tanto seres individuais quanto o próprio mundo (sociedade), conseguem se construir como seres morais. Para isso, verifica-se que eles somente conseguem se reconhecer um no outro por dever, ou seja, por estarem apegados à crença sensível. Ocorre que, se os sujeitos permanecerem assim, o reconhecimento entre eles não se solidifica, posto que, quando se fala em moralidade, é preciso que esta tenha um caráter universal. Por isso, torna-se relevante os sujeitos agirem, pois é através da ação que os indivíduos que possuem uma moral de vida viva e livre são reconhecidos pelos outros e se reconhecem neles. Entretanto, nem todos possuem essa moral universal, e, portanto, no próximo item será verificado de que modo os sujeitos que têm uma moral singular presa à crença e ao preconceito sensível conseguem afastá-los de si, modificando a si mesmos.

### 3.2 A transformação no interior dos sujeitos: o surgimento da vida viva

Conforme visto no item anterior, mesmo que alguns sujeitos possuam vida viva e livre, sejam capazes de reconhecer os outros, há indivíduos que ainda se mantêm presos à vida morta e, portanto, há a preocupação com aqueles que não conseguem alcançar esse reconhecimento e que insistem em fazer com que a sua moral – que é singular e, portanto, não abarca o pensamento de todos os outros seres e não é proveniente da vida viva e livre, mas da crença e preconceito sensíveis – seja a universal. Percebe-se, que os sujeitos que insistem em tornar universal sua moral, que é somente para si e não de todos, na realidade não estão imersos na vida viva, mas apenas em sua vida morta. Vivem apenas na alienação de si mesmos, naquele ser que não é eles mesmos. Os sujeitos que assim agem negam a si mesmos e, além disso, como permanecem na vida morta, entendem que aqueles que são diversos de si não são eles mesmos e, assim, o outro é compreendido como um desigual. Deste modo, pode-se afirmar que,

Se a má consciência renega-se frente à consciência do dever, e afirma, como um agir conforme à lei interior e à boa-consciência, o que essa declara como maldade, como desigualdade absoluta em relação ao universal – mesmo assim permanece ainda, nessa afirmação unilateral da igualdade, sua desigualdade com o Outro: porque ele não acredita nela nem a reconhece (HEGEL, 2008, p. 450).

Como as consciências dos sujeitos não conseguem se reconhecer uma na outra, passam a ser uma consciência má. Diz-se consciência má porque somente está seguindo a sua lei interior, não a lei universal, e ainda está imersa na vida morta, na crença e no preconceito sensíveis. Por isso, os sujeitos se veem, cada um em relação ao outro, como desiguais e não creem um no outro; assim, não há reconhecimento. Os sujeitos que assim agem confessam, mediante seu agir, que são malignos. Por não reconhecerem um ao outro, maltratam o outro; isto é, nas palavras de Hegel (2008, p. 450):

O mal confessa-se, de fato, como mal pela afirmação de que opera segundo *sua* lei interior e boa-consciência, em oposição ao universal reconhecido. Com efeito, se essa lei e boa-consciência não fosse a lei de sua *singularidade* e *arbitrariedade*, não seria algo de interior, de próprio; mas o universal reconhecido. Portanto, quem diz que age contra os outros segundo *sua* lei e boa-consciência, diz de fato que os maltrata.

Quando os sujeitos ainda estão ligados à vida morta, pois não permitem que a vida viva adentre em sua alma, não conseguem supracumir a vida morta nem conservá-la para elevarem-se, de onde se encontram, para um nível mais alto. Sendo assim, nota-se que os sujeitos ainda estão imersos em uma crença, um preconceito particular e arbitrário e, portanto, não universal. Quando insistem em manterem-se na vida morta, entendem que a vida viva é a vida morta e que sair de sua crença e seu preconceito sensíveis é a sua morte. É por isso que os referidos sujeitos, por estarem imersos na vida morta, usam, cada um, a sua lei particular para legitimar a ação de um sobre o outro. Entretanto, quando fazem isso, implicitamente fazem com que esse outro legitime sua lei individual sobre aquele que lhe é outro, afinal “uma [lei] entra em oposição com a outra, e por isso [se mostra] como uma lei particular. Não tem, pois, nenhuma vantagem sobre a outra, mas antes a legitima; [...] Assim fazendo, confere à outra o igual direito do ser-para-si” (HEGEL, 2008, p. 451). Isso quer dizer que, quando cada sujeito usa a sua própria lei interior, a sua própria convicção, sua crença e seu preconceito imersos na vida morta para legitimar a sua ação, ele está permitindo que o outro também o faça.

Porém, se o exposto acima não for o conceito dos sujeitos, afirma-se que, quando eles utilizam o dever para saírem de sua vida morta um perante o outro, a lei universal, que é a do reconhecimento, é usada para justificar sua ação; assim, ele estará fazendo com que a vida morta perca seu valor e legitimidade. Desta maneira, se os sujeitos reconhecerem cada um como igual a si, eles estarão alcançando o espírito objetivo, isto é, “chega[m] à sua própria contemplação de si mesmo [em] outra consciência” (HEGEL, 2008, p. 451). Cada sujeito enxerga-se um no outro e, através do outro, cada sujeito consegue perceber a si mesmo, contemplar a si próprio. Essa contemplação é a percepção de estar relacionado a uma vida morta, presa à crença e ao preconceito sensíveis. Desse modo, os sujeitos conseguem ver a sua alma como algo não completo. Assim, supracumem a vida morta de si mesmos e, além disso, não esquecem, conservam o que conquistaram para poderem evoluir, possibilitando o reconhecimento, a vida viva e livre – cada sujeito passa a tomar o outro como um igual a si. A consciência de cada sujeito, uma em relação a outra, e

Fazendo-se desse modo igual ao-que-opera, e que é julgado por ela, é reconhecida por esse como lhe sendo idêntica. O que-opera encontra-se não só apreendido por aquela consciência como um estranho e desigual a ela, mas antes acha a consciência igual a ele por sua própria estrutura. Contemplando essa igualdade e *proclamando-a*, *confessa-se* a ela, e espera igualmente que o Outro, como se colocou de fato no mesmo nível que ela, repita também sua *fala*, exprima nela sua igualdade; e que se

produza o ser-aí reconhecente. Sua confissão não é uma humilhação, vexame, aviltamento perante o Outro, uma vez que esse declarar não é a declaração unilateral, pela qual pusesse sua *desigualdade* com o Outro; ao contrário, a consciência operante só se declara por causa da intuição da igualdade na confissão, e a enuncia porque a linguagem é o *ser-aí* do espírito como Si imediato. Espera assim que o Outro contribua com o seu para esse ser-aí (HEGEL, 2008, p. 453).

Desta maneira, os sujeitos resolvem seguir a lei universal, na qual todas as consciências estão abarcadas. Desse modo, suprassumem, mais uma vez, sua vida morta, conservam-na e, quando fazem isso, elevam-se, reconhecem um ao outro e também são reconhecidos, havendo um duplo reconhecimento. Primeiramente, os sujeitos contemplam a si mesmos, percebem-se como seres iguais um ao outro e emergem de sua vida morta. Ao fazerem isso, passam a abarcar, em sua alma, as diferenças, a vida que a vida viva pode lhes proporcionar. Por realizarem esse ato, reconhecem cada um dentro de si mesmos e, ainda, como o outro é igual a si, cada sujeito vê-se no interior do outro como um ser que é reconhecido. Em segundo lugar, mas não menos relevante, os sujeitos reconhecem-se cada um em seu interior. Quando há esse duplo reconhecimento, cada sujeito percebe que o outro é igual a si mesmo e que este também o toma como seu igual. Assim, o reconhecimento não se torna humilhação, nem vexame. Pelo contrário, para a autora, o que é humilhante para o sujeito é não se reconhecer na vida viva, não reconhecer o outro tal como ele é em sua essência, bem como não suprassumir suas crenças e seus preconceitos sensíveis, continuar levando uma vida morta, sem olvidar que

Deve fazê-lo também tendo em vista o reconhecimento de sua realidade [que é não poder permanecer possuindo, expondo sua crença e preconceito sensíveis – vida morta] e de seu valor humanos em geral. Ora, segundo Hegel, os [...] [sujeitos] só são humanamente reais e realmente humano[s] na medida em que são reconhecido[s] como tais. Logo, é para ser humano e para se manifestar ou aparecer como tal que [...] [os sujeitos] deve[m] poder morrer e saber arriscar a vida [que para essa dissertação é a vida morta, mas que os sujeitos que estão imersos no preconceito e crença sensível, a consideram como viva] (KOJÉVE, 2002, p. 529).

Entretanto, os sujeitos que pressentem essa mudança dentro de si mesmos, isto é, que devem aceitar a morte transformadora, revoltam-se. A revolta ocorre porque os sujeitos contemplam o seu saber um no outro. Desta forma, sentem-se abandonados pelo espírito e o renegam. Quando fazem isso, não deixam que ocorra o retorno do espírito para si e criam uma desigualdade um com o outro. Nas palavras de Hegel (2008, p. 454),

Mostra-se, assim, como consciência abandonada pelo espírito, e que renega o espírito, já que não reconhece que o espírito, na certeza de si mesmo, é o senhor de todo o ato e efetividade. [...] Portanto é ela mesma que impede o retorno do Outro, desde o ato ao ser-aí espiritual do discurso e à igualdade do espírito: e por essa dureza produz a desigualdade que ainda está presente.

Esse pensamento de Hegel (2008) leva à reflexão de que, como os sujeitos permanecem nessa revolta e desigualdade um em relação ao outro, não podem alcançar a unidade e, como consequência, reconhecer e ser reconhecidos um pelo outro. Ao se depararem com a morte transformadora dentro de si mesmos, eles a renegam, revoltam-se contra ela. Para os sujeitos, é dolorido saber que a vida viva encontra-se no outro e, ainda, é dolorido afirmarem para si mesmos que necessitam de uma mudança em seu interior, principalmente quando o outro pode ajudar na própria mudança, no ato de suprasumir a vida morta.

Por tais motivos, os sujeitos, enquanto permanecerem nessa revolta, realizando um movimento negativo, contra si próprios, não conseguem extrusar-se de si mesmos, ou seja, não conseguem ser livres, nem fazer o outro livre. Os sujeitos permanecem no que Hegel (2008) chama de “igualdade negativa” – comumente, o ser carente-de-espírito. Essa carência de espírito dentro dos sujeitos é o estar na própria morte, mas de uma maneira negativa, ou seja, é tomar a morte como o fim do que é e do que deve ser, e não como uma transformação de si próprio para alcançar a liberdade, a vida viva, de modo que para isso consiga suprasumir sua crença e seu preconceito sensíveis, mas sempre conservando dentro de si esse momento. Para corroborar essa ideia, diz-se que “a morte é puro nada e só subsiste [...] como morte [que é] presença da ausência de vida [ou seja, os sujeitos que assim agem, permanecem em sua vida morta, tanto dentro de si mesmos, como fora]” (KOJÈVE, 2002, p. 491). É por isso que o ser carente-de-espírito encontra o nada, o vazio. Desta maneira, é possível dizer que,

Enquanto o espírito, certo de si mesmo como bela alma, não possuir a força da extrusão do saber de si mesmo que se mantém em si, não pode alcançar a igualdade com a consciência rejeitada, e sim tampouco a unidade contemplada dele mesmo no Outro, nem o ser-aí. Portanto, a igualdade só se efetua negativamente, como um ser carente-de-espírito. A bela alma, carente-de-efetividade, vive na contradição entre seu puro Si e a necessidade que ele tem de extrusar-se para [tornar-se] ser e converter-se em efetividade, na *immediatez* dessa oposição consolidada; uma *immediatez* que é só o meio-termo e a reconciliação da oposição elevada à sua abstração pura, e que é o puro ser ou o vazio nada. Essa bela alma portanto, como consciência dessa contradição de sua *immediatez* não-reconciliada, é transtornada até à loucura, e definha em tísica nostálgica. Com isso abandona, de fato, o duro

obstinar-se do *seu ser-para-si*; mas produz somente a *unidade* - carente-de-espírito - do ser (HEGEL, 2008, p. 454-455).

Porém, se o desejo dos sujeitos é seguir adiante e encontrar o espírito, eles necessitam exercer o perdão, que é para eles. O perdão, para os sujeitos, será, justamente, o acatamento da morte transformadora dentro de si. É o suprassumir da crença e do preconceito sensíveis que fazem deles seres não livres. Quando os sujeitos fazem a mudança em si mesmos, eles se abrem para afastar de si sua vida morta, aquilo que os perturbava, que não lhes deixava livres. Entretanto, essa mudança somente ocorre se os sujeitos se perdoarem pelo mal que causaram a si mesmos e, ainda, compreenderem que necessitam pedir perdão cada um ao outro pelo mal causado. Quando os sujeitos fazem isso, deixam de lado a sua essência inefetiva; renunciam à crença e ao preconceito sensíveis. Assim, o que os sujeitos entendiam como mal, eles entendem, agora, como bem e bom. Isto é, se eles compreendiam que a sua certeza, sua recusa da morte transformadora, era a própria morte, e que isso era bom; agora, percebem isso como o mal. Isto é, permanecer sem a morte, sem a mudança, significa, para os sujeitos, a própria morte, a negação de tudo que é e de tudo que há. É, em realidade, a negação deles mesmos, enquanto seres que buscam a vida livre, a liberdade, bem como a negação de sua própria essência. Portanto, quando os sujeitos realizam essa ação (de ver o mal como bem e o bem como mal) eles estão aptos a contemplar o saber que eles sabem, seja em si mesmos ou no outro, e, desta maneira, alcançam o espírito absoluto. Assim, entre os sujeitos, não há mais o desejo de impor a vida morta ao lado, argumento este que Hegel (2008, p. 455-456) expõe deste modo:

O perdão, que concedeu à primeira [consciência], é a renúncia a si mesma – à sua essência *inefetiva*, à qual equipara a outra consciência que era o agir *efetivo*. [Agora] reconhece como bem o que era chamado mal, pela determinação que o agir recebia no pensamento; ou melhor dito, abandona [tanto] essa diferença do pensamento determinado como seu juízo determinante para-si-essente, assim como a outra consciência abandona o determinar, para-si-essente, da ação. A palavra da reconciliação é o espírito *at-essente*, que contempla o puro saber de si mesmo, como da essência universal em seu contrário, - no puro saber de si como *singularidade* absolutamente essente dentro de si: um recíproco reconhecer, que é o espírito *absoluto*. [...] O primeiro saber é a continuidade pura do universal: ele sabe que a individualidade, sabedora de si como a essência, é o nulo, é o mal. Ao contrário, o segundo saber é a discrição absoluta, que sabe a si mesma absoluta em seu puro Uno, e sabe aquele universal como o inefetivo, [como] o que é só *para Outros*. Os dois lados são refinados até essa pureza, onde neles não há mais nenhum ser-aí carente-de-Si, nenhum negativo da consciência.

Diante da ideia exposta acima, ainda tem se atentar para o fato de que, embora os sujeitos tenham alcançado o espírito absoluto, eles parecem não possuir a consciência-de-si desse espírito, ou seja, não têm consciência-de-si de que a morte transformadora é importante para eles. Não aparece “a essência absoluta *em si e para si* mesma, não [aparece] a consciência-de-si do espírito” (HEGEL, 2008, p. 458). Isso significa que, até então, o espírito, que nesse caso é os sujeitos, é apenas consciência, e não consciência-de-si. É apenas consciência porque os sujeitos não se confrontaram consigo mesmos e não se reconheceram como tais, não são consciência-de-si como espírito. Porém, para que os sujeitos sigam adiante, faz-se necessário que o espírito se reconheça como consciência-de-si. Para que isso ocorra, Hegel (2008) adentra na chamada, por ele, “religião”. Para Hegel (1981, p. 119), quando expõe sobre a religião, compreende que esta

En su concepto, es la relación del sujeto, de la conciencia subjetiva con Dios, que es espíritu, o bien tomando su concepto desde un punto de vista especulativo, la religión es el espíritu consciente de su esencia, consciente de si mismo. El espíritu es consciente, y aquello de lo que es consciente es el espíritu verdadero, esencial; éste es su esencia, no la esencia de otro. En esta medida, la religión es inmediatamente para sí idea, y el concepto de religión es el concepto de esta idea. La idea es la verdad, la realidad del concepto de forma que esta realidad se identifica con el concepto, está determinado totalmente sólo por el concepto<sup>24</sup>.

Hegel (1981, p. 121) ainda coloca que “la religión es el modo como todos los hombres se hacen conscientes de la verdad, y estos modos son especialmente el sentimiento, la representación y también el pensamiento intelectual”<sup>25</sup>. Já para a autora, religião pode ser compreendida como uma religação, re-união que conduz para o reconhecimento e, posteriormente, a formação do conceito realmente absoluto, tal qual ele é, sem afastar a ideia de suprasumir a crença, o preconceito, sempre que esses forem provenientes da sensibilidade (certeza sensível). Diante disso, os sujeitos terão que percorrer um caminho até perceberem

Que o espírito no seu mundo, e o espírito consciente de si como espírito – ou o espírito na religião – são o mesmo, a perfeição da religião consiste em que os dois espíritos se tornem iguais um ao outro; não apenas que a efetividade seja compreendida pela religião, mas inversamente, que o espírito – como espírito

---

<sup>24</sup> Tradução: “Em seu conceito, é a relação do sujeito, da consciência subjetiva de Deus, que é espírito, ou bem, tomando seu conceito desde um ponto de vista especulativo, a religião é o espírito consciente de sua essência, consciente de si mesmo. O espírito é consciente e aquele que é consciente é o espírito verdadeiro, essencial. Esta é sua essência, não a essência de outro. Nesta medida, a religião é imediatamente para si ideia, e o conceito de religião é o conceito desta ideia. A ideia é a verdade, a realidade do conceito de forma que esta realidade se identifica com o conceito e, está determinada totalmente pelo conceito”.

<sup>25</sup> Tradução: “A religião é o modo como todos os homens se fazem conscientes da verdade e, isto se faz especialmente o sentimento, a representação e também o pensamento intelectual”.

consciente de si – se torne efetivo e *objeto de sua consciência* (HEGEL, 2008, p. 460).

Sendo, então, o objetivo do espírito alcançar a consciência-de-si sobre si mesmo, ou seja, refere-se à “Razão externa existindo corporificada, materializada no tempo e no espaço” (NÓBREGA, 2009, p. 68). Para a autora, é o sujeito que se sabe como alguém racional e ele, neste momento, é consciência, ou, em outras palavras, tem o conceito do espírito, mas ainda não alcançou a consciência-de-si. Expõe-se que

O espírito como a *essência* que é *consciência-de-si*, ou a essência consciente-de-si que é toda a verdade e sabe toda a efetividade como a si mesma, em contraste com a realidade que o espírito se confere no movimento de sua consciência, é apenas o *seu conceito* (HEGEL, 2008, p. 467).

Como os sujeitos apenas possuíam consciência e não consciência-de-si, percebem que precisam ter essa consciência-de-si da própria morte a fim de que possa se desenvolver. Isto é, na perspectiva da autora, consciência-de-si, neste momento, significa ter consciência de que a crença e o preconceito sensível é que devem ser modificados. Por isso, quando, novamente, os sujeitos realizam um movimento de saírem de si, irem até o outro e retornarem para si mesmos, apenas têm uma ideia do espírito consciente-de-si mesmo, uma ideia da morte transformadora. Isso faz com que eles sejam um espírito carente-de-si. Assim, pode-se dizer que

Esse *ser*, que é preenchido pelo conceito do espírito, é assim a figura da relação *simples* do espírito para consigo mesmo, ou a figura da ‘carência-de-figura’. [...] O conteúdo que esse puro *ser* desenvolve – ou seja, seu perceber – é portanto um jogo carente-de-essência naquela substância, que apenas *vem à tona*, sem *ir a fundo* dentro de si mesmo, sem tornar-se sujeito e sem consolidar suas diferenças por meio do Si. Suas determinações são atributos apenas, que não adquirem independência, mas que só permanecem [como] nomes do Uno plurinomial (HEGEL, 2008, p. 468).

Essas questões apontam para o fato de que o espírito necessita ter consciência de si mesmo e suprasumir a negatividade (Si) que ainda existe dentro de si, suprasumir a crença e o preconceito sensíveis que não fazem dos sujeitos seres livres. A partir disso, para a autora, a morte, enquanto transformadora, precisa ser vista como

O princípio negativo-ou-negador [...] [dos próprios sujeitos], isto é, seu ato-de-suprimir-dialeticamente-a-si-próprio, tem um significado-ou-valor positivo para a consciência-de-si, o que significa: a consciência-de-si sabe-ou-conhece a nulidade [...] [de si própria] (KOJÈVE, 2002, p. 285).



Em outras palavras,

Essa vida vacilante deve determinar-se como ser-para-si, e dar consciência às suas figuras evanescentes. O ser imediato, em que essa vida se contrapõe à sua consciência, é ele mesmo a potência negativa que dissolve suas diferenças: é pois, em verdade, o Si; e o espírito, portanto, passa a saber-se na forma do Si (HEGEL, 2008, p. 468).

Para que isso ocorra e o espírito possa lançar mão do reconhecimento, é importante que ele perceba que há uma diversidade de espíritos, o que significa que há características diferentes em cada espírito, isto é, para a autora, a vida viva. Pode-se afirmar, que “é a religião da *percepção* espiritual em que o espírito se desagrega na pluralidade inumerável de espíritos, mais fracos e mais fortes, mais ricos e mais pobres” (HEGEL, 2008, p. 469). Porém, como há várias características do espírito, há vários sujeitos com personalidades diversas: uns mais fracos, outros mais fortes, e assim por diante. Os sujeitos estão diante de um “panteísmo” (HEGEL, 2008, p. 469) de espíritos que têm vida viva. Portanto, por estarem diante de outros indivíduos e terem, por exemplo, características diferentes das suas crenças que abarcam e buscam a liberdade de todos os sujeitos, o espírito se percebe como mais fraco ou mais forte, mais rico ou mais pobre, e se revolta contra si próprio. A tranquilidade (aquela vida morta) que estava dentro dos sujeitos passa a ser uma vida guerreira e de destruição. Em outras palavras, a morte transformadora adentra nos sujeitos. Eles, conseguem suprasumir a crença e o preconceito provenientes da certeza sensível, da vida morta e, conservando esse estágio ultrapassado dentro de si, elevam-se para uma vida viva e livre. Para a autora, portanto, quando os sujeitos negam a vida morta, destroem-na, tornam-se sujeitos que

Nega[m] a identidade consigo mesmo e torna[m]-se seu próprio oposto, mas permanece[m] o mesmo ser. E essa sua unidade na oposição a si mesmo é sua afirmação a despeito de sua negação ou dissolução, e até transformação. É como afirmação negadora de si, é como re-afirmação de sua identidade [...] consigo mesmo. [...] Assim, [os sujeitos] [...] que se reafirma[m] como [...] idêntico[s] a si mesmo depois de ter-se negado como tal não é nem identidade, nem negatividade, mas sim, totalidade (KOJÈVE, 2002, p. 447).

Com isso, primeiramente, parece que os espíritos, fracos e pobres, isolam-se, afastando-se da universalidade. Para entender melhor, traz-se as palavras de Hegel (2008, p. 469), quando afirma que

Esse panteísmo, de início a *tranquila* subsistência desses átomos-de-espírito, converte-se no movimento *agressivo* dentro de si mesmo. A inocência da *religião das flores*, que é somente a representação carente-de-si do Si, passa à seriedade da vida guerreira, à culpabilidade da *religião dos animais*; a tranquilidade e impotência da individualidade contemplativa passam ao ser-para-si destruidor. De nada serve ter retirado, às coisas da percepção, a *morte da abstração*, e tê-las elevado à essência da percepção espiritual; a animação desse reino-dos-espíritos tem nela essa morte, pela determinidade e a negatividade que invadem sua inocente indiferença. Por meio delas, a dispersão em uma multiplicidade de tranquila figuras vegetais torna-se um movimento agressivo, em que as faz inchar de ódio de seu ser-para-si. A consciência-de-si *efetiva* desse espírito disperso é uma multidão de espíritos-de-povos, isolados e insociáveis, que em seu ódio se combatem até a morte e se tornam conscientes de figuras animais determinadas como de sua essência, porque não são outra coisa que espíritos animais, vidas animais que se isolam conscientes delas sem universalidade.

Esse pensamento parece indicar que, como há espíritos, sujeitos com características diferentes, como já foi exposto, há uma revolta em que o espírito mais fraco, que parece ter características mais animais, tenta suprasumir os espíritos mais fortes, posto que não os consegue reconhecer. Na perspectiva da autora, os sujeitos que não aceitam a vida viva dentro de si, não aceitando a morte transformadora, sempre permanecem em sua ilusão, permanecem presos à vida morta, àquela vida que não vive, não reflete, que permanece imóvel em si mesma. Portanto, para a autora, como o sujeito que tem a vida viva dentro de si permanece vivo, pois sabe o momento de mudar-se, sofre com a maldade do sujeito imerso na vida morta, ou seja, sofre e é machucado devido à crença e ao preconceito sensível. No entanto, como o espírito mais pobre é capaz de fazer a guerra e isolar os indivíduos, ele, deste modo, não alcança a universalidade e deixa um “caminho aberto” para que aquele espírito forte (de vida viva) possa adentrar nessa consciência e, através da calma e tranquilidade, reconhecer o outro e sobreviver. Pode-se aduzir, portanto, que, ao utilizar as palavras de Hegel (2008, p. 469)

Nesse ódio desgasta-se a determinidade do ser-para-si puramente negativo, e, através desse movimento do conceito o espírito entra em uma outra figura. O *ser-para-si suprasumido* é a *forma do objeto* que foi produzido por meio do Si; ou melhor: é o Si produzido, desgastando-se: quer dizer, convertendo-se em coisa. Acima desses espíritos animais que só [se] dilaceram, o artesão mantém sua superioridade; sua ação não é apenas negativa, mas sim tranquila e positiva.

Nessa passagem, Hegel (2008) fala no artesão. Para entender melhor o que o artesão significa, é preciso, então, firmar a ideia de que o espírito (os sujeitos) animalesco, que não possui a universalidade, desgasta-se na revolta que ele mesmo causa e, quando faz isso, percebe que criou e produziu um ser-para-si que foi suprasumido – o espírito descobre-se

como o outro. Nessa descoberta, os sujeitos recorrem ao artesão na esperança de que ele o faça espírito, tal qual como se faz a si mesmo, que transforme sua vida morta em vida viva, que o ajude a suprassumir sua vida morta, sua crença e seu preconceito escuros, aquilo que precisam modificar dentro deles mesmos, aquilo que os tornará sujeitos melhores para si mesmos, que os libertará de sua própria prisão e escuridão causadas pela vida morta. Pode-se afirmar, portanto, que

A primeira forma, por ser a imediata, é a forma abstrata do entendimento, e a obra não está ainda, nela mesma, preenchida pelo espírito. Os cristais das pirâmides e dos obeliscos, simples combinações de linhas retas com superfícies planas e proporções iguais das partes – em que é eliminada a incomensurabilidade da curva – [tais] são os trabalhos desse artesão da rigorosa forma. Devido à mera inteligibilidade da forma, ela não é sua significação nela mesma; não é o Si espiritual. As obras, assim, só recebem o espírito; ou o espírito em si, como um espírito estranho e separado, que abandonou sua compenetração viva com a efetividade, e [como é] ele mesmo morto, se aloja nesses cristais desprovidos de vida; ou então, as obras se referem externamente ao espírito; - como a um espírito que ‘é-aí’ exteriormente, e não como espírito; como a luz nascente que projeta sobre as obras sua significação (HEGEL, 2008, p. 470).

Partindo-se de Hegel (2008), bem como do excerto retirado da Fenomenologia do Espírito, no entendimento da autora, o espírito, neste caso, como os sujeitos o renegaram, revoltou-se contra si mesmo; ainda não está manifestado em sua totalidade. Os sujeitos, entretanto, veem que, mesmo nessa revolta, que de nada parece adiantar, o artesão não é outra pessoa, mas são eles mesmos, isto é, os sujeitos mesmos que são, cada um, seu próprio artesão, ao moldarem o cristal, moldarem a si mesmos, percebem que a sua revolta nada tem de espiritual. Ou seja, de acordo com a autora, os sujeitos percebem que de nada adianta revoltar-se contra si mesmos, contra a vida viva, pois revoltar-se contra a vida viva é acatar a vida morta dentro de si mesmos. É dizer que vivem na crença e no preconceito sensível, é abandonar a morte transformadora, afastar de si a mudança, criar uma prisão para si mesmos e ali se fechar, crendo que esta é sua vida viva. É não ser livre, estar preso a algo que não é, que não tem realidade, a não ser para o próprio sujeito que engana a si mesmo. Assim, é possível utilizar as palavras de Kojève (2002, p. 461), pois compreende que os sujeitos

Só são livre[s] quando ele[s] [mesmos se fazem livres]. Mas esse não-se-ter-feito idêntico e natural [nos sujeitos] é também tudo o que nele penetra de modo puramente passivo, tudo o que ele[s] são e faz[em] por hábito ou automaticamente, por tradição, por imitação, etc; isto é, por simples inércia. Se, [...] [os sujeitos] deixasse[m] de negar o dado e de negar[em]-se como dado ou inato, isto é, deixasse[m] de criar o novo e de criar[em]-se como [sujeitos] novo[s], contentando-se em manter[em]-se na identidade consigo mesmo e em conservar[em] o lugar que

já ocupa[m] no cosmo; Ou, em outros termos, se deixasse[m] de viver em função do futuro [...] e se deixasse[m] dominar exclusivamente pelo passado ou pela lembrança, ele[s] deixaria[m] de ser verdadeiramente humano[s].

Tomando por base as ideias do comentador de Hegel (2008), para a autora, os sujeitos percebem que a vida morta é algo que não pertence mais a eles. Assim, os sujeitos parecem ter, dentro de si, um espírito estranho e exterior a si, que não pertence a si. Por essa razão é que os sujeitos devem ser artesãos:

Enquanto a obra se aproxima de si mesma em seus lados, com isso sucede ao mesmo tempo também outra coisa; aproxima-se da consciência-de-si que trabalha, e esta chega na obra ao saber de si, tal como é em si e para si. Mas desse modo a obra só constitui o lado abstrato da *atividade* do espírito, que em si mesmo não sabe ainda o seu conteúdo, mas sabe-o em sua obra, que é uma coisa. O próprio artesão – o espírito total – não se manifestou ainda; mas é a ainda íntima e recôndita essência, que só se faz presente como todo, cindida na consciência-de-si ativa e em seu objeto produzido (HEGEL, 2008, p. 471).

Partindo das ideias de Hegel (2008), para a autora, quando os sujeitos conseguem realizar o processo de serem artesãos, de saírem de sua vida morta, suprassumirem-na (sempre a conservando para se desenvolverem), eles percebem que

Galgaram por seu esforço até à cisão de sua consciência, onde o espírito se encontra com o espírito. Nessa unidade do espírito consciente-de-si consigo mesmo, na medida em que o espírito é para si figura e objeto de sua consciência, se purificam pois suas combinações com o modo carente-de-consciência da figura imediata da natureza (HEGEL, 2008, p. 473).

Quando os sujeitos são artesãos de si mesmos e, portanto, conseguem chegar à unidade de serem conscientes de si mesmos, eles se percebem como o outro de si, ou seja, conseguem perceber que havia um outro dentro deles, mas que era eles mesmos. De outro modo, e de acordo com Kojève (2002), aduz-se que os sujeitos (estes que lutam pelo reconhecimento, que lutam para que tanto eles quanto os outros saiam de sua vida morta) são aqueles que constroem a si mesmos; são os próprios sujeitos que precisam construir a si mesmos, são eles que devem sair da vida morta, pois é para eles que há o reconhecimento e a vida viva e livre. Para isso acontecer, os sujeitos necessitam

Mover-se [saindo] do modo imediato e objetivo em direção da consciência-de-si; enquanto essa, por outro lado, procede a suprassumir no culto a diferença que primeiro ela se atribui em relação a seu espírito, e a produzir, assim, a obra de arte nela mesma vivificada (HEGEL, 2008, p. 476).

Na perspectiva da autora, ao interpretar o pensamento de Hegel (2008), quando os sujeitos se veem como o outro, eles saem de si mesmos e caminham para ter a consciência-de-si, para abarcar a vida viva, sempre acatando a morte transformadora dentro de si mesmos. Entretanto, quando realizam essa caminhada, eles, ao mesmo tempo, deixam para trás todas as más convicções que possuíam acerca um do outro. Suprassumem sua crença e seu preconceito sensíveis e, portanto, começam a “moldar seu cristal” para saberem o conteúdo do espírito, para saberem o conceito tal qual ele realmente é. Assim, os sujeitos, nas palavras de Hegel (2008), “despoja[m]-se da figura animal com que estava mesclada; o animal é [...] apenas uma roupagem contingente; passa ao lado de sua figura verdadeira, e não vale mais por si mesmo, mas foi rebaixado à significação de um Outro; a mero símbolo” (HEGEL, 2008, p. 477).

Essas palavras parecem apontar, segundo a autora, para o fato de que, como os sujeitos necessitam mover-se para fora de si mesmos, eles começam a deixar para trás a figura do animal, a qual estavam vestidos. Ou seja, deixam afastada de si a vida morta. Ao realizarem esse ato, os sujeitos também começam a ir em direção à consciência de si mesmos e, como consequência, reconhecem cada um a si e têm em si a unidade. Desta forma, justifica-se que os sujeitos começam a se moldar como o artesão molda o cristal. Ao realizarem esse exercício,

Chega[m] [...] à unidade que é o conceito da essência divina. [...] se proporciona a consciência da descida de essência divina desde o seu além até ele: desse modo, a essência divina que anteriormente é o inefetivo e somente objetivo, adquire a efetividade própria da consciência-de-si (HEGEL, 2008, p. 482).

Embora já realizem este exercício de terem um pouco em si a essência divina, deve-se atentar para o fato de que ela ainda é um essente, isto é, uma alma que purificou sua exterioridade, mas que ainda não “se sabe como o mal” (HEGEL, 2008, p. 482). Desta maneira, os sujeitos, tendo um pouco da essência divina, começam a se perguntar acerca dessa inefetividade. Fazem isso porque desejam ser uma consciência-de-si pura e ter efetividade. Para isso, os sujeitos começam a sacrificar em si mesmos este seu lado inessencial, animalesco, e, com isso, alcançam a efetividade pura. Os sujeitos somente o fazem “quando afirma[m] ao negar[em]-se, só se salva[m] ao sacrificar[em]-se [...] [os sujeitos] não conhece[m] apenas a si mesmo[s], mas também o negativo de si mesmo[s], ou seu limite. Saber seu limite é o que significa saber sacrificar-se” (BOURGEOIS, 2004, p. 326). Nesse mesmo sentido, Bourgeois (2004, p. 258-259), compreende que

Este sacrifício de si só pode ser como outro que ele mesmo, portanto como sacrifício de si afirmado e assim limitado em sua origem, finito; [...] [Desse modo] há uma liberdade por uma liberdade, de um sujeito capaz de fazer-se outro que si por um sujeito que se faz outro que si; uma afirmação ela própria livre de uma liberdade por uma liberdade, na medida em que se relaciona negativamente a si. [...] [portanto,] ser livre é libertar-se.

É assim que os sujeitos podem suprassumir a vida morta que possuíam um em relação ao outro, a negação e transformação da natureza crente e preconceituosa sensível dos sujeitos e o conservar desta para serem livres, realizarem o reconhecimento um do outro. Então, os sujeitos, percebendo-se equivocados, deixam de lado este seu pensamento (sua crença e preconceito sensíveis). Esse exercício pode ser visto por Hegel (2008, p. 483) “como o puro abandono de uma posse, que o dono aparentemente descubra como de todo inútil para ele ou faz evoluir-se em fumaça”. Com isso, pode-se dizer que os sujeitos renunciam ao seu antigo pensar (à sua posse sobre este pensar), pois para eles é inútil estar e agir de acordo com sua vida morta. É inútil manter em si uma vida morta, relacionada apenas com uma certeza sensível. De nada vale para os sujeitos permanecerem ligados a uma crença e um preconceito sensíveis, pois isso lhes traz apenas sua própria prisão e morte definitiva, sem lhes trazer a vida viva. Quando fazem isso, os sujeitos percebem que “a essência já consumou *em si*; o Si operante apresenta no ser-aí, e para a sua consciência; e substitui essa efetividade imediata essência pela efetividade superior, a saber, pela *efetividade de si mesmo*” (HEGEL, 2008, p. 483).

Como os sujeitos alcançam, deste modo, a efetividade, começam a ter a essência divina dentro de si. Com isso, cada sujeito, tal como ele é, já não é um estranho para o outro. Os sujeitos se sentem bem e acolhidos um no outro, posto que sabem que suprassumiram seu pensar eivado de preconceito e crenças sensíveis. Conseguiram guardar esse ato e elevar-se cada vez mais para uma nova etapa e um nível mais exigente de reconhecimento e liberdade. Desta maneira,

O que a consciência-de-si intui é que nela, o que assume frente a ela a forma da essencialidade, antes se dissolve e se abandona em seu pensar, ser-aí e agir; é o retorno de todo o universal à certeza de si mesmo, e, por conseguinte, essa completa ausência de temor e de essência, de tudo o que é estranho. É um bem-estar e um abandonar-se ao bem-estar da consciência (HEGEL, 2008, p. 502).

Assim, os sujeitos percebem que aquilo que consideravam como essencial para si, já não o é mais. Por isso, suprassumem seu pensar e, ao fazerem isso, retornam para si mesmos. Nesse momento, sentem um bem-estar por essa suprassunção e ficam bem com o outro.

Viu-se, portanto, neste item, como os sujeitos que ainda insistiam em se manter na vida morta que eles mesmos criaram para si conseguiram afastá-la. Para isso, foi visto que eles mesmos se perceberam como mal e, por isso, desejam transformar essa vida morta. Desse modo, deixaram a sua “roupagem animalesca<sup>26</sup>” e começaram a construir a si próprios, realizando uma transformação em seu interior. Assim, no próximo item será visto como que os sujeitos morrem, como acatam definitivamente a morte transformadora em seu interior para saberem como e quando falecer a fim de surgirem sempre se libertando de si mesmos (de suas crenças e preconceitos sensíveis), tendo a vida viva dentro de si.

### 3.3 A morte enquanto transformação: a vida viva e livre

Conforme exposto no item anterior, os sujeitos conseguiram afastar a vida morta de si e transformaram seu interior. É por isso que, nesse estágio do ato de suprassumir a crença, o pensamento sensível, os sujeitos já têm ideias e pensamentos próprios, isto é, pensamentos racionais e seus. O pensamento dos sujeitos não provém mais de sua crença e seu preconceito sensível, exteriores a eles, como acontecia quando estavam na vida morta, mas vem deles próprios. Portanto, os sujeitos começam a entrar “em conformidade com o seu conceito”, com a morte transformadora que leva à sua liberdade (HEGEL, 2008, p. 493). Assim, os sujeitos passam a ser conscientes-de-si e sabem

*Dizer seu direito e seu fim; [São] artista[s] que não exprime[m] o exterior de suas decisões e empreendimentos de modo inconsciente, natural e ingênuo. [...] Exterioriza[m] a essência interior demonstra o direito de seu agir; e afirma[m] refletidamente e exprime[m] determinadamente, em sua individualidade universal, o ‘pathos’ a que pertence – livre das circunstâncias causais e do particularismo das personalidades. O ser-aí desses caracteres é enfim [sujeitos] efetivo[s], que assume os personagens dos heróis, e os apresentam em linguagem efetiva, não narrativa, mas própria (HEGEL, 2008, p. 493).*

Para a autora, os sujeitos, ao deixarem de lado a vida morta que possuíam, veem a essência divina dentro de si. Deste modo, eles conhecem a vida viva, conhecem e reconhecem que, para serem livres e deixarem que o outro também seja livre, é necessário morrer (acatar a

---

<sup>26</sup> A autora utiliza-se desta expressão, para se referir ao momento em que Hegel (2008) escreve acerca do despojamento da figura animal, conforme a página 477 da Fenomenologia do Espírito.

morte transformadora) e, assim, afastar de si a vida morta, recomeçando dela. Nesse aspecto da busca pela liberdade de sua alma, os sujeitos, ao se relacionarem cada um com o outro, não apresentam mais um pensamento proveniente da certeza sensível, mas exprimem o seu próprio pensar, e, quando fazem isso, alcançam, mais uma vez, a essência divina que está neles mesmos, afinal,

O Si é a essência absoluta, pertence, como é evidente, ao espírito efetivo [...]. Convém lembrar qual a figura do espírito que exprime o Si. Ela deve conter ao mesmo tempo o movimento e sua inversão, que degrada o Si a predicado e eleva a substância a sujeito. Desse modo, não é que a proposição invertida faça em si ou para nós, da substância, sujeito; ou o que é o mesmo, reinstaure a substância de modo que a consciência do espírito seja retrotraída a seu começo, [...] ao contrário, essa inversão é produzida para a consciência-de-si e através dela mesma. A consciência-de-si, ao abandonar-se conscientemente, conserva-se em sua extrusão, e permanece o sujeito da substância, mas, justamente, ao extrusar-se desse modo, tem ao mesmo tempo a consciência da substância. Ou seja: ao produzir mediante seu sacrifício a substância como sujeito, o sujeito permanece seu próprio Si. Se nas duas proposições – na primeira, a da substancialidade, o sujeito somente desvanece; na segunda, a substância é somente predicado e assim ambos os lados estão presentes em cada proposição com a desigualdade oposta do valor – consegue-se, desse modo, que se produza a união e a interpenetração das duas naturezas, em que as duas, com igual valor, tanto são essenciais, como também são momentos apenas. Por isso, o espírito é tanto consciência-de-si – de si como sua substância objetiva – quanto é consciência-de-si simples que permanece dentro de si (HEGEL, 2008, p. 503).

Para explicar melhor essas questões, pode-se aduzir que os sujeitos espirituais têm, em si, dois lados. Um deles

É a *substância* [que] se extrusa de si mesma, e se torna *consciência-de-si*; o outro, ao contrário, é que a consciência-de-si se extrusa de si, e se converte em coisidade ou em Si universal. [...] A extrusão da substância, seu converter-se em consciência-de-si, exprime a passagem ao oposto: a passagem, carente-de-consciência, da *necessidade*; ou seja, exprime que a substância é *em-si* consciência-de-si. Inversamente, a extrusão da consciência-de-si exprime que ela é *em-si* a essência universal, ou – porque o Si é o puro ser-para-si, que em seu contrário permanece junto a si – [exprime] que *é para o Si* que a substância é consciência-de-si, e justamente por isso é espírito (HEGEL, 2008, p. 506).

Para ser espírito, a substância dos sujeitos é consciência-de-si quando eles passam cada um ao seu oposto, o outro, e percebem que há algo diverso dela, mas que não é desigual a eles. Agora, quando a consciência-de-si se extrusa, ela compreende e exprime a essência universal, posto que os sujeitos se reconhecem um no outro como são e, por isso, suprassumem sua vida morta. Nesse sentido, “o vínculo desses [sujeitos] opostos que são a afirmação da individualidade e a afirmação do universal (pois o universal só pode realizar-se



no [...] meio da diferença, particularidade ou singularidade)” (BOURGEOIS, 2004, p. 182). Assim, é possível dizer que a consciência-de-si é espírito.

Todavia, mesmo que tenham suprassumido sua vida morta e que o espírito tenha entrado “no ser-aí como sua unidade” (HEGEL, 2008, p. 507), os sujeitos, verdadeiramente, ainda não vieram a ser, para a consciência-de-si, tal como eles são. Pelas palavras de Hegel (2008, p. 507), entende-se que

Na medida em que a consciência-de-si unilateralmente só apreende *sua própria* extrusão – quando para ela seu objeto já é tanto ser quanto Si, e ela sabe todo o ser-aí como essência espiritual – contudo, nem por isso o espírito verdadeiro ainda veio-a-ser para ela. Quer dizer: na medida em que, em si, o ser em geral ou a substância, de seu lado, igualmente não se extrusou dele mesmo, e se converteu em consciência-de-si. Porque então todo o ser-aí só é essência espiritual do *ponto de vista da consciência*, e não em si mesmo. Dessa maneira, o espírito está no ser-aí só [como] *imaginário*.

A consciência dos sujeitos ainda tem de receber o espírito em sua realidade, e não somente na sua ideia. Precisa saber sentir a vida viva em torno de si, bem como a morte que sempre lhe traz o movimento de perceberem quando e como devem suprassumir sua vida morta, conservá-la e dela retirar a vida que é viva. É assim que ela tocará a divindade. Segundo Hegel (2008, p. 508-509),

O momento do *ser imediato* está presente no conteúdo do conceito de modo que o espírito [...], no retorno de toda a essencialidade à consciência se tornou um Si positivo *simples*. [...] O Si do espírito aí-essente tem, por isso, a forma da perfeita imediatez; não se põe nem como pensado ou representado, nem como produzido – como é o caso do Si imediato [...]. Ao contrário, [...] vem-a-ser imediatamente como Si, como um efetivo homem singular, sensivelmente intuído; só assim ele é consciência-de-si.

Nesse fragmento, Hegel (2008) aduz que, mesmo que o espírito tenha retornado para si, ele é imediato. Ele virá-a-ser quando for efetivo e consciência-de-si. Entretanto, ele somente alcançará isso quando os sujeitos se verem um no outro como a si mesmos, quando forem capazes de suprassumir sua vida morta, conservá-la e elevar-se dela, buscando a liberdade. Em outras palavras, pode-se dizer que “A essência é sabida como espírito; vale dizer, [...] é sua consciência, sobre si mesma, de ser espírito. Com efeito o espírito é o saber de si mesmo em sua extrusão: *é a essência que é o movimento de preservar no seu ser-outro a igualdade consigo mesmo*” (HEGEL, 2008, p. 509).

Quando os sujeitos percebem, realmente, que necessitam reconhecer-se um ao outro como eles são, “a essência divina é *revelada*” (HEGEL, 2008, p. 509). Como foi exposto, ela somente será conhecida “enquanto é conhecida como espírito – como essência que é essencialmente *consciência-de-si*” (HEGEL, 2008, p. 509). Desta forma, a consciência dos sujeitos começa a perceber que somente tem uma ideia de sua consciência-de-si, de seu espírito consciente-de-si-mesmo. É ideia porque os sujeitos ainda se concebem, um ao outro, como estranhos e, portanto, não reconhecem o outro como a si mesmos. Esse movimento, diga-se assim, vai cessar quando os sujeitos

[São objetos] da consciência a essência absoluta como espírito, porque assim o objeto está em sua relação com a consciência como [um] Si. Em outras palavras: a consciência se sabe imediatamente nele, ou seja, a consciência é manifesta em si no objeto. Ela mesma só é manifesta a si na certeza própria de si, [ora], aquele objeto é o Si; mas o Si não é algo estranho, e sim a unidade inseparável consigo, o universal imediato. É o puro conceito, o puro pensar ou o *ser-para-si*; o ser imediato, e por isso, o *ser-para-Outro* e, como *esse ser para Outro*, imediatamente retornado a si e junto a si mesmo; é, assim, o que só e verdadeiramente é revelado (HEGEL, 2008, p. 509).

Esta ideia parece apontar para o fato de que os sujeitos, para reconhecerem-se um no outro e ao outro e saírem do estado de ideia no qual se encontram, necessitam ver que estão como outro da consciência, ou como um Si. Quando isso ocorre, os sujeitos percebem que este Si não lhes é estranho, e com ele se encontram em uma unidade. Porém, é um universal imediato e, embora seja imediato, tem o ser retornado para si e junto de si mesmo. Diante disso, pode-se pensar em um exemplo: os sujeitos obviamente possuem características. Essas características, no dizer de Hegel (2008), são predicados desses sujeitos e, portanto, “momentos universais”. Por tal motivo, os sujeitos são apenas conhecidos, pois o fato de eles possuírem tais características não significa que estão manifestadas neles. Isso, portanto, é revelado como Si, afinal é apenas o interior de tais que está sendo refletido. Neste momento, então, ocorre a revelação do conceito, a figura verdadeira do espírito. Isso, em verdade, é a essência. Agora, o espírito é conhecido como consciência-de-si, mesmo que somente *intuído*. Recorrendo às palavras de Hegel (2008, p. 509-510), enquanto as características são conhecidas,

Ainda não está manifesto o *sujeito* mesmo, seu fundamento e essência; e igualmente, [esses predicados] são as *determinações* do universal, não *este universal* mesmo. O *sujeito* mesmo, e por isso também este *universal puro*, é revelado como *Si*, porque ele é precisamente esse interior refletido sobre si, que ‘é-aí’ imediatamente e que é a certeza própria daquele Si, para o qual ‘é-aí’. Ora, ‘ser o revelado segundo o seu

*conceito* é assim a verdadeira figura do espírito; e essa sua figura, o conceito, é igualmente apenas sua essência e substância. O espírito é conhecido como consciência-de-si, e é imediatamente revelado a esta por ser ela mesma. A natureza divina é o mesmo que a humana, e é essa unidade que é intuída.

Como os sujeitos têm a intuição da consciência-de-si, ou melhor, “a maneira como a essência é para a consciência”, eles têm, portanto, a capacidade do “pensar puro” (HEGEL, 2008, p. 510). Isto é, eles percebem o “conceito da essência” (HEGEL, 2008, p. 510). Quando isso ocorre, os sujeitos notam que esse puro pensar é apenas abstração e, por isso, lhes é singular, individual. Entretanto, surge uma unidade entre o pensar e o ser dos sujeitos. Esta unidade é a consciência-de-si. No dizer de Hegel (2008, p. 511), “essa unidade do ser e pensar é a consciência-de-si, e ela mesma ‘é-aí’; ou seja, a unidade pensada tem ao mesmo tempo essa figura do que ela é”. Desta maneira, os sujeitos alcançam o espírito. Porém, para Hegel (2008), o saber que os sujeitos alcançaram para ser, neste momento, espírito é um saber apenas especulativo, ligado ao Si negativo de si mesmos, relacionado à sua vida morta, à crença e ao preconceito sensíveis e não livres. Mesmo assim, os sujeitos ficam felizes, visto que conseguem contemplar a essência absoluta e se encontrar nela mesma. Então,

Essa alegria vem-a-ser para a consciência-de-si e abrange o mundo inteiro para se contemplar na essência absoluta, pois ela é espírito, é o movimento simples desses momentos puros, que exprime isto mesmo: que a essência é sabida como espírito somente quando é contemplada como consciência-de-si *imediate* (HEGEL, 2008, p. 511).

Os sujeitos, no entanto, como não possuem o conceito verdadeiro, não têm, realmente, uma vida viva e livre dentro e fora de si mesmos, pois esse conceito a que eles chegaram, que se sabe como espírito, é imediato e, portanto, não desenvolvido. Desta maneira, os sujeitos têm uma consciência-de-si *singular* e não *universal*. Pode-se dizer, portanto, que

O espírito, enquanto é este Si *singular*, ainda não ‘é-aí’ igualmente como Si universal, como todo Si. Em outras palavras, a figura não tem ainda a forma do *conceito*, isto é, do Si universal, do Si que em sua imediata efetividade é também Si suprassumido, é pensar, é universalidade, sem perder na universalidade a efetividade (HEGEL, 2008, p. 511-512).

Em outras palavras,

Este[s] [...] [sujeitos] singular[es] portanto, como [...] [os sujeitos] que a essência absoluta se revelou ser, consuma nele enquanto Singular o movimento do *ser sensível*. Ele é [...] imediatamente presente: assim, o seu ser passou para o *ter sido*. A consciência, para a qual ele tem essa presença sensível, deixa de vê-lo, de ouvi-lo; ele o *tinha* visto e ouvido – e só porque o *tinha* visto e ouvido, torna-se ela mesma

consciência espiritual. Ou seja, como antes ele nasceu para ela como *ser-aí-sensível*, agora ressurge no *espírito* (HEGEL, 2008, p. 512).

Isso significa que a consciência-de-si é apenas imediata; ela sabe o “singular objetivo, mas não [sabe] a si mesma” (HEGEL, 2008, p. 512). Os sujeitos singulares não se reconhecem um perante o outro diante da universalidade. Eles precisam ser elevados à forma do representar, ou seja, constituir

A determinidade em que o espírito se torna consciente de si nessa sua comunidade. Ainda não é a consciência-de-si do espírito, que avançou até o seu conceito como conceito. [...] Há assim nessa união do ser e pensar o defeito de estar a essência espiritual ainda afetada por uma cisão, não-reconciliada, em um aquém e além. O *conteúdo* é o verdadeiro, mas todos os seus momentos, postos no elemento do representar, têm caráter de não serem conceituados, mas de aparecerem como lados totalmente independentes, que se relacionam exteriormente um com o outro. Para que o verdadeiro conteúdo receba também sua verdadeira forma para a consciência, faz-se mister a mais alta formação dessa consciência: há que elevar ao conceito sua intuição da substância absoluta, igualar, *para ela mesma*, sua consciência com sua consciência-de-si (HEGEL, 2008, p. 513).

Diante disso, é plausível afirmar que, para os sujeitos chegarem ao conceito, à vida viva e livre como realmente é, e acatarem a morte transformadora dentro e fora de si mesmos, bem como suprassumirem sua crença e seu preconceito sensíveis (vida morta), conservando esse momento para serem livres, necessitam igualar sua consciência com a consciência-de-si. Neste momento, os sujeitos já conhecem o conteúdo verdadeiro, mas ainda não conceituaram, verdadeiramente, o conceito, ainda não têm a vida viva e a liberdade tal como ela é dentro e fora de si mesmos. Em outras palavras, vale dizer que

O espírito absoluto é *conteúdo*: assim é, na figura de sua *verdade*. Ora, sua verdade é não apenas ser a substância da comunidade ou o em-si da mesma, nem ainda somente sair dessa interioridade para a objetividade do representar; - mas é tornar-se o Si efetivo, refletir-se dentro de si, e ser o sujeito (HEGEL, 2008, p. 513).

Quando Hegel (2008) fala em “ser sujeito”, parece querer dizer que o fato de os sujeitos conseguirem alcançar a igualdade da consciência com a consciência-de-si para, posteriormente, alcançarem o conceito verdadeiro, faz com que sejam seres que possuem a capacidade de reflexão e racionalidade sobre seus atos e pensamentos. Desta forma, os sujeitos conseguem, já que sabem o conteúdo um do outro como verdadeiramente são, refletir sobre aquilo que conhecem e formular o conceito verdadeiro. Assim, os sujeitos mostram que são sujeitos. Quando começam a fazer isso, começam a alcançar a síntese, a união um com o

outro, pois conseguem compreender que, enquanto estiverem relacionados a uma vida morta, eivada de crenças e preconceitos sensíveis e irracionais, não serão livres, nem poderão ser compreendidos como sujeitos de vida viva. Por isso,

O espírito é conteúdo de sua consciência, inicialmente na forma da *substância pura*; ou, é conteúdo de sua consciência pura. Esse elemento do pensar é o movimento que desce ao *ser-aí* ou à singularidade. O meio-termo entre eles é sua união sintética, a consciência do tornar-se-Outro, ou o representar como tal (HEGEL, 2008, p. 514).

Assim, como os sujeitos necessitam formular o conceito verdadeiro acerca um do outro para que evoluam em suas crenças, é necessário trazer à baila a ideia de que

O espírito, representado primeiro como substância no *elemento do puro pensar*, é por isso, imediatamente, a *essência* eterna, simples e igual a si mesma, mas que não tem essa *significação* abstrata da essência, e sim a significação do espírito absoluto. Porém o espírito consiste em ser, não significação, não o interior, mas o efetivo. Portanto, a eterna essência simples seria espírito somente segundo uma palavra vazia, se permanecesse na representação e na expressão da eterna essência simples. Mas, a essência simples por ser a abstração, de fato é o *negativo em si mesmo*, e, na verdade a negatividade do pensar, ou a negatividade como ela é em si na *essência*. Quer dizer: a essência simples é a *diferença* absoluta de si, ou seu puro tornar-se-Outro. Como essência, é somente *em-si* ou para nós; mas enquanto essa pureza é precisamente a abstração ou a negatividade, ela é *para si mesma*, ou seja, é o *Si*, o *conceito* (HEGEL, 2008, p. 515).

Segundo a autora, para os sujeitos alcançarem o conceito verdadeiro, eles necessitam reconhecer um ao outro, aceitar a morte em si mesmos, pois assim suprassumem sua vida morta, guardam esse ato para si para poderem se elevar. Os sujeitos que não interagem, que não pensam, que somente reproduzem um pensamento dado, que vivem na sua vida morta, permanecem somente para si, são vazios e possuem uma essência simples e que será eterna, isto é, uma vida morta e não livre dentro de si. Essa essência da qual Hegel (2008) fala é abstrata, pois não lhe foi dada a oportunidade de tornar-se outro. Assim, ela é negativa e, como consequência é a negação do pensar, ou a negação da essência. Diante desse pensamento, para Hegel (2008, p. 515), há três momentos diversos:

[1] – o da *essência*; [2] – o do *ser-para-si* que é o ser-outro da essência, e para o qual é a essência; [3] – o do *ser-para-si*, ou do saber a si mesmo *no Outro*. A essência só contempla a si mesma em seu ser-para-si; nessa extrusão está somente junto de si. O ser-para-si que se exclui da essência é o *saber de si mesma* da essência; [...] Assim as diferenças que se fazem dissolvem-se tão imediatamente quanto são feitas, e tão imediatamente se fazem quanto se dissolvem.

O momento da essência já foi explicitado (são os sujeitos que permanecem na sua vida morta, eivada de crença e preconceito sensíveis). O segundo parece representar o momento em que os sujeitos veem-se um no outro e compreendem-no; momento no qual os sujeitos irão perceber que o outro também possui uma essência, mesmo que essa essência percebida seja diferente da sua. Porém, aqui, os sujeitos se juntam a essa essência diferente e adentram no terceiro momento, encontram-se, cada um, a si mesmos no outro. Quando isso ocorre, as diferenças se dissolvem, os sujeitos passam a ver um ao outro como um igual a si, embora este outro seja diverso de si. Neste momento, a diferença se faz novamente; agora, não como algo desigual, mas como diverso e, principalmente, igual. Nesse viés, é possível dizer que

Já que as determinações do ser enquanto essência não são exteriores umas às outras, mas refletidas em sua alteridade *umas nas outras* – não há identidade senão na diferença, diferença senão na identidade, e fundamento, identidade da identidade e diferença senão na reflexão recíproca da identidade diferenciada. (BOURGEOIS, 2004, p. 293-294).

Desta maneira, como os sujeitos já têm o conteúdo um do outro como ele é, estão cada vez mais aptos a conceituarem “Nesse *simples* contemplar a si mesmo no Outro, portanto, não é posto o *ser-outro*, como tal; ele é a diferença que no pensar puro imediatamente *não é diferença alguma*: é um reconhecer *do amor*, em que os dois não *se opõem* segundo sua essência” (HEGEL, 2008, p. 517).

Diante do exposto até então, para Hegel (2008), os sujeitos possuem, dentro de si, a abstração. Isto é, há a oposição para eles. Os sujeitos ainda têm a negatividade, o Si ligado a si mesmos. Justamente por isso, mantêm-se relacionados à vida morta. Entretanto, para que os sujeitos sanem essa oposição, precisam suprassumi-la, ou seja, aceitar a morte que é transformadora dentro de si, para, desse modo, conservar o ato, conservar suprassumida a vida morta dentro de si e elevar-se para a vida viva e livre. De algum modo, pode-se dizer que,

Se a morte é uma manifestação da negatividade [...] [no(do) sujeito], ela é uma transformação de seu ser real em conceito ideal. Por ser mortal é que o [...] [sujeito] pode conceber-se [...] tal como é em realidade, ou seja, precisamente como mortal [...] [pois,] ele se pensa como mortal, e pensa sua própria morte. Logo, ele a transcende e se situa, de certa forma, além dela; mas ele o faz da única maneira como se pode superar o Ser-dado sem soçobrar no puro nada. [...] É pela aceitação autônoma da morte que ele supera ou transcende o ser-dado [vida morta] que é ele mesmo, superando essa que é precisamente o pensamento que revela esse ser a ele próprio e aos outros (KOJÈVE, 2002, p. 490).

Para ocorrer essa superação de si mesmo, expõe-se a ideia do bem e do mal. Nas palavras de Hegel (2008, p. 520),

O *bem* e o *mal* eram as determinadas diferenças do pensamento que se apresentavam. Por não ter sido resolvida ainda sua oposição, e se representarem como essências do pensamento cada uma das quais é independente para si, então é o homem o Si carente-de-essência e o terreno sintético de seu ser-aí e de sua luta. Mas essas potências universais igualmente pertencem ao Si; ou seja, o Si é efetividade delas. Acontece, pois, segundo esse momento – como o mal não é outra coisa que o adentrar-se-em-si do ser-aí natural do espírito – que o bem, inversamente entra na efetividade e aparece como uma consciência aí-essente.

Há uma luta dos sujeitos para não reconhecerem um ao outro, não suprassumirem sua vida morta, acatando dentro de si a morte transformadora para poderem elevar-se a uma vida viva, ou mesmo saber o conteúdo desta vida viva, que é o desenvolvimento, para tornarem-se livres de suas crenças e preconceitos. Eles relutam em produzir o conceito verdadeiro acerca do outro e, assim, fazem com que permaneça uma oposição entre eles. Quanto a essa oposição, Hegel (2008) se refere aos diferentes pensamentos, crenças e preconceitos que podem tanto pender para o bem quanto para o mal. Entretanto, deve-se cuidar que essas potências universais (bem e mal) pertencem ao Si. Como são opostas, o bem já é uma consciência, enquanto que o mal entra nos sujeitos, pois eles ainda não conseguiram reconhecer-se um no outro, nem reconhecer esse outro, formulando o conceito verdadeiro.

Para que isso ocorra, os sujeitos necessitam captar esse mal que há em sua essência. Isto é, precisam ter consciência daquilo que devem modificar em si próprios (que é a crença e o preconceito sensíveis) para poderem suprassumir, através da morte transformadora, sua vida morta, conservando esse ato a fim de elevarem-se para a vida viva e livre. Como os sujeitos conseguem captar esse mal, não podem permanecer com ele. É preciso suprassumir esse mal; faz-se necessário conhecê-lo e reconhecê-lo como mal para poder abandoná-lo. Senão, a dinâmica de reconhecimento entre os sujeitos sempre permanecerá no Si negativo e nunca alcançará o conceito verdadeiro, a vida viva e livre. Para que os sujeitos não permaneçam nesse Si negativo, eles necessitam contar-se como essência. Assim, ocorre

O momento que se extrusa[m] a si mesmo[s], [...] [vão] à morte e por isso reconcilia[m] a essência absoluta consigo mesmo[s]. Com efeito, nesse movimento ele[s] se apresenta[m] como *espírito*. [...] Esta [sua] morte é portanto seu ressurgir como espírito. (HEGEL, 2008, p. 521).

Desta maneira, cada sujeito passa a se reconhecer como mal, percebe que a crença e o preconceito que tinha até o momento o prendia a uma vida morta, a algo outro que não era ele e, por isso, prefere a morte como uma saída, um suprassumir de sua vida morta. Segundo Hegel (2008, p. 524),

Esse lado é o *espírito natural*: o Si tem de retirar-se dessa naturalidade e adentrar-se em si – o que significa tornar-se *mau*. Ora, esse lado já é *em si* mau; o adentrar-se em si consiste em convencer-se de que o ser-aí natural é o *mal*. Incidem na consciência representativa tanto o *aí-essente* ‘fazer-se mau’ e o ‘ser-mau’ do mundo, com a *aí-essente* reconciliação da essência absoluta. Mas na *consciência-de-si*, como tal, esse representado só recai segundo a forma, como momento suprassumido; pois o Si é o negativo, portanto é o *saber*: - um saber, que é um puro agir da consciência dentro de si mesma.

De tal passagem da Fenomenologia do Espírito, pode-se concluir que os sujeitos se veem como mal quando agem ancorados na crença e no preconceito sensível, isto é, quando permanecem na essência negativa. Desse modo, eles sabem-se como mal e sabem, também, que agiram maldosamente quando desprezaram-se um ao outro utilizando-se da crença sensível, pois tinham apenas a ideia dentro da sua própria consciência. Diante disso, pode-se dizer que,

Na consciência [...], o *interiorizar-se* da consciência-de-si natural era o *mal aí-essente*, [então] o *interiorizar-se* no elemento da consciência-de-si é o *saber* sobre o *mal*, como um mal que *em si* está no ser-aí. Assim, esse saber é evidentemente um vir-a-ser do mal, mas só [um] vir-a-ser do *pensamento do mal*; e é por isso reconhecido como o primeiro momento da reconciliação [...], mas um ser natural que é ao mesmo tempo sabido como mal (HEGEL, 2008, p. 525).

Desse modo, fica claro que os sujeitos se reconhecem como mal, e parece que, para Hegel (2008), tornam-se outro e veem, dentro de si, o ser espiritual. Desta maneira, os sujeitos podem se dizer universais. No entendimento de Hegel (2008, p. 525),

O movimento – ou o tornar-se-Outro – deve portanto, aparecer ainda em sua forma mais peculiar. [...] O compreender [...] exprime agora mais precisamente o que antes era denominado nela o ressurgir espiritual, ou o converter-se de sua consciência-de-si singular na universal.

Isso significa que, de forma definitiva, os sujeitos aceitaram morrer; compreendem que é somente através da morte, do deixar de ser, do suprassumir de sua vida morta, que os sujeitos podem se tornar seres universais. Eles deixam sua crença e seu preconceito sensíveis suprassumidos, realizando uma morte sobre si mesmos e, a partir disso, conservam esse ato de



morrer, ressurgem para a liberdade, para a vida viva e reconhecadora das diferenças. De outro modo, é possível dizer que os sujeitos tornam-se seres universais porque cada um percebe a individualidade do outro, levando à síntese do particular (aquele que soube suprasumir sua vida morta, seu ser dado) com o universal (que representa e reconhece todas as individualidades no mundo, na sociedade). Em face disso, é possível afirmar que “a individualidade é a síntese do particular e do universal: é o valor absoluto ou universal realizando-se num e por um Ser particular, o Ser particular obtendo, como tal, um valor absoluto, isto é, reconhecido universalmente” (KOJÈVE, 2002, p. 151). Entretanto, essa síntese somente ocorre por meio da morte transformadora, pois ela “Perde essa significação natural na consciência-de-si espiritual, ou seja, torna-se seu conceito. [...] a morte daquilo que imediatamente significa, do não-ser *deste Singular* se transfigura na *universalidade* do espírito” (HEGEL, 2008, p. 526).

Hegel (2008, p. 526) aduz que “a morte [...], apreendida pelo Si, é o suprasumir de sua *objetividade* ou de seu *ser-para-si particular*. Esse *ser-para-si particular* tornou-se consciência-de-si *universal*”. Porém, essa morte, para os sujeitos, não é fácil. Hegel (2008) diz que ela é dolorida porque os sujeitos perdem o seu pensar, percebem que estavam equivocados a respeito um do outro, percebem que, se não souberem morrer, no sentido de modificarem a si mesmos, sempre permanecerão na vida morta. Expõe-se que

A morte é o sentimento dolorido da consciência infeliz. [...] Essa dura expressão do simples saber de si mais íntimo, o retorno da consciência às profundezas da noite do ‘Eu=Eu’, que nada mais distingue nem sabe fora dela. Assim, esse sentimento é de fato a perda da *substância* e de seu contrapor-se à consciência; mas é, ao mesmo tempo, a pura subjetividade da substância, ou a pura certeza de si mesma que faltava à substância – seja enquanto objeto, seja enquanto o imediato, seja enquanto pura essência. Esse saber é, pois, a animação pela qual a substância se tornou sujeito. Morreu sua abstração e carência-de-vida, e assim a substância se tornou consciência-de-si simples e universal (HEGEL, 2008, p. 527).

Esse pensamento de Hegel (2008) refere-se ao fato de que os sujeitos morrem porque reconhecem seu equívoco, pois

É a morte que faz [os sujeitos] progredir[em]; [...] [serem] plenamente consciente[s] de si e consciente[s] de sua própria finitude [no sentido de que devem morrer, matar, no sentido de suprasumir a vida morta que há dentro deles. Desse modo, os sujeitos não chegam ao reconhecimento enquanto] ignora[m] [...] a negatividade que é o fundo de sua existência humana (KOJÈVE, 2002, p. 512-513).

Quando isso ocorre, os sujeitos passam da sua singularidade para a universalidade. Nisto, eles adquirem a consciência-de-si, que é universal. Desta maneira, quando chegam a esta consciência-de-si, encontram um

Espírito que se sabe a *si mesmo*: ele se sabe; o que para ele é objeto, é. Ou seja, sua representação é o verdadeiro *conteúdo* absoluto; exprime, [...] o espírito mesmo. Ao mesmo tempo, não é somente *conteúdo* da consciência-de-si, nem é somente objeto *para ela*, mas é também *espírito efetivo* (HEGEL, 2008, p. 527).

Percebe-se, então, que os sujeitos tornaram-se espírito, posto que sabem a si mesmos, isto é, têm conhecimento de si. Entretanto, antes de seguir adiante na evolução do espírito, é importante mencionar que, quando os sujeitos entraram na “religião”, o conceito de espírito já estava presente. A partir disso, nota-se que, agora, cada sujeito se reconhece como igual ao outro. Portanto, “esse conceito [que] intui a consciência religiosa, à qual se revelou a essência absoluta: suprassume a *distinção* entre seu Si e seu [objeto] *intuído*; e como é sujeito, assim também é substância, e portanto, ela mesma é o espírito” (HEGEL, 2008, p. 527).

Contudo, essas questões do saber absoluto sobre o outro ainda não estão bem esclarecidas na consciência-de-si do espírito, até porque,

Seu conteúdo, para ela, está em geral na forma do *representar*, e a *espiritualidade* efetiva [...] – seu retorno desde seu representar – tem também essa cisão ainda nela, tal como estava afetado de cisão o próprio elemento do pensar puro. Ela não tem ainda a consciência sobre o que ela é; é a consciência-de-si espiritual, que não é como esta consciência-de-si, objeto para si. Ou seja, não se abre à consciência de si mesmo mas, na medida em que é consciência, tem essas representações que foram consideradas (HEGEL, 2008, p. 528).

A consciência-de-si espiritual ainda não se tornou objeto para si; está apenas na representação, e é uma representação. Desta maneira, a consciência-de-si “ainda não se tornou igualmente ser-para-si absoluto” (HEGEL, 2008, p. 529). Em outras palavras,

O espírito da religião manifesta ainda não ultrapassou sua consciência como tal; - ou, o que é o mesmo – sua consciência-de-si efetiva não é o objeto de sua consciência. Esse espírito em geral, e os momentos que nele se distinguem, incidem no representar e na forma da objetividade. O *conteúdo* do representar é o espírito absoluto, e o que resta ainda a fazer é só o suprassumir dessa mera forma [da objetividade] (HEGEL, 2008, p. 530).

Para que os sujeitos superem esse estágio de sua evolução, eles necessitam extrusar-se de si mesmos, “pois nessa extrusão *se põe[m]* como [...] [outro], ou põe o [...] [outro] como a

si mesmo em razão da inseparável unidade do *ser-para-si*” (HEGEL, 2008, p. 530). Quando os sujeitos realizam esse movimento, passam a ter uma consciência que precisa “igualmente relacionar-se com o [...] [outro] segundo a totalidade de suas determinações, e deve tê-lo apreendido conforme cada uma delas” (HEGEL, 2008, p. 530).

Assim, os sujeitos começam, definitivamente, a se reconhecer um no outro, como esse outro é em sua essência, e a alcançar o conceito verdadeiro. Isto é, a partir da morte de sua crença e seu preconceito sensíveis (vida morta) os sujeitos conseguem libertar-se e alcançam a vida viva, são reconhecidos um pelo outro em sua essência e também se reconhecem naquele que lhe é outro. Por isso, os sujeitos, como espírito, conseguem reunir, dentro de si, o outro. Há, portanto, uma unidade entre eles. Com isso, diz-se que, “o espírito, certo de si mesmo em seu *ser-aí*, não tem por elemento do ser-aí outra coisa que esse saber de si [mesmo]” (HEGEL, 2008, p. 533). É o saber que os sujeitos têm de que, ao aceitarem a morte, a mudança, a transformação daquilo que eles têm de mais equivocado dentro de si, conseguirão ser livres. Justamente por isso, reconhecem e são reconhecidos um pelo outro e, assim, alcançam a unidade. Embora haja essa unidade, os sujeitos devem buscar o conceito, bem como a sua realização. Aduz-se isso, posto que

A bela alma é seu saber sobre si mesmo, em sua pura unidade translúcida; é a consciência-de-si que sabe como [sendo] o espírito esse puro saber sobre o puro *ser-dentro-de-si*; não é somente a intuição do divino, mas a auto-intuição do divino. Enquanto esse conceito se mantém *oposto* à sua realização, ele é a figura unilateral, cujo desvanecer e névoa vazia nós vimos; mas também vimos sua extrusão positiva e movimento para frente (HEGEL, 2008, p. 534-535).

Isso significa que, dentro dos sujeitos, há o saber; os sujeitos sabem, conhecem a essência que há dentro de si, conhecem e sabem o mal que causaram a si mesmos e ao outro quando estavam imersos na vida morta, quando não aceitaram a transformação dentro de si. Desta maneira, começam a ter consciência-de-si que

Ganha a forma da universalidade, e o que lhe resta é seu conceito verdadeiro, ou o conceito que ganhou sua realização. É o conceito em sua verdade, isto é, na unidade com sua extrusão: - o saber do saber puro, não como essência abstrata, que é o dever, mas do saber puro como essência que é *este* saber, *esta* consciência-de-si pura, que assim ao mesmo tempo é o verdadeiro *objeto*, pois é o Si para-si-essente (HEGEL, 2008, p. 535).

Pelo fato de os sujeitos, que já são espíritos, conseguirem alcançar o conceito e, principalmente, formulá-lo, eles fornecem, neste momento, ao conceito, o conteúdo (que é

perfeito e verdadeiro, para eles), “a forma do Si, e por isso tanto realiza seu conceito quanto permanece em seu conceito nesta realização – é o saber absoluto. O saber absoluto é o espírito que se sabe em figura-de-espírito, ou seja: é o saber *conceituante*” (HEGEL, 2008, p. 537).

Neste momento da evolução dos sujeitos nessa busca por uma vida viva e livre, pode-se perceber que eles alcançaram o saber absoluto; sabem o conceito e conseguem ter um saber que realmente conceitua um ao outro a partir daquilo que não está relacionado à crença e ao preconceito sensível. O saber que os sujeitos possuem é o saber de conhecerem aquilo que os prendia naquela vida morta, que não os deixava ser livres nem reconhecer um ao outro como sujeitos que têm essência própria e viva. Eles conhecem aquilo que devem abandonar, afastar de si para poderem morrer e, assim, serem livres. Entretanto, Hegel (2008) alerta para o fato de que, se os sujeitos recusarem-se a aceitar a morte transformadora dentro de si, a morrer, a supracumir a crença e o preconceito sensíveis (para, quando conservarem a morte, alcançarem a vida viva e livre), sempre permanecerão com a vida morta dentro de seu ser; nunca terão uma vida viva, não serão livres e, assim, deixarão “de dominar sua figuração imperfeita, de se criar para a sua consciência a figura de sua essência, e, dessa maneira, igualar sua *consciência-de-si* com sua *consciência*” (HEGEL, 2008, p. 538).

Apesar disso, os sujeitos que desejarem a liberdade precisam ter consciência de que estavam equivocados em sua crença, seu preconceito, e reconhecer isto. Para tal, eles saem de si mesmos e se colocam como o outro. Ao fazerem isso, veem a si mesmos de fora e conseguem compreender a situação na qual se encontram. Para entender melhor, diz-se que

O espírito é esse movimento do Si, que se extrusa de si mesmo e se submerge em sua substância e que tanto saiu dessa substância como sujeito, e se adentrou em si, convertendo-a em objeto e conteúdo – quanto supracumir essa diferença entre a objetividade e o conteúdo (HEGEL, 2008, p. 541).

No momento em que os sujeitos realizam este exercício, que se extrusam de si mesmos e põem-se um como o outro, alcançam o conceito. Assim, os sujeitos, quando reconhecem-se um ao outro, chegam ao conceito, ou, por outro lado, quando alcançam o conceito, conseguem reconhecer o outro tal como ele é em sua essência.

Os momentos de seu movimento já não se apresentam [...] como *figuras* determinadas da *consciência*, mas, por ter retornado ao Si a diferença da consciência, [apresentam-se] como *conceitos* determinados, e como seu movimento [...] fundado em si mesmo (HEGEL, 2008, p. 542-543).

Essa ideia também indica que, quando os sujeitos conhecem, reconhecem e consideram um ao outro como iguais, eles se libertam. Essa libertação significa que os sujeitos conseguem e são capazes de, além de deixar de lado tanto em seu interior quanto em seu exterior sua crença e seu preconceito sensíveis, conservar esse movimento, essa morte que adentrou neles e, assim, seguem para a próxima etapa de reconhecimento. Os sujeitos são capazes de saber e prever o que lhes pode acontecer e, preferem formular seu conceito, conservar a morte transformadora dentro de si para que sempre consigam modificar a si próprios. Hegel (2008, p. 543) afirma que

O espírito que se sabe a si mesmo, precisamente porque apreende o seu conceito, é a igualdade imediata consigo mesmo, a qual em sua diferença é a *certeza do imediato*, ou a *consciência sensível* – o começo donde nós partimos. Esse desprender – se dá forma de seu Si é a suprema liberdade e segurança de seu saber de si [...]. O saber conhece não só a si, mas também o negativo de si mesmo, ou seu limite. Saber seu limite significa saber sacrificar-se. Esse sacrifício é a extrusão.

Apesar de os sujeitos realizarem todo esse movimento, eles ainda sofrem, sacrificam-se. Esse sacrifício provém do fato de que, quando os sujeitos olham para si mesmos, percebem que eram limitados, percebem o negativo que havia dentro de si, bem como o negativo que eles mesmos eram quando estavam e insistiam em se prender à crença e ao preconceito sensível, quando negavam a morte de sua vida morta por compreenderem que esta era a vida mais bela que “viviam”. Ocorre que, nesse momento, os sujeitos voltam-se para si, procuram suprasumir esse negativo, essa vida morta e, assim, renascem. Portanto, o espírito desses sujeitos é um novo espírito. Nas palavras de Hegel (2008, p. 544), o espírito, “No seu adentrar-se, [...] submergiu na noite de sua consciência-de-si; mas nela se conserva seu ser-aí que desvaneceu; e esse ser-aí suprasumido – o [mesmo] de antes, mas recém-nascido [agora] do saber – é o novo ser-aí, um novo mundo e uma nova figura-de-espírito”.

Como os sujeitos são, contudo, novos espíritos, acham que perderam toda a aprendizagem que adquiriram até então, mas isso não é verdade, posto que há, para eles, a rememoração. Essa rememoração conserva o seu passado, a sua aprendizagem e reflexão. Conserva o conceito:

A *re-memoração* [...] os conservou; a rememoração é o interior, e de fato, a forma mais elevada da substância. Portanto, embora esse espírito recomece desde o princípio sua formação, parecendo partir somente de si, ao mesmo tempo é de um nível mais alto que [re]começa (HEGEL, 2008, p. 544).

Isso quer dizer que os sujeitos relembram seu movimento, recordam o que viveram na relação um com o outro. Por causa dessa rememoração, é possível dizer que, ao aceitarem mudar a si mesmos, suprassumindo sua vida morta, eivada de crença e preconceitos sensíveis, eles conseguem libertar-se de si próprios, alcançando a vida viva e sabendo que somente alcançam esse processo com a morte, que traz a mudança, a transformação. Assim, eles podem partir para um novo começo, sempre procurando conservar a morte como transformadora, como a figura de transição da vida morta para a vida viva e livre. Para corroborar tal ideia, tem-se que

A liberdade, que é a realização e a manifestação da negatividade, consiste no ato de negar [...] a sua estrutura dada e manter a negação sob a forma de uma obra criada por essa negação ativa. Essa liberdade, que é a negatividade, é a realidade-essencial [...] [dos sujeitos]. [...] [Então, como a] liberdade é negatividade, [...] [diz-se] que não há liberdade sem morte, e só o ser mortal [aqueles sujeitos que sabem suprassumir sua vida morta] pode ser livre. [Portanto, é pertinente dizer] que a morte é a manifestação última e autêntica da liberdade (KOJÈVE, 2002, p. 518).

Cada sujeito tem a consciência própria de que evoluiu, de que se sabe, conhece a si mesmo e ao outro, que agora também é ele mesmo. Sua crença e seu preconceito sensíveis são suprassumidos, religam-se ao Si e ali permanecem como conservados; portanto, os sujeitos se elevam. Nesse elevar, alcançam sua meta, que é “o saber absoluto, ou o espírito que se sabe como espírito” (HEGEL, 2008, p. 545), ou seja, sabem que é somente através da morte, do ato de saber, reconhecer que sua crença, seu preconceito sensível é que era realmente o mau, os sujeitos encontram-se livres, sentem a liberdade dentro e fora de si mesmos. Além disso, percebem que há outros indivíduos que passaram por esse mesmo processo e os conhecem e reconhecem como iguais a si mesmos. Desta maneira, o saber manifesta-se nos sujeitos porque, para eles,

O Eu (de cada sujeito) é impelido na medida em que sua liberdade é para ele, identicamente, a liberdade dos outros Eus: ‘os outros também me são iguais, porque os outros são universais, tanto como eu. Eu sou livre somente na medida e, que ponho a liberdade dos outros e sou reconhecido como livre pelos outros’. (MENESES, 2006, p. 34).

Do contrário, se os sujeitos, que agora são espíritos não tivessem alcançado esse saber e o conceito, eles “seria[m] a solidão sem vida” (HEGEL, 2008, p. 545). Entretanto, como alcançam o saber absoluto, fazem parte do reino dos espíritos; isto é, por justamente saberem morrer, transformarem-se, mudarem a si mesmos através do ato de suprassumir sua vida

morta (crença e preconceito sensíveis) e conservá-la para poderem evoluir, conseguem alcançar a liberdade. Portanto, quando os sujeitos são livres, vivem realmente uma vida que é viva, uma vida que não se prende à ilusão de uma vida morta, à escuridão da alma que a crença e o preconceito sensíveis proporcionam aos sujeitos. Eles vivem uma vida calcada no saber morrer quando necessário, no saber suprasumir a crença e o preconceito que não levam em consideração a diversidade de sujeitos, que não os reconhecem como humanos e seres livres. Sendo assim, os sujeitos, por saberem que a morte é fundamental para a sua evolução, preferem, sempre que for necessário, utilizar-se de tal, pois é somente através dela que tornam-se livres e fazem um ao outro livre. Por tais motivos, pode-se dizer que os sujeitos têm em si, e sabem dentro de si, a infinitude de seu mundo. Em outras palavras, a liberdade para existir necessita da morte, afinal sem esta não há sujeitos livres, imersos em uma vida viva, mas apenas sujeitos que vivem a (na) vida morta que eles mesmos criaram para si e da qual recusaram-se a sair.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto ao longo da dissertação, percebe-se que é possível, ao utilizar-se a teoria do reconhecimento de Hegel (2008) e, mais especificamente, o movimento que a consciência realiza, bem como os conceitos de vida morta, vida viva e morte transformadora, responder às indagações colocadas na parte introdutória deste trabalho.

Sendo assim, para fornecer a resposta, traz-se, novamente, a primeira questão, que foi retirada da obra de Hegel (2008, p. 385): “quando são banidos todos os preconceitos, [crenças sensíveis] e superstições, então, surge a pergunta: e agora, que resta?” De acordo com esta dissertação, a resposta é a liberdade. Inicialmente, quando os sujeitos não se reconhecem entre si e evitam reconhecer as características que tornam um e outro diversos entre si, agem movidos por crenças e preconceitos que os impedem de vislumbrar e de viver a própria liberdade, bem como deixar o outro livre. Por isso, diz-se que os sujeitos vivem uma vida morta. Isso ocorre com os sujeitos tanto no nível mais individual, conforme visto no primeiro capítulo, quanto com o mundo (sociedade), conforme exposto no segundo capítulo. Quando, portanto, os sujeitos vivem imersos nessa vida morta, precisam afastar de si suas crenças e seus preconceitos sensíveis. Desse modo é que se faz necessária a segunda indagação, pois refere-se ao modo através de que os sujeitos conseguem banir de sua vida tais crenças e preconceitos.

Para que os sujeitos alcancem a liberdade, afastando a vida morta, é preciso aceitar a morte. Essa morte, que deve ser aceita e adentrar na alma dos sujeitos, é a morte transformadora, aquela morte responsável por proporcionar mudanças na interioridade deles. É somente mediante a morte, o ato de viver a própria morte, o ato de saber morrer, saber que é necessário supressumir sua crença e seu preconceito sensível (vida morta), conservando-os supressumidos, que os sujeitos conseguem se elevar para uma vida viva e livre. É por meio da morte – a figura responsável pelas mudanças e transformações – que os sujeitos conseguem afastar de si suas crenças e seus preconceitos sensíveis.

Sabendo que é assim que se alcança a vida viva e livre, tem-se a terceira indagação: tomando por base a resposta concedida à segunda indagação, é possível alcançar o reconhecimento entre os sujeitos? A resposta é positiva, posto que o reconhecimento entre os sujeitos não ocorre porque estão presos à sua vida morta (crença e preconceito sensíveis), mas porque conseguem sair desta. Ou seja, é deixando supressumida a vida morta que os sujeitos

conseguem deixar afastados de si as crenças e os preconceitos que impedem o reconhecimento um do outro. Para isso, eles devem saber morrer.

Portanto, para os sujeitos reconhecerem e serem reconhecidos um pelo outro, tanto como seres participantes de uma relação ética individual quanto como seres que fazem parte de uma sociedade e que estão inseridos no mundo, eles precisam morrer. É somente através da morte – desde que esta seja compreendida como o ato de mudança e transformação – que eles conseguem supracumir sua crença e seu preconceito sensíveis, conservá-los supracumidos e, então, elevar-se para uma vida viva e de liberdade.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **A linguagem e a morte: um seminário sobre o lugar da negatividade**. 1ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- BOURGEOIS, B. **Hegel: os atos do espírito**. 1. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- CELICH, G. C. **Os conflitos homofóbicos na escola e a teoria do reconhecimento**. São Paulo: Mercado de Letras. Obra no prelo.
- COMTE-SPONVILLE, A. **Bom dia, Angústia**. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- EPICURO. **Carta a Meneceu: sobre a felicidade**. Disponível em: <[www.cinfil.com.br/arquivos/Epicuro\\_Carta\\_Sobre\\_a\\_Felicidade.pdf](http://www.cinfil.com.br/arquivos/Epicuro_Carta_Sobre_a_Felicidade.pdf)>. Acesso em 14 de setembro de 2014.
- HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Enciclopédia das ciências filosóficas: A ciência da lógica**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- \_\_\_\_\_. **El concepto de religión**. 1. ed. México: Fondo de Cultura Economica, 1981.
- HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- HONNETH, A. **Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- HYPPOLITE, J. **Gênese e Estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel**. 2. ed. São Paulo: Discurso Editorial, 2003.
- INWOOD, M. **Dicionário Hegel**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- KOJÈVE, A. **Introdução à leitura de Hegel**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: EDUERJ, 2002.
- LABARRIÈRE, P. J. **La Fenomenología del espíritu de Hegel**. 1. ed. México: Fondo de Cultura Economica, 1985.
- LUCRÉCIO. Da natureza. In: **Os pensadores: Epicuro, Lucrecio, Cícero, Sêneca e Marco Aurélio**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- LUPER, S. **A filosofia da morte**. 1. ed. São Paulo: Madras, 2010.
- MENESES, P. **Abordagens hegelianas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006.

MONTAIGNE, M. In: SCRUCH; M. A (Org.) . **Os Ensaio**s: uma seleção. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

NÓBREGA, F. P. **Compreender Hegel**. 5. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

PLATÃO. **Fédon**: a imortalidade da alma. Grupo Acrópolis. Disponível em:  
<<http://br.egroups.com/groups/acropolis/>>. Acesso em 14 de setembro de 2014.

WERLE, D. L.; MELO, R. S. Reconhecimento e justiça na teoria crítica da sociedade em Axel Honneth. In: NOBRE, M. (Org.). **Curso livre de teoria crítica**. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 2008. p. 183-198.

### **Obras lidas**

CORBISIER, R. **Hegel**: textos escolhidos. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

ROSENFELD, D. (Org.). **Hegel, a moralidade e a religião**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

TIMMERMANS, B. **Hegel**. 1. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

## GLOSSÁRIO

**Alma:** para esta dissertação, este termo também é entendido como o interior dos sujeitos; o que abarca o conjunto de crenças dos sujeitos, bem como seus atos para com os outros quando baseados em suas crenças.

**Crença e preconceitos sensíveis:** estes termos, para esta dissertação, significam aquilo que forma o pensamento e/ou pensar dos sujeitos acerca das características individuais das pessoas que estão no mundo. Entretanto, quando os termos aparecem acompanhados da expressão “sensíveis”, significa que foram formados com base em análises sem fundamento racional, ou seja, de modo preconcebido, desconsiderando o conhecimento e a reflexão.

**Liberdade:** para esta dissertação, este termo deve ser compreendido como o desapego das crenças e dos preconceitos sensíveis, ou seja, o suprassumir de tais, bem como a sua conservação e a elevação dos sujeitos para a vida viva. Além disso, também é o ato de fazer-se livre e deixar o outro livre através do reconhecimento.

**Morte:** em termos gerais, morte significa a morte biológica, como a negação de algo. Para esta dissertação, a morte deve ser compreendida em dois sentidos: a) **Morte como negação de mudança:** nesse caso, significa o apego às crenças e aos preconceitos sensíveis. Pode-se dizer que é uma vida morta. b) **Morte transformadora:** refere-se à capacidade de mudança do interior, da alma dos sujeitos. Nesse caso, a morte transformadora é responsável por fazer com que os sujeitos afastem de sua alma as crenças e preconceitos sensíveis. É o ato de deixar algo afastado para ser algo novo.

**Vida:** Em termos gerais, vida significa vida biológica, bem como o ato de perceber-se como sujeito que deve deixar algo afastado de si. É o sujeito perceber que necessita evoluir em seu pensar. Desse modo, para que ambos os significados sejam contemplados, nesta dissertação, o termo “vida” possui dois sentidos: a) Vida morta: o sujeito que a possui é alguém que está vivo biologicamente mas morto em sua alma, em sua interioridade, posto que suas crenças estão baseadas em algo que não possui fundamentação racional e, por isso, ele não consegue reconhecer o outro nem ser reconhecido por este outro. b) Vida viva: o sujeito que a possui é

alguém que está vivo tanto biologicamente quanto em sua alma, visto que suas crenças acerca dos outros sujeitos não se baseiam em preconceitos, em afirmações que não são fundamentadas em conhecimentos válidos e refletidos. O sujeito de vida viva é aquele que reconhece as características particulares dos outros sujeitos, bem como se reconhece neles, sem negar as suas.

**Reconhecimento:** para esta dissertação, reconhecimento deve ser compreendido como o ato de conhecer, reconhecer, compreender e acolher as características que tornam os sujeitos seres individuais uns em relação aos outros. Reconhecimento também significa o ato de suprasumir a vida morta e ter consciência de que viver preso a esta não é condizente com uma vida viva e livre.